



Faculdade de Letras  
Universidade do Porto

**Marta da Conceição Alves Pereira Tavares Miranda**

**O Bairro Balnear: contributos para a História  
Contemporânea de Vila do Conde ( 1866 - 1936)**

Dissertação realizada no âmbito do Mestrado em História e Património- Estudos locais  
e Regionais. Construção de Memórias

Orientador: Prof. Dr. Jorge Alves

Coorientadora: Prof<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Amélia Polónia

Setembro de 2015

## Sumário

Agradecimentos-----	p.5
Resumo-----	p.6
Abstract-----	p.7
Índice de Ilustrações-----	p.8
Lista de abreviaturas e siglas-----	p.9
Glossário-----	p.10
Introdução. Apresentação e contextualização do Projeto-----	p.11
1.Capítulo 1.O <i>bairro balnear</i> - organização do território-----	p.19
1.1 <i>A rua dos banhos</i> : uma lenta caminhada até ao mar-----	p.20
1.2 <i>Da Escola do Conde de Ferreira à Companhia Edificadora Villacondense</i> -----	p.27
1.3 Tipologia das construções-----	p.37
1.4 O Jardim/ Avenida Júlio Graça: o passeio público do <i>bairro balnear</i> -----	p.44
1.5 Reflexos das políticas regeneradoras na estruturação da localidade como estância balnear-----	p.47
1.6 <i>Do désir du rivage</i> ao advento da talassoterapia-----	p.53
1.7 O contributo dos brasileiros de <i>torna viagem</i> -----	p.56
2.Capítulo 2. A promoção da praia vila-condense-----	p.61
2.1 Políticas de promoção da praia-----	p.61
2.2 <i>A Sociedade de Propaganda da Praia</i> -----	p.64
2.3 O papel da Câmara Municipal-----	p.68
3. Capítulo 3. A apropriação do espaço público por parte dos banhistas-----	p.69
3.1 O impulso social: os primeiros anos -----	p.69
3.2 <i>O Conde de Margaride</i> e a estruturação social da praia vila-condense-----	p.71
3.3 Espaços de socialização-----	p.73
3.3.1 O jardim Júlio Graça-----	p.73
3.3.2 Estabelecimentos de <i>banhos quentes</i> -----	p.74

3.3.3 Do <i>Hotel da Avenida</i> ao <i>Palace Hotel</i> -----	p.75
3.3.4 O <i>Teatro Afonso Sanches</i> -----	p.77
3.3.5 A <i>Grande Assembleia</i> de Vila do Conde ou o <i>Casino</i> -----	p.79
3.3.6 A prática do desporto-----	p.82
3.3.7 Rituais-----	p.84
4.Capítulo 4 Impactos-----	p.88
4.1 O relacionamento com a comunidade local-----	p.88
4.2 Intervenção social-----	p.89
4.3 Reflexos na economia local-----	p.91
Considerações finais-----	p.95
Fontes-----	p.102
Bibliografia-----	p.104
Anexos-----	p.107
<i>Anexo 1-Planta da linha do carro americano desde a estação de caminho-de-ferro até à Avenida Bento de Freitas, Obras e Urbanismo. Obras particulares, 1899, AMVC, nº 2677</i> -----	p.108
<i>Anexo 2-Lista das famílias que estanciavam na praia de Vila do Conde, entrevista a José Lencastre</i> -----	p.109
<i>Anexo 3- Avenida Brasil( aspeto), c. 1960, col. Postais, BMJR</i> -----	p.113
<i>Anexo 4-Jardim Júlio Graça, c. 1890, col. Postais, BMJR</i> -----	p.114
<i>Anexo 5- Jardim Júlio Graça, c. 1898, col. Postais, BMJR</i> -----	p.115
<i>Anexo 6-O Palace Hotel, c. 1920, col. Postais, BMJR</i> -----	p.116
<i>Anexo 7- Aspeto da praia de banhos, c. 1920, col. Postais, BMJR</i> -----	p.117
<i>Anexo 8- Aspeto da praia de banhos, c. 1920, col. Postais, BMJR</i> -----	p.118
<i>Anexo 9- 1ª página dedicada à praia, referindo algumas das famílias presentes</i> --	p.119
<i>Anexo 10- lista das famílias presentes, 1892, 2 p.</i> -----	p.120

Anexo 11- lista das famílias presentes, 1910-----p.122

Anexo 12-Foto de um grupo de banhistas, *Ilustração vila-condense*, 1910-----p.123

Anexo 13- Aspeto do Jardim Júlio Graça, c. 1900, col. Postais, BMJR-----p.124

Anexo 14- Aspeto da Avenida Bento de Freitas, c. 1917, col. Postais, BMJR----p.125

Anexo 15-Teatro Afonso Sanches, c. 1900, col. Postais, BMJR-----p.126

## Agradecimentos

A apresentação desta dissertação de Mestrado é devedora da atenção e apoio do seu orientador, Prof. Dr. Jorge Alves e da sua coorientadora, Prof<sup>a</sup> Amélia Polónia, aos quais apresento os meus agradecimentos pelos esclarecimentos e sugestões.

Contamos também, com o entusiasmo e colaboração de algumas pessoas, que com as suas informações, na qualidade de intervenientes na vivência da comunidade balnear, foram, com as suas memórias e experiência, de grande interesse e esclarecimento para a concretização deste projeto. Ao Sr. Fernando Azevedo, ao Eng.<sup>o</sup> José Lencastre, à D<sup>a</sup> Maria Adelaide Pereira de Moraes, à D<sup>a</sup> Maria de Lurdes Rego da Cunha Eça, à D<sup>a</sup> Maria Teresa Rego Archer, à D<sup>a</sup> Maria Cândida Valente deixo o meu muito obrigada.

Os meus agradecimentos à Câmara Municipal de Vila do Conde, na pessoa da sua Presidente, Dr.<sup>a</sup> Maria Elisa Ferraz, por todas as facilidades concedidas.

Uma palavra de gratidão ainda para as colegas Dr.<sup>a</sup> Ivone Pereira e Dr.<sup>a</sup> Laura Garrido pela disponibilidade demonstrada, extensiva à equipa da Biblioteca Municipal José Régio e do Arquivo Municipal.

Agradeço ainda ao Dr. António Valente Pereira, ao Dr. João Soares de Carvalho, ao Dr. Vicente Paiva Brandão, à D<sup>a</sup> Maria Constança Doutel Andrade, ao Dr. José Megre, ao Dr. Francisco de Vasconcelos, à Dr.<sup>a</sup> Lurdes Adriano e à Dr.<sup>a</sup> Fernanda Trovão.

E porque para concretizar esta tarefa a que nos propusemos, foi à família que subtraímos horas de convívio e dedicação, a ela endereço os meus agradecimentos pela paciência e pelo incentivo.

## Resumo

A dissertação de Mestrado que se apresenta enquadra-se no âmbito do Mestrado em História e Património-Estudos Regionais e Locais. Construção de Memórias. Este trabalho incide sobre a história contemporânea de Vila do Conde, tendo como objeto específico de análise a sua génese como estância balnear. A abertura da *rua dos banhos*, mais tarde denominada *avenida Bento de Freitas*, insere-se numa estratégia municipal de urbanização da extensa faixa territorial localizada a poente da vila, fator que potenciou, entre outros, a sua escolha como espaço de lazer estival por um conjunto de indivíduos, alguns pertencentes à aristocracia portuguesa e, outros, que gravitavam na sua esfera de relacionamentos pessoais, profissionais e sociais, o que eu lhe conferiu características próprias. A abordagem apresentada tem como horizonte temporal o período entre 1866 e 1936. Estes 70 anos balizam, como primeiro marco, a abertura da artéria estruturante do espaço residencial de vilegiatura e o encerramento do Casino como casa pública de jogo.

**Palavras- chave** Praia, estância balnear, Avenida Bento de Freitas, Rua dos Banhos.

## Abstract:

This Master's dissertation held on the scope of the Master in History and Heritage, Local and regional studies. Construction of Memories. This work focuses on the contemporary history of Vila do Conde, having as specific object its genesis as a seaside resort. The opening of the *Baths Street*, later renamed *Avenue Bento de Freitas*, is part of a municipal strategy to extended the territorial strip of the urbanization. Being located at the west side of the village, this was a factor, among others, that potentiate their choice as summer leisure space for a group of individuals, some belonging to the Portuguese aristocracy and others who gravitated in their sphere of personal relationships, and professional and social.

This approach focuses on the period between 1866 and 1936. These 70 years mark out, as first milestone, the opening of that urban artery structuring this summer residential space and as second milestone, the closing date of the casino as gambling public house.

## **Keys- words**

Beach, seaside resort, Avenue Bento de Freitas, Street of Baths

## Índice de ilustrações

Figura 1-Planta onde se assinala a extensão do território de Vila do Conde sem ocupação residencial anterior a 1866-----	p.27
Figura 2- Escola do Conde de Ferreira-----	p.28
Figura 3-Relação dos proprietários de edifícios na Avenida Bento de Freitas-----	p.33
Figura 4-Casa construídas por Manuel Araújo Pimentel-----	p.38
Figura 5-Chalet construído em 1892 por Leopoldina Cândida Correia Pereira e no qual residiu o escritor Guerra Junqueiro-----	p.39
Figura 6-Chalet construído por José da Silva Meira -----	p.40
Figura 7-Palacete mandado construir por José da Conceição Rocha, 1890-----	p.41
Figura 8- O Palacete Melo-----	p.41
Figura 9- O Jardim Júlio Graça-----	p.46
Figura 10-Planata de Vila do Conde onde se assinala a distância entre a estação de caminho -de- ferro e a praia -----	p.52

## Lista de Abreviaturas e siglas

### Abreviaturas

AMVC- Arquivo Municipal de Vila do Conde

BMJR- Biblioteca Municipal José Régio

BMRP-Biblioteca Municipal Rocha Peixoto

FL- Fundo Local

L.R.A.S.-Livro de registo das atas das sessões

## Glossário

*Le désir du rivage*: Esta é uma expressão usada por Alain Corbin no seu estudo intitulado *Le territoire du vide: l'Occident et le désir du rivage*<sup>1</sup> e que foi traduzida como a «emergência do desejo da beira-mar»<sup>2</sup>.

*Le surmenage*: de acordo com o estudo de Geroges Vigarello<sup>3</sup>, o excesso de trabalho conduzia a um mal novo, o da excitação e do nervosismo. Este termo, usado por Pierre Coubertin, estará no primeiro plano das reivindicações<sup>4</sup> de horários de trabalho e de pausas semanais e anuais por parte das classes trabalhadoras.

---

<sup>1</sup> Alain Corbin, *Le territoire du vide: l'Occident et le désir du rivage*, Paris, Flammarion, 1988.

<sup>2</sup> Alain Corbin, *O território do vazio: a praia e o imaginário ocidental*, S. Paulo, Companhia das Letras, 1989, p. 28

<sup>3</sup> *O Tempo do Desporto*, in « História dos tempos livres», Lisboa, Teorema, 2001, p. 254.

<sup>4</sup> Georges Vigarello, *O Tempo do Desporto*, in « História dos tempos livres», Lisboa, Teorema, 2001, p. 255

## Introdução. Apresentação e contextualização do projeto

O trabalho que agora se apresenta, resulta de uma escolha pessoal, justificada por uma opção formativa inicial no campo da História, em que a contemporaneidade se apresenta como objeto preferencial de interesse.

A génese e a afirmação de Vila do Conde como núcleo urbano, não podem ser dissociadas do seu enquadramento geográfico, no qual a presença do rio e do oceano se apresentaram, no decurso da sua história, como fatores de particular importância na sua estruturação económica, social e humana. Ao longo de uma existência documentada, que conta com mais de onze séculos, será nestes recursos, oferecidos pela geografia, que a população encontrará, fundamentalmente, os meios de subsistência, de consolidação e de expansão da localidade.

Na Idade Moderna, a presença destas condições permitiram à localidade a sua afirmação como um porto de invulgar atividade, facto demonstrado por Amélia Polónia na sua *Dissertação de Doutoramento*<sup>5</sup>. Dessa época, identificamos, na sua paisagem urbana, óbvios reflexos, nos quais se incluem edifícios residenciais, civis e religiosos, para além da própria organização do espaço público.

Na segunda metade do século XIX, verifica-se, que o reconhecimento da presença do litoral no seu território irá, de novo, impor-se aos homens do governo municipal, como uma possibilidade a explorar, perseguindo uma maior prosperidade para a localidade, agora num novo enquadramento, no qual se inclui a procura do seu reconhecimento como estância balnear. Esta perceção será a responsável por uma nova configuração e redimensionamento do espaço, estando na origem das significativas alterações que se vão operar na paisagem e que serão, numa primeira fase, concretizadas através de uma rede de arruamentos conducentes à orla marítima. Espaços, até então vazios, vão sendo, progressivamente, transformados, potenciando a fixação humana, sazonal ou definitiva, e acrescentando à malha urbana novas áreas. A apropriação do território, enquanto área residencial permanente, será lenta, lacunar, motivada por um conjunto de fatores que serão explanados, oportunamente, e que se identificam como orientadores na sua configuração tão própria, enquanto praia de banhos.

---

<sup>5</sup> Amélia Polónia, *A Expansão Ultramarina numa perspectiva local. O porto de Vila do Conde no século XVI*, Lisboa, INCM, 2007

A estruturação de Vila do Conde como estância de lazer estival não pode ser dissociada das orientações governativas nacionais de então. Esta opção política local, tomada por executivos municipais pertencentes ao *Partido Regenerador* e continuadas por dirigentes oriundos do *Partido Progressista*, acompanhou o ar dos tempos, tendo sido, igualmente, marcada pelas circunstâncias conjunturais experimentadas, no país, no último quartel do século XIX e nas primeiras décadas do século XX.

Realce-se que ao gosto pessoal que presidiu à eleição do tema tomado como objeto da presente dissertação, acresce a constatação empírica e decorrente de vivência própria, da transformação de duas localidades vizinhas, distanciadas por escassos quilómetros – Vila do Conde e Póvoa de Varzim – motivadas pela presença do litoral nos seus territórios, constituindo-se as duas como estâncias balneares, mas que assumiram expressões, do ponto de vista sociológico, bastante diferentes. Não serão, no entanto, objeto de comparação no presente estudo, pois a temática não se impôs como dinâmica preferencial.

Por outro lado, o facto de não ter sido identificada qualquer abordagem a esta problemática, nos circuitos académicos ou noutros canais, contribuiu também para sua eleição. Ao longo da investigação levada a cabo, apenas se localizaram alguns textos publicados na imprensa local e nalguns títulos de abrangência regional, alusivos a componentes específicas integrantes da realidade vivenciada pelos frequentadores da praia vila-condense.

A dissertação de mestrado que se apresenta foi dividida em 4 capítulos, os quais procuram abordar um conjunto de temáticas, do nosso ponto de vista, necessárias a um enquadramento e compreensão mais abrangentes relativas ao surgimento e afirmação da praia vila-condense, como realidade urbanística e social.

De acordo com o assunto que se procurava trazer à evidência, em cada uma das diferentes partes do texto, apresentadas em seções próprias, seleccionaram – se núcleos documentais aos quais se reconheceu a devida pertinência. Foram também, considerados os testemunhos orais dos diferentes atores e consultou-se bibliografia que possibilitasse o enquadramento temático e que legitimasse as opções defendidas.

No que se refere às fontes primárias, nomeadamente à informação registada em papel, iniciou-se a pesquisa pela consulta e leitura dos *Livros de registo de atas das sessões* da

Câmara Municipal, entre os anos de 1833 e de 1940<sup>6</sup>. Estabeleceram-se como objetivos da análise preferencial deste núcleo documental, os seguintes: a identificação e recolha de informação relativa a processos relacionados com urbanismo; concessão de licenças para edificação de imóveis; respostas a solicitações de munícipes e de não residentes em assuntos relacionados com a instalação de equipamentos e serviços na *avenida Bento de Freitas* e áreas da sua envolvência; iniciativas de índole municipal de valorização e/ ou requalificação do *bairro balnear*; oferta de propostas lúdicas, entre outras.

A imprensa periódica local revelou-se também uma fonte de particular importância, sobretudo na identificação da vivência quotidiana em período estival e na fruição do espaço: as iniciativas organizadas; os atores e intervenientes; os equipamentos instalados e a autoria e responsabilidade da sua implantação; a perceção da importância dos mesmos para os residentes; o eco das diferentes opiniões sobre este aspeto da vida e da sociabilidade de Vila do Conde. Embora se identifique a publicação de jornais desde 1872, coexistindo, nalguns períodos, vários títulos, verifica-se que a maior parte, até aos anos 20 do século XX, apresentam ausências consideráveis de números, o que conduz a uma perceção fragmentada da informação. Procurou-se, pois, colmatar as lacunas detetadas, recorrendo a analíticos temáticos existentes no Fundo Local da Biblioteca Municipal José Régio, assim como, materiais impressos avulsos existentes na mesma instituição. Estes haveriam de resultar do próprio funcionamento de alguns dos equipamentos instalados em Vila do Conde, direcionados à sua comunidade balnear, assim como da concretização de atividades programadas e concretizadas no âmbito de proposta de praia terapêutica mas, essencialmente, como praia lúdica.

A auscultação de testemunhos orais foi também um contributo precioso, cruzando-se, sempre que possível, as memórias orais com a informação registada por escrito. Os indivíduos entrevistados, e que contam no presente com idades superiores a 80 anos, foram selecionados a partir de um universo de frequentadores da praia vila-condense, constituindo presença assídua desde a infância. Ademais, foi tido como fator de extrema relevância, a escolha de atores com posicionamentos e desempenhos diferentes na vivência social da colónia balnear. Procedeu-se à recolha dos testemunhos, nalguns casos, recorrendo a suporte áudio, num registo de pergunta/ resposta. Orientaram-se as entrevistas no sentido de serem percecionadas as vivências no espaço público, as

---

<sup>6</sup> AMVC, Livros de registo das atas das sessões, 1833- 1940, nºs 41-86

atividades organizadas e participadas, sem, contudo, esquecer a dinâmica da esfera doméstica da família a que pertencia ou da função social representada. Outros contributos foram registados apenas por escrito, recorrendo-se a um questionário, previamente elaborado para o efeito, tendente a apurar testemunhos face às questões formuladas.

A informação recolhida nos núcleos documentais anteriormente referidos, a que se soma a extraída nas entrevistas presenciais, foi sistematizada num catálogo de assuntos, o que permitiu organizar e elaborar o texto.

Complementar às fontes documentais, foi consultado um conjunto de publicações constantes da lista bibliográfica que integra este trabalho. Indicam-se, como estudos fundadores desta problemática da história contemporânea europeia, os trabalhos assinados por Alain Corbin, com particular destaque para *Le territoire du vide: L'Occident et le désir du rivage*<sup>7</sup>, bem como a *História dos tempos livres*<sup>8</sup> por si dirigida. André Rauch, Roy Porter, Giorgio Vigarello e Gabriela Turnatori,<sup>9</sup> historiadores cujo âmbito de interesse se centra em problemáticas da história social e das mentalidades contemporâneas, foram também autores consultados.

Os estudos de Rui Cascão<sup>10</sup> e Irene Vaquinhas<sup>11</sup>, da Universidade de Coimbra, sobre a praia da Figueira da Foz assim, como as reflexões sobre a função da praia na vivência representativa da burguesia do finais do século XIX e início do XX, foram também objeto de leitura atenta e proveitosa, assim como, o título *a Construção Social da Praia*,

---

<sup>7</sup> Alain Corbin, *Le territoire du vide: l'Occident et le désir du rivage*, Paris, Flammarion, 1988

<sup>8</sup> Alain Corbin (dir.), *História dos tempos livres: o advento do lazer*, Lisboa, Teorema, 2001

<sup>9</sup> Trabalhos integrantes do título dirigido por Alain Corbin, *História dos tempos livres: o advento do lazer*, Lisboa, Teorema, 2001

<sup>10</sup> Rui Cascão,

- *A Figueira da Foz há cem anos*, in «Sociedade Arqueológica da Figueira. 1898-1910. Centenário,» Figueira da Foz, CMFF, 1999, pp. 53-61.

- *Evolução da sociedade em Portugal: A lenta e complexa afirmação de uma civilização burguesa*, in «História de Portugal», dir. José Mattoso, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993 t. V, p.441-457 (em colaboração com Irene Vaquinhas).

- *A invenção da praia: notas para a história do turismo balnear*, in «A Cidade e o Campo. Colectânea de Estudos», Coimbra, CHSC; edições Magno, 2000, p. 321-341.

- *Vida quotidiana e sociabilidade*, in «História de Portugal», dir. José Mattoso, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, t. V, p. 517-541.

<sup>11</sup> Irene Vaquinhas,

- *Apontamentos para a História do Teatro- Circo Saraiva de Carvalho da Figueira da Foz ( 1884-1895)* in « Arquipélago. História», Coimbra, 2010-2011, 2ª série, XIV-XV, p. 115- 141

- *Na intimidade. Paixões funestas e prazeres proibidos* in «História da vida Privada em Portugal. A época contemporânea», dir. José Mattoso, Lisboa, Temas e Debates; Círculo de Leitores, 2010, p. 322-350.

de Helena Cristina Ferreira<sup>12</sup>. Joana Gaspar Freitas<sup>13</sup>, cujo objeto de estudo se tem centrado na fruição do litoral português como espaço de lazer, a partir da segunda metade do século XIX, foi outro dos nomes que se impôs na pesquisa bibliográfica sobre o tema em estudo.

Na contextualização da problemática e na sua ligação aos diversos vetores, nomeadamente na sua relação com a emigração brasileira, foram referenciais os trabalhos de Jorge Alves<sup>14</sup>, Adelina Piloto<sup>15</sup>, Luís Maia<sup>16</sup> e Raquel Henriques da Silva<sup>17</sup>.

Foram ainda considerados vários títulos publicados, cujo objeto de estudo se focaliza nas diversas estâncias balneares nacionais, das quais se destacam: Póvoa de Varzim<sup>18</sup>, Espinho<sup>19</sup>, Figueira da Foz<sup>20</sup>, Cascais<sup>21</sup>.

O trabalho é devedor de uma área de estudos que se tem revelado profícua na historiografia europeia e desenvolve-se em torno de dois tópicos: a ocupação dos

---

<sup>12</sup> Helena Cristina Ferreira Machado, *A Invenção Social da Praia*, Guimarães, 1996.

<sup>13</sup> Joana Gaspar Freitas

- *O litoral português, percepções e transformações na época contemporânea: de espaço natural a território humanizado* in « Revista de Gestão Costeira Integrada », nº 7, 2º vol, 2007, p. 105-115, acessível em <http://www.aprh.pt/rgci/rgci12.html>

- *O litoral português na época contemporânea: representações, práticas e consequências. Os casos de Espinho e do Algarve( c. 1851- a c. de 1990)*, Lisboa, FLUL, Tese de Doutoramento em História Contemporânea.

<sup>14</sup> Jorge Fernandes Alves

- *Os brasileiros: emigração e retorno no Porto oitocentista*, Porto, FLUP, 1994, Tese de Doutoramento.

- *Das pedras se fez terra- um caso de empreendedorismo e investimento agrícola no Nordeste Transmontano (Clemente Menéres)* in «Revista da Faculdade de Letras. História», Porto, FLUP, 2007, vol.8, p. 113-155.

<sup>15</sup> Adelina Piloto, *O concelho de Vila do Conde e o Brasil: emigração e retorno (1865-1913)*, Vila do Conde, CMVC, 2014

<sup>16</sup> Luís da Costa Maia, *A nossa Praia, Vila do Conde*, Tipografia Minerva de Amaral Correa, 1910

<sup>17</sup> Raquel Henriques da Silva, *A arquitectura de veraneio em S. João do Estoril, Parede e Carcavelos, 1890-1930* in « Arquivo de Cascais », Cascais, CMVC, 1998, p. 93-74.

<sup>18</sup> Nelson Silva Machado, *Turismo e Urbanismo: uma relação (des)conhecida na Póvoa de Varzim*, Universidade do Minho, Instituto de Ciências Sociais, Dissertação de Mestrado em Património e Turismo Cultural, Outubro de 2012, acessível em

<https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/23360/1/Nelson%20Silva%20Machado.pdf>

<sup>19</sup> Joana Gaspar Freitas, *O litoral português na época contemporânea: representações, práticas e consequências. Os casos de Espinho e do Algarve( c. 1851- a c. de 1990)*, Lisboa, FLUL, Tese de Doutoramento em História Contemporânea.

<sup>20</sup> Para além dos trabalhos já referidos da autoria de Irene Vaquinhas e Rui Cascão, indica-se também: Carlos Manuel de Freitas Almeida Nunes, *Figueira da Foz( 1930-1960): apontamentos sobre o turismo balnear*, FLUL, 2009, dissertação de Mestrado.

<sup>21</sup> João Miguel Henriques, *Da Riviera Portuguesa à Costa do Sol: Cascais, 1850-1930*, Cascais, Edições Colibri; CMC, 2011

tempos livres de uma burguesia política e economicamente emergente e dominante, no decurso do século XIX, e o desenvolvimento de um turismo e de um espaço de lazer associado à atração às orlas marítimas que tendem a emergir como espaço de ócio e de sociabilidade de importância assinalável por toda a Europa.

O surgimento do conceito de «tempo livre» enquadra-se na nova organização laboral imposta pela Revolução Industrial. De um trabalho essencialmente rural, polivalente, cadenciado em função da luz natural, das estações do ano e das condições climatéricas, executado, maioritariamente, em ambiente natural, passa-se para um trabalho organizado num espaço confinado, onde a concentração de indivíduos é uma realidade, centrado na concretização de um conjunto de tarefas rotineiras, em que o fator organizacional se foca, essencialmente, na produtividade. Esta nova organização do mundo laboral dará origem a um conjunto de alterações, no qual se inclui uma nova perceção do tempo e da sua fruição. Um *tempo de relativa lentidão, flexível, maleável, ocupado por atividades muitas vezes mal determinadas foi sendo pouco a pouco substituído pelo tempo calculado, previsto, ordenado, precipitado da eficácia e da produtividade; tempo linear, estritamente medido que pode ser perdido, desperdiçado, recuperado, ganho. Foi ele que suscitou a reivindicação de autonomia de um tempo social.*<sup>22</sup>

A noção de tempo social ou de tempo de ócio, o tempo livre disponível após uma jornada de trabalho e cuja duração será objeto de reivindicações e lutas operárias na segunda metade do século XIX e 1ª do século XX, é pois um conceito recente. A partir do século XIX, mesmo para os grupos sociais não ativos, detentores de poder económico, alguns emergentes desta nova organização empresarial, a necessidade de férias irá impor –se como uma interrupção necessária na cadência da vida quotidiana.

A fruição do tempo livre e as diferentes propostas adotadas para a sua ocupação, serão, no decurso dos últimos 150 anos, fatores de diferenciação social. As atividades escolhidas, os espaços selecionados e até o âmbito temporal preferido, irão identificar e distinguir os diferentes protagonistas. Os ambientes naturais, por oposição à cidade, buliçosa, onde a concentração humana é uma realidade, passarão a ser os destinos de eleição, onde a pausa anual poderá concretizar-se. Verifica-se assim, *a apropriação da natureza pelas elites culturais que parece funcionar como um sinal simbólico- cultural*

---

<sup>22</sup> Alain Corbin, *História dos tempos livres: o advento do lazer*, Lisboa, 2001, Teorema, p. 6

*que assume particular importância face ao processo de instabilidade que o capitalismo, na sua fase embrionária, introduziu no sistema de estratificação social.*<sup>23</sup>

O litoral, até então deserto na maior parte das localidades costeiras e ignorado como espaço de lazer, vai adquirir importância e protagonismo. Assiste-se a uma mudança das mentalidades, em que o mar e as praias passam a ser encarados com um novo olhar. Durante séculos, o mar foi interiorizado como um elemento de insondáveis mistérios, desconhecido, temperamental, imprevisível, provocador de desgraças, das quais os naufrágios são dos exemplos que mais medos infligiam às populações. Esta caracterização, sustentada por episódios bíblicos, amplamente difundidos pela Igreja Católica, incentivou o afastamento das populações das orlas marítimas.

Contribuíram para este novo olhar sobre o mar, diversos fatores, nos quais se incluem as novas teorias médicas. Os clínicos, a partir do início do século XIX, irão aconselhar as propriedades terapêuticas das águas marítimas, reconhecendo-lhes efeitos paliativos, atenuadores de várias enfermidades e padecimentos. Também os enquadramentos paisagísticos, proporcionados pelo litoral, serão valorizados e aconselhados no processo curativo. Passa-se a frequentar a praia e a tomar banhos de mar por indicação médica. Numa segunda fase, a praia aliará às propriedades médicas as propostas lúdicas, integrando na sua esfera equipamentos e facilidades que promovem a animação e a ocupação do tempo, numa época em que a permanência no areal se fazia por tempo reduzido.

A partir da segunda metade do século XIX, também em Portugal se assiste à escolha do litoral como espaço preferencial de lazer, sendo apropriado, numa primeira fase, pelos grupos sociais económica ou culturalmente mais favorecidos, para os quais *o imaginário da praia e da natureza marítima (...) traduzem relações de poder, nomeadamente estratégias de reprodução da posição de classe e de distinção social.*<sup>24</sup>

Dotada de uma extensa faixa territorial litoral, Vila do Conde também reconhecerá nesta singularidade do seu território uma possibilidade de expansão e progresso, preconizando a sua afirmação como espaço de vilegiatura. Pela intervenção urbana planeada, aliada a outros fatores, irá tornar-se numa *Praia de elite, em que as suas festas e reuniões são muito escolhidas e procuradas pelas pessoas a quem é dado conseguir assistir a*

---

<sup>23</sup> Helena Cristina Ferreira Machado , *A construção social da praia*, Guimarães, 1996, p. 28

<sup>24</sup> Helena Cristina Ferreira Machado , *A construção social da praia*, Guimarães, 1996, p. 43

*elas*<sup>25</sup>. A praia vila-condense irá estrutura-se, em termos sociais, como um lugar a frequentar<sup>26</sup>, em que os grupos que a distinguem com a sua presença lhe conferem uma valorização simbólica e a legitimam, através da sua frequência, como um espaço civilizado. Motivada pela atração de turistas, assistimos a uma transformação da vila, da sua paisagem, da sua configuração urbana. *Villa do Conde, a Rainha das praias do Norte de Portugal, divide-se em duas partes: a villa propriamente dita, com todo o seu pitoresco, com as suas feiras à moda antiga e com os seus monumentos, alguns de grande valor(...) e a praia, nova, espaçosa, Hygiénica, cortada por amplas avenidas, com lindas villas e outras residências que se alugam.*<sup>27</sup>

O processo de urbanização, visando a sua constituição como praia de banhos, irá iniciar-se em 1866, surgindo, como primeiro marco, a abertura da *rua dos banhos*. Desde então, assistiremos à instalação de um conjunto de equipamentos afetos ao alojamento dos banhistas, mas também de promoção de atividades de lazer que pretendem tornar a localidade numa estância de referência, motivadora de uma maior atração de turistas. Em 1910, a estância balnear vila-condense apresenta características semelhantes às demais existentes no país e nalgumas localidades europeias: *a praia de Villa do Conde(...) tem os seus cafés, o seu Theatro, o seu Casino, os seus dias de música, as suas festas elegantes, as suas diversões ruidosas(...) os seus arredores pitorescos e os seus monumentos de renome*<sup>28</sup>.

A praia de Vila do Conde irá transformar-se, ao longo dos anos, num ponto de encontro sazonal, onde se reúnem famílias e se encontram amigos e conhecidos, para juntos, participarem nas atividades lúdicas por si organizadas ou para frequentarem os espaços cuja edificação se ficou a dever à sua iniciativa. Espaços lúdicos e residenciais, quase exclusivos, que encaminham para uma praia em que todos se conhecem e a cujo grupo social se pertence. O sentimento de pertença a este território, ainda que não seja o da naturalidade da maior parte dos veraneantes entrevistados, é expresso por todos, remetendo para um tempo e uma vivência pretéritas, que a dinâmica natural alterou e que nostalgicamente se evoca.

---

<sup>25</sup> D. Álvaro de Paiva, *Vila do Conde-praia* in «Vila do Conde», nº 1, 1-08-1928, p.7

<sup>26</sup> Helena Cristina Ferreira Machado, *A construção social da praia*, Guimarães, 1996, p. 44

<sup>27</sup> Folheto promocional *Época 1928, 7 de julho a 30 de setembro*, Vila do Conde, BMJR- FL-RES.

<sup>28</sup> M. Nogueira, *Praia de Vila do Conde: bairro balnear*, in «Ilustração Vilacondense», nº 7, julho de 1910, p.1

## Capítulo 1

A estruturação territorial do *bairro balnear* ( 1866-1936)

Pelo seu enquadramento geográfico, encaixada entre o rio Ave e o Oceano Atlântico, elementos imprescindíveis, durante séculos, na sobrevivência dos seus habitantes, Vila do Conde, naturalmente, construiu uma estreita ligação com o mar. Berço e residência de marinheiros, pescadores e construtores navais é, no entanto, com o rio que mantém maior proximidade, privilegiando a sua margem direita e áreas adjacentes, como espaços preferenciais de fixação durante a Época Moderna.

Ao longo dos quase cinco séculos, horizonte temporal que medeia a expansão urbana da localidade, iniciada nos finais de Quatrocentos e a segunda metade do século XIX, época na qual identificamos uma intenção expansionista similar, no que se refere ao seu núcleo urbano, em que se procuram ocupar territórios até então quase desabitados, verificamos que as suas fronteiras residenciais poucas alterações sofreram e nas quais as *áreas de S. Bartolomeu e de Santiago se apresentam como confinamentos naturais da vila, assim como ocorre com Santa Catarina e o Campo da Choca*<sup>29</sup>

Dobrada a primeira metade do século XIX, só então, se tentará fazer uma aproximação residencial ao litoral, estando, até essa altura, o seu aglomerado populacional separado do Oceano Atlântico por uma extensa faixa de terrenos arenosos, posicionados no sentido sul- poente, onde quase não havia edificação e a presença de solos férteis era residual.

A abertura da *rua- estrada dos banhos*, que mais tarde tomará o nome de Bento de Freitas Soares, nome influente e respeitado da política local, também designada na bibliografia e fontes documentais como *bairro balnear*, será o ponto de partida de um plano abrangente de ocupação de um território, até essa data, vazio. A partir deste arruamento, será estruturada uma rede viária de acesso à orla marítima, na qual a construção se implantará, gradualmente, a partir da segunda metade do século XIX e durante todo o século XX. A urbanização deste território, pensada como um complemento a associar a uma urbe que se queria moderna e progressista, obedece a um projeto, previamente, delineado e que se pode inserir num contexto político nacional,

---

<sup>29</sup> Amélia Polónia, *A Expansão Ultramarina numa perspectiva local: o porto de Vila do Conde no século XVI*, Lisboa, INCM, 2007, 2 vol, p.303 (vol.2).

formatado pela ideologia regeneradora, pós 1851, e enquadrada por vários fatores que serão objeto de explanação e análise.

### **1.1. A rua dos banhos: uma lenta caminhada até ao mar**

Compulsadas as Atas das sessões do Executivo Municipal desde 1833, localizamos, pela primeira vez, a referência à intenção de construir, em Vila do Conde, um arruamento que conduza desde o centro urbano até ao litoral, na sessão de 2 de outubro de 1858<sup>30</sup>. No decurso da reunião, é apresentado o programa de atividades do governo municipal, com funções iniciadas em janeiro desse mesmo ano, chefiado pelo regenerador Bento de Freitas Soares e do qual consta *A abertura d'uma rua que conduza do largo da Misericórdia à Praia chamada dos Bessadouros*<sup>31</sup>, afim de

---

<sup>30</sup> AMVC, *Livro de registo das atas das sessões*, 2-10-1858, fl. 29v., nº 49.

<sup>31</sup> Consultados vários dicionários, não se encontrou a palavra escrita com esta ortografia. O *Grande Dicionário Portuguez ou Thesouro da Língua Portuguesa*, da autoria de Fr. Domingos Vieira (dos Ermitas Calçados de S. Francisco), editado em 1874, por E. Chardron e Bartholomeu H. de Moraes, regista a palavra *Vessadoiro*. Esta, um substantivo masculino, tem como significado o direito de lavar; lavragem da terra.

A Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, no seu volume 34, refere: que *vessadoiro* é o mesmo que *vessadouro*, apontando o mesmo significado atribuído por Domingos Vieira, mas acrescentando que esta palavra é também um designativo do arado que se emprega nas lavouras do milho grosso.

Conhecem-se alguns dos proprietários dos terrenos entre a *rua dos banhos* e a foz do *Ave*, entre eles o Conde Moser, como refere João dos Reis no título *Curiosidades da antiga Vila contadas por um filho seu: Pelo Poente ( perto da antiga Capela de Santiago), a maior parte dos areais pertencia ao Conde de Moser ( EM NOTA DE RODAPÉ, Eugénio da Cunha e Freitas refere que Jorge Cristovão Henrique Von Moser veio para Portugal em 1815), fidalgo alemão, que segundo creio, veio com D. Fernando de Saxe, quando do casamento com a rainha D. Maria II. Ou porque os descendentes do conde não cumprissem com os deveres inerentes à cedência dos terrenos ou por qualquer outro motivo que a Câmara alegou, esta tomou posse dos terrenos e deles fez o que melhor lhe pareceu.*

Também na ata das sessões de 9-11-1853, ficou registado o pedido de alinhamento de *um grande terreno sito no lugar da Cova da Andorinha na area desta villa que elle suplicante [Bernardo José de Azevedo] comprou a D. Maria da Madre de Deos e seu filho Miguel Carneiro Barbosa Pizarro desta mesma villa*

É admissível que alguns destes terrenos fossem cultivados e os seus proprietários os arrendassem para esta atividade.

*facilitarmos a criação de uma companhia que edificando naquela Praia uma porção de Edifícios próprios para banhos, possa pelas vantajosas comodidades que apresenta, desafiar a concorrência de banhistas a esta localidade, que de certo nos trarão muitos melhoramentos para a terra, e grande aumento às rendas do Município.* Esta era uma das medidas, cujo propósito visava, como é referido na ata da mesma sessão, *suspender a decadência progressiva em que vai este concelho*<sup>32</sup>. Reconhece-se, pois, a determinação dos governantes municipais em qualificar a localidade como estância balnear, a qual podia tornar-se uma fonte de rendimento que conduzisse a uma maior prosperidade e consequente desenvolvimento da terra.

Para concretizar esta vontade, seria solicitado ao Conselho do Distrito autorização, de acordo com a disposição do número sexto do artigo cento e vinte e três e dos artigos cento e vinte e um e cento e vinte e quatro do Código Administrativo, para *converter em capital móvel por venda em hasta pública, todos os Foros e que o resto do produto dos Foros possa ser aplicado às obras, e melhoramentos referidos que são – Caminhos da Ponte d’Este- Caminho da Boa Nova- abertura da rua dos banhos e construção do matadouro público*<sup>33</sup>.

Passados dois anos, infere-se pela referência registada na sessão de 15 de fevereiro de 1860, que a obra de abertura da nova rua ainda não deveria ter arrancado, pois, novamente, se submetem à votação *as obras (...) de reparo, construção e alargamento da Rua do Hospital ao mar dos bessadouros*

Em 9 de janeiro de 1861, o assunto integra, de novo, a agenda de reunião do executivo municipal: *expôs mais o Presidente que segundo o Orçamento suplementar do ano findo estava destinada uma verba da importância dos foros vendidos para se aplicar ao alargamento e construção da rua do Hospital ao mar dos Bessadouros para se conseguir uma boa praia de banhos e fazer com que uma parte da Povoação do Minho venha a utilizar-se d’elles a esta localidade por ser talvez a melhor desta costa.* O presidente, Bento de Freitas, propunha ainda, um plano de expropriações de *algumas casas térreas e umas pequenas porções de terra de fraca produção* e que se oficiasse ao *Exmº Director das Obras Públicas deste Distrito para mandar aqui um empregado a fim de marcar o alinhamento da rua e levantar a competente planta do terreno.*

---

<sup>32</sup> AMVC, Livro de registo das atas das sessões, 2-10-1858, fl. 29, nº 49

<sup>33</sup> AMVC, Livro de registo das atas das sessões, 2-10-1858, fl. 29, nº 49

O trabalho encomendado será concretizado, de acordo com o vertido na ata de 27 de fevereiro de 1861, cerca de 2 meses mais tarde. Ao governo municipal é remetida *em duplicado a planta e perfil para o projecto*, a qual não foi possível localizar no Arquivo Municipal de Vila do Conde. Da *Coleção Jorge Moser*<sup>34</sup> consta um desenho da *Estrada projectada da Misericórdia para o mar*, que pensamos poderá reproduzir o traçado original da obra projetada. Não foi possível incorporar, no presente trabalho, uma reprodução do documento, atendendo às diretivas de preservação documental da Biblioteca Nacional.

O assunto voltará à reunião da Câmara, figurando como um propósito a concretizar no ano de 1862 e para o qual se reservava no Orçamento Municipal, apresentado em dezembro de 1861<sup>35</sup>, *a quantia de quatrocentos cincoenta mil setecentos e três reis* a afetar àquela obra.

Pelo exarado na ata de reunião de 15 de abril de 1863, podemos verificar que a verba não foi aplicada na construção da rua, impondo-se, então, como obra prioritária a *Estrada Real nº 30 ou estrada nova que passa dentro desta vila*<sup>36</sup> e que, no século XX, tomará o nome de Estrada Nacional nº13, principal via rodoviária de ligação aos concelhos situados a norte a sul do concelho.

Inicialmente, pretendia-se que esta estrada, de acordo com o verificado na figura do anexo 1 e através de algumas referências registadas nas atas das sessões, ligasse o Porto a S. Bento da Porta Aberta. O primeiro segmento, partindo da margem direita do rio, ficou paralelo à Rua Direita, aberta em 1845<sup>37</sup>. Planeou-se construir uma estrada que *seguisse desde o Campo da Feira desta villa ao largo de Sam Sebastião*, o que viria a acontecer, tomando, quando concluída, o nome do rei D. Luís e, após 1910, o de Rua 5 de Outubro.

Será na reunião de 13 de Maio de 1857, que o presidente Francisco José Teixeira irá comunicar que *no Diário do Governo nº 105 de seis deste mês de Maio vinha publicado*

---

<sup>34</sup> *Coleção Jorge de Moser*, secção de Reservados, Biblioteca Nacional, nºs 2 a 7, nº 3.

<sup>35</sup> AMVC, *Livro de registo das atas das sessões*, 18-12- 1861, fl.148v., nº 51.

<sup>36</sup> AMVC, *Livro de registo das atas das sessões*, 7-01-1863, fl. 57v., nº 52

<sup>37</sup> AMVC, *Livro de registo das atas das sessões*, 05-02- 1845, fl. 54v., nº 43: *e ao mesmo passo marcasse o modo de se levar a efeito a nova Rua das Hortas que hoje tem o título de Rua Direita* e ainda na sessão de 02- 07-1845, fl. 90, nº 43: *também o Presidente fez ciente à Câmara que no dia 30 do próximo( sic.) mês de junho havia arrematado a obra de pedreiro da Rua Direita desta villa Manoel Fernández Beiriz por preço e quantia cada hua braça de setecentos reis*

*o Projecto de Ley para a construção da estrada da cidade do Porto à villa da Póvoa de Varzim.* A abertura desta estrada já tinha sido sugerida à Câmara Municipal por Eduardo Moser<sup>38</sup>, proprietário de vários terrenos em Vila do Conde, que numa carta enviada ao município e lida na reunião de 16 de maio de 1855, propunha a abertura da referida artéria pelo *desejo que tinha de ver prosperar esta boa terra.*

Passados quase oito anos após o início dos trabalhos, a estrada ainda não estava concluída e, por isso, compreende-se que a *rua dos banhos* tenha sido preterida no orçamento de 1864, canalizando-se os recursos disponíveis para a conclusão daquela obra, segmento de um projeto mais amplo, que abrangia vários concelhos, na ligação que se pretendia estabelecer entre o Porto e Valença.

Chegados a novembro de 1865, a abertura da *rua estrada dos banhos* ainda não devia ter registado progressos significativos, pois na reunião do dia 11, o vereador fiscal dá voz à queixa dos proprietários a quem a Câmara informara das expropriações de casas e terrenos e sobre as quais nada tinha sido concretizado. Os mesmos faziam saber da intenção de que se nada avançasse, *pelo prejuízo (...) de terem deixado de alugar as Casas e Quintais no Sam Miguel (...) passavam a arrendar os ditos prédios.* O processo de expropriação viria, formalmente, a acontecer durante a reunião de 13 de dezembro do mesmo ano, tendo sido notificados a estarem presentes, no ato público, o Provedor da Santa Casa da Misericórdia, António Gomes Ferreira, e António Carneiro de Sá Pereira Coutinho de Vilhena. Feita a *louvação, verificou-se serem avaliadas cada uma das casas e quintais a cento e vinte mil reis.* Do conjunto de expropriados, ficara excluído *Custódio da Costa, emigrante no Brasil, falecido, sem família em Villa do Conde e cujo herdeiro, seu cunhado José Fernandes Thomé da Silva não se tinha ainda habilitado à herança*<sup>39</sup>, o que virá a acontecer em data posterior.

Bento de Freitas Soares, na primeira reunião do ano de 1866, na qual assumia novamente a presidência do governo municipal<sup>40</sup>, chama a atenção para a prossecução desta obra: *Senhores: o estado da viação municipal principalmente depois da conclusão da estrada do Porto á Póvoa de Varzim, reclama a nossa máxima atenção. A abertura do caminho a que se tem chamado Rua dos Banhos (...) tem de continuar. Que se pessa*

---

<sup>38</sup> Filho de Jorge Cristovão Henrique Von Moser, cônsul do rei da Suécia e Noruega no Porto, informação retirada de <http://pagfam.geneall.net/40/familias.php?id=944>, acessado em maio de 2015.

<sup>39</sup> AMVC, *Livro de registo das atas das sessões*, 22- 11-1865, fl. 73v., nº 54

<sup>40</sup> De acordo com informação retirada da leitura das *atas das sessões*, Bento de Freitas Soares presidiu à Câmara Municipal em dois períodos: o 1º nos anos 1858-1862 e o segundo entre 1864-1871.

às Cortes por intervenção do Governo de sua Magestade a autorização necessária para o levantamento de um empréstimo até à quantia de oito contos de reis (...) para estes melhoramentos. E se lance um imposto de 1 real sobre cada quartilho de vinho». A proposta foi aprovada por unanimidade, retomando-se os trabalhos.

Embora a empreitada adquira agora novo fôlego, a construção do arruamento não ficou, contudo, isenta de vários problemas e o primeiro surge numa carta que Eduardo Moser envia ao município, alegando estar a nova rua a invadir propriedade sua: *sendo eu possuidor por compra que fiz do prazo feito por essa corporação ao Bacharel Bernardo José de Azevedo (...) a projectada rua já em via d'execução percorre ou atravessa terreno meu no comprimento de 250mt com doze de largura, além de um largo que me consta querer construir-se. (...) não posso permitir a continuação dos trabalhos que invadão a minha propriedade.*<sup>41</sup>

Acabou por provar-se, passado algum tempo, que a rua não atravessaria terrenos pertencentes a Eduardo Moser, que numa atitude de acautelamento das suas propriedades, confinantes com a nova rua, solicita à Câmara a sua demarcação: *o Commendador Eduardo Moser da Cidade do Porto, pedindo se lhe concedesse licença para proceder à vedação do terreno do Prazo que comprou aos herdeiros do bacharel Bernardo José de Azevedo desta vila feito pela Câmara Municipal deste concelho em 26 de novembro de 1842, situado no lugar da area, partindo do sul com o caminho publico que vem em direitura do Beco do Hospital para o mar.*<sup>42</sup>

Pela primeira vez, através da leitura da transcrição desta carta, registada na ata da sessão de 23 de janeiro de 1863, se percebe que, associada à abertura da rua, havia a intenção de construir *um largo*. Somos levados a concluir que a filosofia que presidiu à abertura da nova artéria não se esgotava no rasgar de um corredor que conduzisse ao mar. A sua construção seria um primeiro passo num plano urbanístico gizado para a ala ponte do território da freguesia de Vila do Conde, no qual figuraria um amplo espaço verde. Este viria a transformar –se no Jardim Júlio Graça, localizado, sensivelmente, a meio da artéria, orientado no sentido norte- sul até à margem do rio Ave. O Jardim Júlio Graça segue, na sua configuração, volumetria e planeamento, o modelo vigente na época, surgindo como a proposta mais próxima do *Passeio Público, um dos símbolos da*

---

<sup>41</sup> AMVC, *Livro de registo das atas das sessões*, 9-01-1867, fl. 47v, nº 55.

<sup>42</sup> AMVC, *Livro de registo das atas das sessões*, 23-01-1867, fl.53v., nº 55

*civilização burguesa oitocentista (...) lugar privilegiado de sociabilidade das classes ascendentes*<sup>43</sup> e que a localidade procurou também implantar no seu território. Na referida carta, enviada ao presidente do município e lida na sessão de 1 de agosto de 1866, percebemos que o largo projetado teria inicialmente uma área de 40m<sup>2</sup>, dispondo-se o Conde a oferecer parte dos seus terrenos adjacentes à rua, *desde que a Câmara se sujeitasse à condições para que a praça passasse a ter as dimensões de 60 metros de comprimento por quarenta de largo*. Constataremos que o jardim, no futuro, apresentará uma área significativamente maior do que a inicialmente prevista.

A *rua dos banhos* continuou a sua caminhada até à praia e, em setembro de 1867, o Presidente, na reunião da Câmara, informará os presentes que *a nova estrada rua dos banhos do edifício do Hospital ao Mar dos Vessadouros se achava concluída, segundo a respectiva planta, faltando somente para o seu emblesamento e fim para que é destinada a construção de casas que possam alugar aos banhistas, as quaes se podem construir nos terrenos baldios deste Município confinantes à mesma estrada rua como é reclamado por todos; e por isso propunha que esta Câmara se autorizasse pelo Exm<sup>o</sup> conselho do Distrito para dividir em chãos os ditos terrenos baldios, vendendo-os em praça pública*<sup>44</sup>.

Entraria em curso, a partir desta altura, o processo de loteamento dos terrenos, estando estruturada, enquanto artéria, a *rua dos banhos*, a qual virá, durante mais de um século, a tornar-se uma área residencial afeta, quase em exclusivo, às famílias que a procuravam para *vir a banhos*. Uma linha reta de cerca de 0,900 mts, partindo do centro histórico, orientada no sentido nascente- poente, desembocava numa praia, a hoje denominada Praia do Turismo, até então deserta. São de Luís Costa Maia as palavras que resumidamente definem o modelo adotado: *tão hospitaleira quis ser a nossa terra que mandou fazer um bairro novo à parte, para a sua distinta colónia balnear. Vila do Conde preocupou-se talvez em demasia com a noção de linha recta(...) quando delineou a praia de banhos; quando abriu a rua do seu chorado Bento de Freitas, a partir da Misericórdia até ao mar, e trancando depois a meio d'ella para o sul, esse*

---

<sup>43</sup> Irene Vaquinhas; Rui Cascão, *Evolução da sociedade em Portugal: a lenta e complexa afirmação de uma civilização burguesa* in «História de Portugal», dir. José Mattoso, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, vol. V, p. 456

<sup>44</sup>AMVC, *Livro de registo das atas das sessões*, 25-09-1867, fl. 90, nº 55

*amplo divertimento quadrangular que o município baptizava depois com o nome do saudoso Júlio Graça*<sup>45</sup>.

A primeira escolha para a criação de uma zona residencial, que atraísse turistas à praia vila-condense não fora esta, conforme se percebe pelo que ficou exarado na ata das sessões de 27 de julho de 1839: *havendo ao Norte do novo caes junto ao rio Ave desta villa, desde o cítico do Socorro até ao monte denominado do Pevido huma porção de terreno que se acha inculto podendo nele edificar-se cazas das quais muito aumento e proveito pode resultar a esta villa, já por que com mais facilidade poderão concorrer a ella várias famílias no tempo dos vanhos de mar*. Esta posição inicial é corroborada pelo jornal *Commércio de Villa do Conde: Entre 1863 e 1864 fallou-se muito em abrir uma comunicação commoda e fácil da villa em direcção à praia. N´essa epocha a praia onde se tomava banhos era a que fica situada entre o castello e a Capella de N<sup>a</sup> sr<sup>a</sup> da Guia*<sup>46</sup> Verifica-se pois, a ausência de unanimidade na escolha do caminho até à orla marítima e da localização da sua colónia balnear.

Pelas referências documentais anteriormente apresentadas, percebe-se que já eram conhecidos, nas primeiras décadas dos século XIX, em Vila do Conde, os benefícios terapêuticos dos banhos de mar divulgados pelas correntes médico- sanitárias de então, bem como, a existência da consciência de que este recurso geográfico e ambiental, com que era dotada a localidade, podia constituir-se numa fonte de rendimento promovendo a prosperidade local.

A estruturação da estância balnear vila-condense não seguiu, fielmente, o modelo urbanístico, quase pré-concebido, presente na maior parte das praias que surgiram no país e no estrangeiro. André Rauch, a propósito de Travemünde, resume a sua organização na faixa litoral paralela ao mar : *fundada em 1802; em 1822, num avançado de praia ergue-se uma construção em colunas que alberga os banhos quentes; duzentos passos atrás abrem-se um hotel e o seu café decorado com galerias, todo o conjunto rodeado por um jardim inglês*<sup>47</sup>. Embora os elementos integrantes da habitual paisagem balnear, referidos por Rauch, venham a marcar presença na praia vila-condense, a

---

<sup>45</sup> Luís Costa Maia ( Neöe), *A Nossa Praia*, Vila do Conde, Tipografia do Ave, 1910, p. 10

<sup>46</sup> M. Nogueira, *A nossa gravura: Praia de Villa do Conde, Rua Bento de Freitas* in « Comercio de Villa do Conde», nº 49, 1º ano, 27-10-1907, p.1.

<sup>47</sup> André Rauch, *As férias e a natureza revisitada. As férias e a vida privada. A estância balnear*, in «História dos Tempos Livres», org. Alain Corbin, Lisboa, Teorema, 2001, p. 95.

localização escolhida para a sua zona residencial foi diferente das opções tomadas por outras localidades, preterindo-se como zona de fixação preferencial o território imediatamente paralelo ao mar. Mais uma vez, Luís Costa Maia, regista a sua discordância: *Se em todas as praias se vê um passeio alegre porque não foram postas ali casas sobre um alegríssimo passeio à beira-mar?*<sup>48</sup> A configuração, localização e planeamento urbanístico da *praia* irá definir a sua procura e caracterização, englobando-a num conjunto de estâncias balneares consideradas de elite que se tornavam *apanágio exclusivo de alguma famílias aristocráticas, que as tomavam para si, como acontecia em Vila do Conde, Granja e Cascais.*<sup>49</sup>

## 1.2 Da Escola do Conde de Ferreira à Companhia Edificadora Villacondense

Rasgado o novo caminho até ao mar e até à praia, impõe-se como passo seguinte, a construção de edifícios e equipamentos que acolham os interessados em estanciar na praia vila-condense. A *rua dos banhos*, delineada como uma primeira intervenção urbana numa faixa de terreno, de consideráveis dimensões, enquadrada entre a margem direita do rio Ave (muito próximo da sua foz) e o oceano atlântico ( Fig. 1), assinala um processo de transformação do território, que só verá a sua conclusão apenas nos primeiros anos do século XXI.

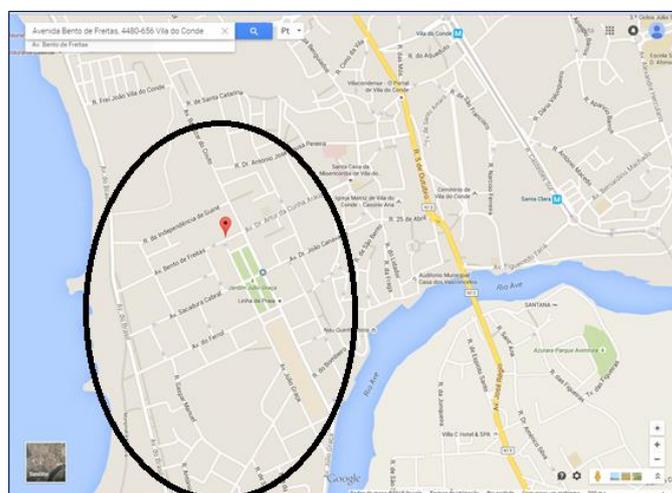


Fig. 1- Extensão de território sem ocupação residencial em 1866.

Excerto de planta de ruas retirado de: <https://www.google.pt/maps/place/Av.+Bento+de+Freitas,+4480-656+Vila+do+Conde/@41.3522395,-8.7444971,16z/data=!4m2!3m1!1s0xd2446aa2484bb97:0x22d50ca656a0b7dd>

<sup>48</sup>Luís Costa Maia ( Neöe), *A Nossa Praia*, Vila do Conde, Tipografia do Ave, 1910, p. 10

<sup>49</sup> Joana Costa Freitas, *O litoral português, percepções e transformações na época contemporânea: de espaço natural a território humanizado* in «Revista da Gestão Costeira Integrada», 7(2): 105-115 (2007), p. 112.

Após a abertura da nova rua, que depois da morte de Bento de Freitas Soares, em 1877, receberá o seu nome, uma primeira medida concretizada pelo Executivo Municipal é a plantação, ao longo de toda a sua extensão, de duzentas árvores, presidindo a esta decisão o aformoseamento do arruamento mas, sobretudo, para evitar que as *areas açoriem a rua como já vai acontecendo*<sup>50</sup>.

Sabe-se que, em 1868, já andava em construção a primeira casa edificada na *rua dos banhos*: a escola de instrução primária Conde de Ferreira. *Brasileiro, barão, benemérito, Joaquim Ferreira dos Santos*<sup>51</sup>, falecera em 1866 e expressara, em testamento, a intenção de mandar edificar *120 casas para escolas primárias de ambos os sexos nas terras que forem cabeças de concelho, sendo todas por uma mesma planta*<sup>52</sup>, afetando a esta disposição uma soma em dinheiro. O vice-presidente da Câmara de Vila do Conde transmitirá esta informação, aos restantes membros do Executivo, na reunião de 2 de Maio de 1866, comunicando a vontade de que se *reclamasse perante (...) os testamenteiros*, a construção de uma escola na vila. A cada sede de concelho seria atribuída a verba de um conto e duzentos para a obra e mobiliário, comprometendo-se o município, no prazo de um ano, a ter a obra finalizada. O município vila-condense irá candidatar-se ao legado e, após a expropriação dos terrenos necessários, faz anunciar a *arrematação da obra* no jornal *O Comércio do Porto*<sup>53</sup>.



Fig. 2- Escola do Conde de Ferreira, c. 1974, Arquivo fotográfico Carlos Adriano, AMVC

<sup>50</sup> AMVC, *Livro de registo das atas das sessões*, 23-09-1868, fl. 51v., nº 56.

<sup>51</sup> Jorge Alves, *Os Brasileiros: emigração e retorno no Porto oitocentista*, Porto, 1994, p. 327

<sup>52</sup> Citado in Jorge Alves, *Os Brasileiros: emigração e retorno no Porto oitocentista*, Porto, 1994, pp 330-331

<sup>53</sup> AMVC, *Livro de registo das atas das sessões*, 13-03-1867, fl. 64v., nº 55

O processo teve um rápido decurso, respeitando os prazos estabelecidos no testamento dando-se, em 1870, a edificação da Escola do Conde de Ferreira como concluída. Desse facto há registo na ata das sessões de 9 de março, na qual ficou exarado o *Auto de Inauguração (...) da Abertura da Aula de instrução primária na casa feita na estrada rua dos banhos por conta do donativo deixado pelo Excelentíssimo Conde de Ferreira em seu testamento*. A escola ficou localizada, sensivelmente, a meio da ala da nascente da avenida e acolhe, hoje, a Junta de Freguesia.

Reconhecemos a esta construção um carácter simbólico, pois tal como algumas das edificações mais emblemáticas da *rua dos banhos*, como em capítulo próprio se abordará, foi, em grande parte, o *dinheiro brasileiro* que tornou possível a concretização de um conjunto significativo de residências e formatou, num primeiro momento, a configuração social da praia vila-condense.

Entre 1867 e 1870, não deve ter ocorrido a construção de mais nenhum edifício, para além da Escola do Conde de Ferreira. João dos Reis<sup>54</sup>, invocando as suas memórias refere: *Nesse tempo [1881], só existia essa Escola do lado N [ na Rua Bento De Freitas ] e, quase em frente, até uns 300mts na direção do mar, existia também uma correnteza de casas pequenas de um só andar(...) Aí por 1880, foi que se começaram a construir os prédios que ali existem agora*.

A edificação da estância balnear vila-condense segue de perto o modelo empresarial, de iniciativa privada, identificado por André Rauch e adotado por estâncias nacionais e estrangeiras: «*Estância integrada*» -: *terrenos de posse comunitária vendidos ao promotor, sociedade imobiliária que reúne banqueiros e homens de negócios, obras prévias de saneamento, plano de desenvolvimento, e loteamento*<sup>55</sup>. Em Portugal, Raquel Henriques da Silva encontra, também, a sua aplicação na urbanização da praia de Monte Estoril, iniciada em 1890, a qual «foi uma deliberada criação da «*Companhia*» presidida por dois activos capitalista do fim do século, o Conde Moser e Carlos Anjos.<sup>56</sup>. Constatase, ainda, que este modelo fora também o preconizado por Bento de

---

<sup>54</sup> João dos Reis, *Subsídios para uma monografia de Vila do Conde : curiosidades da antiga Vila, contadas por um seu filho, o Comandante João dos Reis*, Porto, 1950, separata do Boletim Douro Litoral, nº IX, 3ª série, e nºs I-II, 4ª série, pp 11-12

<sup>55</sup> André Rauch, *As férias e a natureza revisitada. As férias e a vida privada. A estância balnear*, in «História dos Tempos Livres», org. Alain Corbin, Lisboa, Teorema, 2001, p. 97

<sup>56</sup> Raquel Henriques da Silva, *A arquitectura de veraneio em S. João do Estoril, Parede e Carcavelos, 1890-1930* in «Arquivo de Cascais- Boletim Cultural da Câmara Municipal de Cascais», nº 7, 1988, p 97.

Freitas, tentando promover, com a abertura da rua, «a criação de uma companhia que edificasse naquela praia », conforme se verifica pelo registado na ata de reunião do Executivo Municipal, ocorrida em 2 de outubro de 1858.

Portanto, também em Vila do Conde, assistiremos ao surgimento de uma empresa, cujo propósito será *edificar casas de habitação para banhistas* e que terá como denominação social *Companhia Edificadora Villacondense*. A primeira referência encontrada, sobre a mesma, data de 14 de maio de 1873, e é feita numa reunião da Câmara Municipal, na qual é lido *hum requerimento em nome de Júlio César de Faria Graça, José do Nascimento Castelo e António Fernandes Thomé, directores da Companhia Edificadora villacondense, expondo que achando-se estabelecida nesta Villa segundo as formalidades da lei,(...) pedião que segundo a autorização já concedida pelo Conselho do Distrito se mandasse proceder a nova arrematação de todos os terrenos marginaes referidos*. Solicitavam ainda, a dilatação do prazo de dois anos, previamente estabelecido, para a construção dos edifícios.

A arrematação dos terrenos teve lugar, numa primeira fase, durante a reunião do dia 29 de junho de 1873, reservando-se *os terrenos número um, dous e três medidos e confrontados no respectivo Mappa (...) para poderem servir para a construção de uma praça*. Embora a *Companhia* pretendesse adquirir os terrenos em lote, tal não mereceu o parecer favorável do Executivo, que *meteu a lanços cada um dos mencionados terrenos situados ao norte da rua*. O bacharel Júlio Graça, na qualidade de representante da empresa, arrematou os terrenos com os números 4 a trinta e quatro inclusive, pela quantia de oitenta e cinco mil e trezentos e cinquenta reis. A segunda sessão de arrematação decorreu no dia 6 do mês seguinte tendo, novamente, a mesma empresa arrematado os lotes numerados de 60 a 90. Novamente, a Câmara reserva, para uso municipal, duas parcelas: *os números cincoenta e cincoenta e um que ficam na extremidade de um e do outro lado da rua com frente ao mar, porque entendia que deviam ficar por enquanto na posse do município(..) para o emblesamento e conclusão da rua*.

A *Companhia Edificadora Villacondense* publica a sua *Escriptura de estatutos e constituição da sociedade anonyma de responsabilidade limitada* nas páginas 703 e 704, do nº 102, do Diário do Governo, de 7 de maio de 1873. Nos mesmos, se refere que *Esta companhia tem por fim promover diversos melhoramentos Materiaes em Villa*

do Conde, e com especialidade construir na estrada rua de Banhos, e nas ruas que venham a ter comunicação com ella, casa de habitação e outros edifícios que lhe convenham, e formar no lugar da Cachina um novo bairro de pescadores. Neste mesmo capítulo I, intitulado *Denominação, objecto, sede e duração da companhia*, refere, o último artigo: *A companhia, porém, não poderá possuir por mais de dez anos os bens imóveis que tinha adquirido, estando feita no fim d´este tempo a liquidação d´esses bens»* Como já foi, anteriormente, mencionado, a empresa era constituída por três sócios: Júlio Graça, médico, chefe local do Partido Progressista e que virá a presidir à Câmara Municipal a partir de 1887; José do Nascimento Castelo, proprietário e *força viva* da localidade, tendo integrado, algumas vezes, a vereação municipal e António Fernandes Thomé, proprietário.

Quase dois anos após a sua constituição, o primeiro balancete, datado de 30 de setembro de 1875, publicado pela *Companhia* é noticiado pelo periódico local *O Correio do Ave*<sup>57</sup>, no qual se refere ter a firma *em construção prédios no valor de 3 172\$800*.

Ao longo da sua existência, pudemos verificar que os propósitos iniciais da *Companhia* não se cumpriram com a celeridade pretendida, pois em 1878, no dia 9 de setembro<sup>58</sup>, em plena época estival, o Presidente da Câmara resolve notificar os *representantes da Companhia Edificadora desta villa para retirarem do leito da estrada- rua dos banhos todos os materiais de pedra que se acham depositados*, aviso que é reiterado em anos subsequentes e que atesta a existência de estaleiro de obras ainda em curso e que obstaculizavam a circulação.

Recorrendo a uma nota manuscrita, inserta no Fundo Jorge Moser<sup>59</sup>, percebe-se que as edificações promovidas pela *Companhia* ter-se-ão iniciado em princípios do ano de 1875 e que se traduziram num conjunto de quatro grupos de casas, concluídas quase em simultâneo, em 1878. A construção das mesmas importou na quantia de 21 contos de reis. De acordo com a informação obtida na ata das sessões de 16/09/1878, as habitações já podiam ser utilizadas nessa época balnear<sup>60</sup>. Pela análise da documentação

---

<sup>57</sup> *Balancete da Companhia Edificadora Villacondense*, in « O Correio do Ave», nº 39, 2-11-1875, p. 3.

<sup>58</sup> AMVC, *Livro de registo das atas das Sessões*, 9-09-1878, fl. 30, nº 62.

<sup>59</sup> *Coleção Jorge de Moser*, secção de Reservados, Biblioteca Nacional números 2 a 7, nº 4

<sup>60</sup> Lê-se na folha 63 v.: « A companhia edificadora villacondense alegando que na estrada rua dos banhos desta Villa perto das casa que se acham construídas do lado do norte», solicitando a dotação da rua com estruturas de drenagem das águas pluviais.

compulsada, atrevemo-nos a indicar como localização das mesmas a ala da rua situada a poente da Avenida Júlio Graça.

Em 1883, a *Companhia* expressa acentuadas dificuldades em cumprir o estabelecido nas cláusulas constantes do contrato de arrematação dos terrenos e solicita à Câmara Municipal a alteração das condições, nomeadamente, as cláusulas 1ª e 5ª. A primeira dizia respeito à área que cada edifício devia oferecer: pelo menos 76m<sup>2</sup> e a outra ao prazo de construção. O Executivo Municipal, atendendo às *dificuldades com que a requerente tem lutado, (...) originada já pela minguada concorrência de banhistas às praias desta villa*, resolve atender às pretensões exposta, mas aos dez anos solicitados de prorrogação do prazo de construção, apenas concede 3<sup>61</sup>

Em 1889, Antero de Quental<sup>62</sup>, que residiu em Vila do Conde entre 1881 e 1891, numa carta ao amigo José da Cunha Sampaio, datada de 24 de agosto<sup>63</sup> e na qual se percebe que a família Cunha Sampaio, de Famalicão, procurava a praia vila-condense, o escritor informa-o das possibilidades de alojamento disponíveis: *Há duas casas por alugar, ambas com bastantes acomodações, e até demais para o que precisas. Alugam-se com mobílias, leitos, enxergas, etc. cada uma por 15 000 réis mensais. Se, além disso, se quiser também loiça, são mais 2000 réis- No preço dos 15 000 réis vai também incluído fogão e mais preparos de cozinha. Isto quanto a casas. Agora, quanto a hospedaria, parece-me que é boa: o edifício é novo e amplo, e dizem-me que o serviço é regular. Preço 1000 réis diários por cabeça: mas quem trazer criada, pagará por ela só 500 réis diários*

Passados 20 anos da sua constituição, e de acordo com o referido no jornal *O Ave*, no seu número 88, de 3 de dezembro de 1893, a *Companhia Edificadora* cessa definitivamente a sua atividade: *Foi há dias distribuído aos acionistas o relatório e balanço da comissão liquidatária e parecer da Companhia edificadora Villacondense relativos ao ano económico findo em 30 de junho de 1893. Para prémio de consolação-diz-se aos acionistas- que nenhuma das oito casas que a companhia possui foi vendida, e que algumas este ano não foram alugadas...»*. Indica, ainda, despesas avultadas de

---

<sup>61</sup> AMVC, *Livro de registo das atas das sessões*, 20-06-1883, fl 65, nº 66.

<sup>62</sup> Ana Maria Almeida Martins, *Antero de Quental : a década dourada de Vila do Conde (1881-1891)*, Vila do Conde, Câmara Municipal de Vila do Conde, 1993, p 5; p. 67.

<sup>63</sup> Antero de Quental, *Cartas 1842-1891*, organização, introdução e notas de Ana Maria Almeida Martins, Lisboa, Comunicação ; Universidade dos Açores, 1989, p. 950 (2º vol.)

conservação das mesmas. No dia 10 de setembro de 1899, sete das casas pertencentes à *Companhia* são leiloadas em liquidação, sendo cinco altas e duas baixas<sup>64</sup>.

Terminava assim a atividade da *Companhia Edificadora Villacondense* que forçada, entre outros motivos, pela conjuntura económica desfavorável não conseguiu levar a bom porto o seu plano de urbanização da *rua dos banhos*.

Quando a *Companhia* é liquidada, para além dos edifícios por ela construídos são conhecidos os que a seguir se elencam na figura 3 (1886- 1898), de iniciativa particular, alguns dos quais ainda hoje existem.

Figura 3 -Relação de proprietários de edifícios na Avenida Bento de Freitas

ano	Nome proprietário	Referência	Fonte	Naturalidade
1881	Manuel de Araújo Pimentel	19 casas de um só andar	Comércio de Vila do Conde, 27-10-1907	Celorico de Basto, Casa da Gandarela?
1886	Comendador Joaquim Maria de Melo	Solicitação do pagamento de metade dos custos com o passeio em frente à sua casa	L. R.A.S. 18-08-1886	Vila do Conde
1887	Agostinho Luís de Oliveira Machado	«pede para ser construído um passeio em frente da sua casa na rua Bento de Freitas»	L.R.A.S. 03-08-1887.	Vila do Conde. Presidente da Câmara entre 1872 e 1876
	António da Costa Moreira	Edificar uma moradia de casas na rua Bento de Freitas	L.R.A.S. 22-06-1887	Desconhecido
	António Alexandrino da Silva	Pedindo alinhamento do muro gradeado e portão à face da rua Bento de Freitas, que há-de servir	L.R.A.S. 24-08-1887	Porto

<sup>64</sup> *Aviso de Leilão, Coleção Jorge de Moser, secção de Reservados, Biblioteca Nacional, nºs 2 a 7, nº 6*

		de ponte de vedação do seu prédio ali construído		
1888	Epifânio Ricardo Pereira de Andrade	Edificação de prédio	L.R.A.S. 28-04-1888	Vila do Conde
	Manuel Flores	Edificação de prédio	L.R.A.S. 2-05-1888	Vila do Conde
	António Lopes Pereira Cadeco	Edificação de prédio	L.R.A.S. 28-04-1888	Vila do Conde
	Agostinho Luís de Oliveira Machado	Edificação de prédio	L. R. A.S. 8-08-1888	Vila do Conde
1890	Carlos Augusto Vieira de Mello da Cunha Osório	«Edificar uma pequena casa entre o portão do lado do poente do seu prédio sito na Rua de Bento de Freitas e a propriedade do Doutor Machado e abrir umas frentes apilaradas para a serventia da mesma casa»	L. R. A.S. 12-05-1890	Da casa de Juste, Sanfins, do termo de Louzada
	João Pereira da Silva	Reconstruir um passeio em frente da sua casa sita na rua de Bento de Freitas.	L. R. A.S. 23-06-1890	Vila do Conde
	José Maria Loureiro	Solicitação do pagamento de metade do passeio construído em frente do prédio na rua Bento de Freitas	L. R. A.S. 09-06-1890	desconhecida
	António Almeida Carneiro	Solicitação do pagamento de metade do passeio construído em frente do prédio	L.R.A.S. 30-06-1890	Vila do Conde

	António da Guia Salvado	Solicitação do pagamento de metade do passeio construído em frente do prédio	L.R.A.S. 11-08-1890	Vila do Conde
	Manuel António Ribeiro Bravo	Construir na rua Bento de Freitas em terreno de sua propriedade um prédio	L.R.A.S. 10-09-1890	Porto
	Manuel José da Conceição Rocha	Pedindo licença para construir na rua Bento de Freitas d'esta villa dois grupos de casa	L.R.A.S. 6-10-1890	Braga
	José de Araújo Leal	Pedindo para lhe pagar metade das despesas de construção do passeio junto à sua casa na avenida Bento de Freitas	L.R.A.S. 6-10-1890	Vila do Conde
1891	José Gomes de Agonia	Solicitação do pagamento de metade do passeio construído em frente dos seus prédios	L.R.A.S. 6-04-1891	Vila do Conde
1892	Leopoldina Cândida Correia Pereira	Trazendo em construção uma morada de casas na rua Bento de Freitas confrontando o seu quintal a nascente com a escola Conde de Ferreira	L.R.A.S. 31-10-1892	Lisboa
1898	Manuel Baptista Miranda	Pedindo d'aforamento um bocado de terreno baldio nas traseiras do seu prédio na rua Bento de Freitas	L.R.A.S. 22-12-1898	Vila do Conde
1901	José António	Encarregados de	L.R.A.S. 3-	Vila do

	Aureliano Ferreira Barbosa e Adolfo Sousa Carneiro	construir um prédio de José do Carmo Lua, de Lisboa, pedindo alinhamento e licença para edificar prédios com aquisição de terrenos, o primeiro na rua Bento de Freitas com esquina para a rua do Doutor António Andrade, e o segundo na rua da Misericórdia com esquina para a de Bento de Freitas	06-1901	Conde
	Joaquim Francisco Praça	Pede licença e alinhamento para reedificar o prédio que possui à entrada da rua Bento de Freitas.	L.R.A.S1-07-1901	
1914	António Coutinho Júnior	Solicitação de construção de estabelecimento para venda de café, junto ao balneário ( antigo Mar á Vista), arrecadação e casa de banho	Processos de Obras particulares	Vila do Conde
	António Champalimaud (?)	Memória descritiva de uma obra a realizar na avenida Bento de Freitas	Processos de Obras particulares	
1921	Bernardo Pinheiro de Aragão	Reconstrução interior de uma casa na margem esquerda da avenida Bento de Freitas	Processos de Obras particulares	desconhecida

Entre 1887 e 1890 há, como se depreende pela leitura das atas das sessões, grandes e variadas obras a nível viário, tanto na sede do concelho como nas freguesias, assim como na *rua dos banhos*. Esta intensa atividade construtiva é confirmada pelo *Commercio de Vila do Conde: a nossa praia após um largo período de decadência(...)* *devida à falta de uma activa propaganda, entrara num período de prosperidade [iniciado em 1890], durante o qual só se pensava em novas construções e em abrir novas ruas ou avenidas (...) a que veio por termo a crise financeira de 1892*<sup>65</sup>

### 1.3 Tipologia das construções

Constatada como uma das exigências da Câmara Municipal apresentada à *Companhia Edificadora Villacondense* aquando da venda dos terrenos: construir casas que não apresentassem uma área menor que 76 m<sup>2</sup> e observando o significativo conjunto, estruturalmente mantido, que chegou aos nossos dias, verifica-se que a maior parte das edificações obedeceu ao estabelecido, apresentando-se, as vivendas como espaços residenciais requintados, de grande desafogo, algumas servidas de pequenos jardins e de quintal.

Analisando as poucas fotografias que até nós chegaram e regressando às palavras de João dos Reis<sup>66</sup>, ficamos a saber que para além das casas construídas pela *Companhia*, *existia uma correnteza de casas quase em frente [à Escola do Conde de Ferreira] até uns 300 mts na direção do mar, pequenas de um só andar, que, conjuntamente, com as da Companhia Edificadora Villacondense, foram as primeiras vivendas de praia construídas na rua dos banhos. Sabemos que a Companhia edificara cinco casas altas e duas baixas e que, antes de 1881, o falecido sr. Manoel d'Araújo Pimentel*<sup>67</sup>, *fazia erguer, na faixa de terreno que na extensão de toda a sua quinta, ficou separada d'esta pela abertura da rua para o lado do sul, dezanove casas, uma das quais foi expropriada*

---

<sup>65</sup> M. Nogueira, *A nossa gravura: Cantina Escolar marítima do colégio Barbosa Gama* in «Comércio de Vila do Conde», nº 106, 1909, p. 1.

<sup>66</sup> João dos Reis, *Subsídios para uma monografia de Vila do Conde : curiosidades da antiga Vila, contadas por um seu filho, o Comandante João dos Reis*, Porto, 1950, separata do Boletim Douro Litoral, nº IX, 3ª série, e nºs I-II, 4ª série, pp 11

<sup>67</sup> M. Nogueira, *A nossa Gravura. Praia de Vila do Conde. Avenida Bento de Freitas* in «Comércio de Vila do Conde», nº 49, 1907, p. 1

para a Avenida Júlio Graça. Estas não ocupando terrenos municipais, não eram obrigadas a obedecer à imposição de uma área mínima de construção, sendo de feição mais modesta no que à volumetria se refere, assim como na inexistência de pormenores de adorno. Somos de opinião, que este renque de casas, constituídas por um só piso, servidas de porta e janela, surgindo contíguas umas às outras, entronca no modelo que Raquel Henriques da Silva encontra na primeira fase de urbanização da praia da Parede, em que o *veraneio é entendido como um acto positivo, enriquecedor de uma vida activa e não como um luxo ou adorno da vida social. Por isso a casa é um abrigo, que deve ser cómodo mas discreto, sem excessos não funcionais nem acrescentos de difícil manutenção.*<sup>68</sup>



Figura 4 – casas construídas por Manuel de Araújo Pimentel, Col. Postais, BMJR.

Tal como noutras estâncias balneares, também em Vila do Conde, o conceito estético da casa de férias à beira-mar vai mudar, a partir do final da década de 1880. As casas tornam-se maiores, mais altas e mais ornamentadas, onde pontuam elementos similares aos que Raquel Henriques da Silva identificou na arquitetura das residências construídas, neste período, nas praias do Estoril: *os alpendres sobre colunatas, as escadarias em ângulo, as varandas de tabuinhas, os alegretes, os vãos de sugestão quinhentista ou seiscentista, os beirais, a telha portuguesa» e que compõe a fisionomia dos chalets e palacetes.*<sup>69</sup> Este gosto de construir, *que aguçava o desejo e o sentido*

<sup>68</sup> Raquel Henriques da Silva, *A arquitectura de veraneio em S. João do Estoril, Parede e Carcavelos, 1890-1930* in «Arquivo de Cascais- Boletim Cultural da Câmara Municipal de Cascais», nº 7, 1988, p 140

<sup>69</sup> Raquel Henriques da Silva, *A arquitectura de veraneio em S. João do Estoril, Parede e Carcavelos, 1890-1930* in «Arquivo de Cascais- Boletim Cultural da Câmara Municipal de Cascais», nº 7, 1988, p 112

*competitivo da geração de 1890*<sup>70</sup> é inspirado na mansão inglesa e nos chalets suíços. Entrado o novo século, as casas de veraneio, embora mantendo uma volumetria considerável, tornam-se mais simples na sua fisionomia arquitetónica. Indicamos, de seguida dois exemplos, entre muitos, de chalets: o *chalet Silva* e a *Casa de Guerra Junqueiro*.



Fig 5- Chalet construído em 1892 por Leopoldina Cândida Correia Pereira e no qual residiu o escritor Guerra Junqueiro, entre 1903 e 1905. Col. Postais, BMJR

<sup>70</sup> Raquel Henriques da Silva, *A arquitectura de veraneio em S. João do Estoril, Parede e Carcavelos, 1890-1930* in «Arquivo de Cascais- Boletim Cultural da Câmara Municipal de Cascais», nº 7, 1988, p 118



Fig. 6 Chalet construído por José da Silva Meira, 1891. Hoje pertence à Paróquia de Vila do Conde.  
(Ilustração *Vilacondense*, nº5, 1911).

Exemplificativas do Palacete<sup>71</sup>, indicaremos duas residências. A primeira, demolida no final dos anos 70 do anterior século, foi mandada construir por José da Conceição Rocha, em 1890<sup>72</sup>, um dos sócios do Banco do Minho, com sede em Braga. O projeto foi encomendado ao arquiteto da Câmara de Braga da época. A casa bancária, de que era um dos diretores, sofreu avultados prejuízos com a *crise financeira vivida pela Argentina*<sup>73</sup> e motivou a venda da casa à família Cyrne, da Rua da Fábrica no Porto. Esta família usou a casa durante vários anos, para férias, permanecendo na localidade,

<sup>71</sup> Este palacete é designado, por alguns, como a *Casa de D. João de Portugal*. A referência a este proprietário não aparece no artigo publicado no *Commercio de Vila do Conde*, nº106, 3º ano, 1909, p1. , que faz um breve historial do imóvel. Possivelmente, tratar-se-á de D. João José de Portugal Costa Mexia de Matos (que chegou a usar o nome João José Mexia de Matos Costa da Gama Lobo), proprietário alentejano, cujo genro, Dr. Ernesto de Vasconcelos, casado com a sua filha Joana Emília Monteiro da Silveira Mexia de Matos, era dado como natural do Porto. D. João encontra-se em Vila do Conde em 1920, pois o seu nome consta da lista de banhistas publicada pelo jornal *O Democrático*, de 18 de Julho desse ano. Uma das fontes orais, Maria Adelaide Pereira de Moraes, lembra «um senhor muito velhinho, que se deslocava pela rua numa cadeira de rodas. Tinha um carro com motorista, um luxo a que poucos se davam naquela altura. Como era de longe, não se relacionava com ninguém das restantes famílias presentes»

<sup>72</sup> *Processos de obras particulares*, AMVC, s. n., nº 2676

<sup>73</sup> M. Nogueira, *A nossa gravura: Cantina Escolar marítima do colégio Barbosa Gama* in «*Commercio de Vila do Conde*», nº106, 1909, p. 1.

por vezes, até dezembro. Por partilhas, a casa foi vendida e comprou-a José Pereira Barbosa da Gama, dono do Colégio da Rua das Oliveiras, no Porto.



Fig. 7- Palacete mandado construir por José da Conceição Rocha, 1890 ( *Commércio de Villa do Conde*, nº 106, 1909)

O segundo foi construído por Joaquim Maria de Melo, tendo o processo de obra dado entrada na Câmara Municipal em 1886<sup>74</sup> e passou, posteriormente, por vários proprietários, sendo, na atualidade, património municipal.

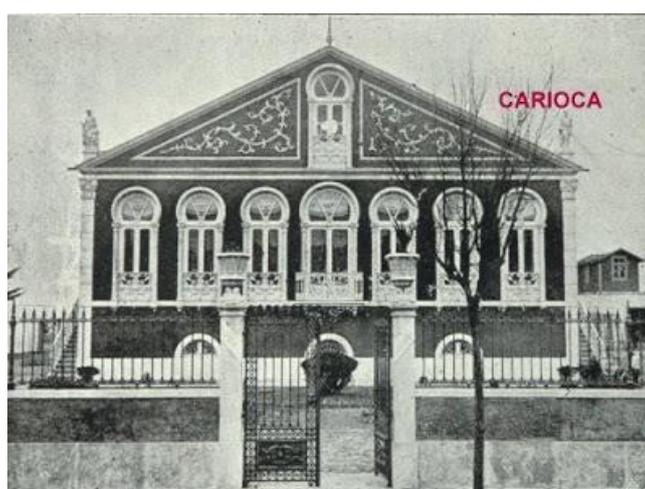


Fig. 8, O palacete Melo, Col. Postais, BMJR.

<sup>74</sup> AMVC, *Livro de registo das atas das sessões*, 18-08-1886, fl. 63v., nº 67

Nesta casa, alojaram-se várias famílias, amigas do proprietário, que vinham a banhos. Para além deste palacete, *o comendador Joaquim Maria de Melo fez construir (...) dois chalets, na rua Bento de Freitas e uma bela casa, para assembleia na Avenida Júlio Graça.*<sup>75</sup>

Durante a década de 1890, verifica-se a edificação de vários imóveis, como é o caso da *Vila Maria*, que ainda hoje ostenta, na sua frontaria, a data de 1892. Trata-se de uma vivenda, servida de um grande jardim, voltado para o Hotel da Avenida *um vastíssimo prédio em frente à Avenida Júlio Graça*<sup>76</sup>. A casa, arruinada, ainda hoje existe, mas o terreno adjacente foi urbanizado.

Em março de 1899, é iniciada a obra da primeira casa de espetáculos pública de Vila do Conde : o *Teatro Afonso Sanches*, localizado na entrada nascente da rua, ala mais distante da praia e onde as residências de veraneio foram sempre em menor número.

Os reflexos da crise financeira de 1893 e o desaparecimento de figuras como Joaquim Maria de Melo e Júlio Graça, grandes dinamizadores da praia de Vila do Conde, são os motivos invocados para a desaceleração construtiva e um certo declínio na procura da estância<sup>77</sup>, a que se assiste com a entrada no novo século. Durante a 1ª e 2ª de décadas, a Câmara Municipal notifica os herdeiros de alguns proprietários de casas ainda em construção, como podemos verificar, a título de exemplo, na ata das sessões de 24 de abril de 1912: *de requerer em juízo o cumprimento de edificar nos terrenos que ficam ao sul da rua Bento de Freitas d'esta Vila conthraida pelos arrematantes dos mesmos terrenos, os quais são José d'Araújo Leal, Bernardo Pinto Correia e Agostinho Luís d'Oliveira Machado.*

Após a abertura da *rua dos banhos* e do Jardim Júlio Graça, este ladeado pela avenida com o mesmo nome, gradualmente, irá nascer um conjunto de arruamentos perpendiculares e paralelos à Avenida Bento de Freitas: Almeida e Brito, Conde de Margaride, Baltazar do Couto, Estevão Soares, Avenida Brasil. Nesta última, paralela ao mar, cuja abertura se iniciou em 1911, a primeira construção é talvez a edificada por José Menéres, conhecida por Casa de Santa Fé, seguida da sua vizinha, no outro lado da

---

<sup>75</sup> M. Nogueira, *A nossa gravura: Cantina Escolar marítima do colégio barbosa Gama*, in «Commercio de Vila do Conde», nº106, 1909, p. 1

<sup>76</sup> M. Nogueira, *A nossa gravura: Cantina Escolar marítima do colégio barbosa Gama*, in «Commercio de Vila do Conde», nº106, 1909, p. 1

<sup>77</sup> M. Nogueira, *A nossa Gravura. Praia de Vila do Conde, Rua Bento de Freitas*, in «Commércio de Vila do Conde», nº 49, 1907, p. 1

rua, a casa de Frederico Abecassis, conhecida como a *Casa do judeu*, projetada por Ruy Morais Vaz e construída já na segunda década do século XX.

A edificação, na *rua dos banhos* e nas artérias envolventes, vai continuar em ritmo lento, verificando-se, ainda na segunda metade do século XX, a existência de muitos terrenos disponíveis.

Após a liquidação da *Companhia Edificadora Villacondense*, não há conhecimento, até 1930, de outra entidade empresarial que tomasse a seu cargo a continuidade das construções no *bairro balnear*. As novas casas que se edificam serão de iniciativa privada.

Em 1930<sup>78</sup>, surge a segunda tentativa comercial de edificação de casas para a população balnear. Esta será da responsabilidade da *Sociedade de Casas Económicas* que, em março, apresenta uma proposta ao município.: *o senhor presidente (...) disse que a Sociedade de Casas Económicas, com sede em Lisboa, propõe-se construir no bairro balnear desta Vila trez grupos de duas casas*. Assim, irá constituir-se -se, para o efeito, uma *comissão concelhia de Casas Económicas*, integrada, entre outros, pelo Eng.º Júlio Maria dos Reis Pereira. Estas casas, de que não há a certeza se foram edificadas na totalidade do projetado inicialmente, localizamo-las, as que chegaram aos nossos dias, na rua Almeida e Brito, hoje Avenida Sacadura Cabral. Continua a seguir-se o mesmo modelo conceptual de vivendas espaçosas, com aposentos distribuídos por mais de um que um piso, com jardim e logradouro, embora se verifique um maior despojamento quando comparadas, estas vivendas, com os chalets e os palacetes anteriormente referidos. Tal como noutras localidades do litoral, também em Vila do Conde, *a partir de 1910 ( ...) a casa modelo deixou de ser qualquer dos chalets-palacetes (...)*Os anos da guerra provocaram nova paragem na edificação, e, assim, *é só nos anos vinte que encontramos, em inúmeras casas, a expressão pouco diversificada do novo gosto, o « gosto português -os beirais, o registo de azulejos, os alegretes ou alpendres, ferro forjado*<sup>79</sup>.

A urbanização do território onde se localizou a zona residencial balnear foi bastante lenta. Embora a Câmara Municipal cedesse os terrenos de que era proprietária, muitas

---

<sup>78</sup> AMVC, *Livro de registo das atas das sessões*, 24-03- 1930, fl. 72, nº 81

<sup>79</sup> Raquel Henriques da Silva, *A arquitectura de veraneio em S. João do Estoril, Parede e Carcavelos, 1890-1930* in «Arquivo de Cascais- Boletim Cultural da Câmara Municipal de Cascais», nº 7, 1988, pp. 118-119.

vezes, a preço simbólico, a sua ocupação não ocorria ao ritmo pretendido, motivando a retoma dos mesmos por parte da edilidade. Indica-se a título de exemplo, o registado na sessão de 20 de novembro de 1933: *vários terrenos aforados ou vendidos por esta Câmara com a obrigação de construir dentro dos prazos que já foram ultrapassados em muitos anos e que a circunstância de(...) voltarem à posse da Câmara muito pode contribuir para o desenvolvimento do bairro balnear onde esses terrenos abundam, propõe-se que os detentores desses terrenos fossem demandados judicialmente.* Também é bastante frequentes as construções, após o seu início, pararem durante longos períodos, transformando as vias de circulação em estaleiros que, esteticamente, não valorizavam a rua onde estavam implantadas e tornavam-se obstáculos à circulação.

Durante a 2ª metade do século XX, algumas das casas construídas na *rua dos banhos*, a primeira artéria da estância balnear vila-condense, foram demolidas e deram lugar a edifícios de apartamentos os quais incorporaram, também, alguns dos terrenos não urbanizados. A *rua dos banhos*, como já referido, tinha o seu início no núcleo urbano da vila, sendo seccionada a meio pelo Jardim Júlio Graça e prolongava-se até ao mar. Pela proximidade com o litoral, a maioria das residências de veraneio localizaram-se na ala poente da mesma, onde ainda se conserva um expressivo conjunto das casas de praia erigidas nos finais do Século XIX, com fachadas originais e algumas na posse dos herdeiros das famílias responsáveis pela sua construção.

#### **1.4 O Jardim -Avenida Júlio Graça- o passeio público do Bairro Balnear**

Seccionando a Avenida Bento de Freitas, a antiga *rua dos banhos*, a Avenida Júlio Graça orienta-se no sentido norte-sul, acolhendo, na maior parte da sua área, um jardim com o mesmo nome, plantado em dois grandes tabuleiros que confinam, a nascente, com a Rua Dr. João Canavarro e, a poente, com a Avenida Sacadura Cabral.

Este espaço verde começou a ser aberto durante a presidência de João da Silva Barros, que chefiou o Executivo Municipal entre os anos 1883 e 1887, mas *foi Júlio Graça quem lhe deu o maior desenvolvimento e o aformoseou*<sup>80</sup> e por isso, foi-lhe atribuído o nome do chefe político do Partido Progressista local, que presidiu à Câmara Municipal entre 1887 e 1892. Através da leitura de um artigo publicado no *Comércio de Villa do*

---

<sup>80</sup> A. Silva, *A nossa Gravura. Avenida Júlio Graça* in « Comércio de Villa do Conde», nº 3, 9-12-1906, p. 1

Conde<sup>81</sup>, percebemos a sua configuração original : *a avenida Júlio Graça, aberta quasi a meio da rua Bento de Freitas, e que se estende até à margem do rio Ave n´uma extensão de perto de 800 metros, tem de largura mais de 80. É ladeado por duas espaçosas ruas e está ajardinado n´uma extensão de mais de 150 metros, tendo além de bem delineadas ruas, um lago no centro, e no meio d´aquele uma ilha arborizada, cujo acesso se faz por uma pitoresca ponte. Macissos d´arbustos e flores, perfumando e purificando o ar que ali se respira, tornam este lugar higiênico e agradável.(...)A outra parte d´avenida, embora não ajardinada já contém maciços de árvores e arbustos, e tem magníficos locais para jogos de law- tennis e cricket com que os banhistas se entretêm, e passam horas agradáveis.*

O jardim, integrando uma estratégia de urbanização dos terrenos localizados a poente do núcleo residencial da vila, seria apropriado, quase, exclusivamente, pelos banhistas, como um espaço de ocupação do tempo livre pois, fora dos meses de verão, não registava procura significativa por parte dos habitantes locais.

Sabe-se que nos primeiros anos, a permanência na praia, para além do tempo necessário à tomada do banho de mar, ainda não era um hábito, como se depreende das palavras de Ramalho Ortigão: *depois do banho ninguém tem outra preocupação imediata que não seja a de almoçar pão com manteiga e café com leite. (...)Durante o dia as senhoras deixam enxugar o cabelo e tocam nos pianos a Marcha Turca de Mozart*<sup>82</sup> Os banhos de sol serão, pois, *uma inovação do século XX*<sup>83</sup>e, por isso, a permanência na praia tinha um carácter breve, pelo que se tornava necessário criar propostas que ocupassem a restante parte do dia que se passava fora do areal.

Será neste espaço ajardinado que se sedeará a primeira sala de reuniões e diversão dos veraneantes da praia de Vila do Conde. Aqui, Joaquim Maria de Melo, *um dos maiores propagandistas da nossa praia*<sup>84</sup>, construirá uma casa para *a Assembleia*, onde se reúne a comunidade balnear, assistindo a *entusiásticos divertimentos* que ocupavam algumas das muitas horas de ócio. Também no enquadramento do jardim, se localizará o *Grande*

---

<sup>81</sup> A. Silva, *A nossa Gravura. Avenida Júlio Graça* in « Comércio de Villa do Conde», nº 3, 9-12-1906, p. 1

<sup>82</sup> Ramalho Ortigão, *As Farpas*, Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1966, tomo I, p. 287

<sup>83</sup> Roy Porter, *Os ingleses e o lazer* in « História dos Tempos Livres», dir. Alain Corbin, Lisboa, Teorema, 2001, p. 43

<sup>84</sup> A. Silva, *A nossa Gravura. Avenida Júlio Graça* in « Comércio de Villa do Conde», nº 3, 9-12-1906, p. 1

*Hotel da Avenida*, com o seu café e restaurante, fundado para servir os *distintos banhistas da nossa praia*. O Jardim Júlio graça será, ainda, a localização escolhida para, anos mais tarde, se edificar o Casino de Vila do Conde.

Como era moda então, o *Passeio Público* devia proporcionar música aos seus frequentadores e, seguindo a corrente, também no jardim será instalado um coreto, no verão do ano de 1896<sup>85</sup>, no qual há música: *às quintas-feiras e domingos, na época balnear, (...) e se faz ouvir uma banda de música*.<sup>86</sup> Esta será uma prática corrente até aos anos 40, assumindo a Câmara Municipal, nalgumas épocas, o pagamento a bandas musicais que atuavam no jardim. Entre as bandas que aqui atuaram encontram-se a *Banda do Reformatório* e a da *Companhia Rio Ave*<sup>87</sup>, embora também fossem contratados os serviços de grupos musicais externos ao concelho.

Neste local, ao longo dos tempos, teve lugar um conjunto diversificado de iniciativas lúdicas promovidas pelos banhistas e nas quais os residentes sazonais participavam.



Fig. 9- Jardim Júlio Graça, Col. Postais, BMJR.

---

<sup>85</sup> AMVC, *Livro de registo das atas das Sessões*, 24-09-1896, fl. 44, nº 72.

<sup>86</sup> A. Silva, *A nossa Gravura. Avenida Júlio Graça* in « Commércio de Villa do Conde», nº 3, 9-12-1906, p.

1

<sup>87</sup> A. Silva, *A nossa Gravura. Avenida Júlio Graça* in « Commércio de Villa do Conde», nº 3, 9-12-1906, p.

1

## 1.5 Reflexo das políticas regeneradoras nacionais na estruturação da localidade como estância balnear

*A prática balnear junto ao mar é um fenómeno tardio em Portugal, quando comparado com outros países europeus. Pode ser detetado após a implantação do liberalismo e anunciado pelo despontar de « novos gostos e diferentes hábitos de sociabilidade» no seio da emergente burguesia liberal*<sup>88</sup>. Identificam-se, ainda, como contributos para o fomento e incremento destes hábitos, na sociedade portuguesa, um conjunto de fatores potenciadores, que podem ser entendidos como reflexos das políticas regeneradoras nacionais, concretamente, no que se refere a estruturas viárias e a meios de transporte e que também se fizeram sentir na vila da foz do Ave.

*Com efeito, passam por Vila do Conde os caminhos da civilização que se abriram em Portugal ao longo da segunda metade do século XIX.*<sup>89</sup> A construção destes caminhos, no sentido literal, irá ser uma realidade um pouco por todo o país, pois a *política fontista visava, por um lado, diminuir as assimetrias regionais e, por outro lado, facilitar a integração europeia de Portugal, estabelecendo uma rede viária de estradas e caminho-de-ferro*<sup>90</sup>. Assim, constataremos que *o desenvolvimento nacional, protagonizado pela política de transportes e criação de mercados internacionais, decorreria paralelamente à execução de iniciativas regionais e locais.*<sup>91</sup> cremos pois, que a estruturação de Vila do Conde, como estância balnear, se poderá inserir nestes propósitos, tendo sido protagonistas locais da interpretação do ideário fontista *políticos de prestígio local e nacional (...) como Bento de Freitas, regenerador, e Júlio Graça, progressista*<sup>92</sup>.

Após a conclusão das obras de contenção do rio Ave na sua margem direita, já dobrada a primeira metade do século XIX, tendo-se terminado, em Julho de 1864, *as obras(...) no campo da Feira próximo ao Senhor da Lavandeira para melhor direção das águas de enxurro ao Rio e evitar que o entulho do campo se precipitasse no mesmo*<sup>93</sup>, a

---

<sup>88</sup> Rui Cascão, *A invenção da praia: notas para a História do Turismo balnear* in «A Cidade e o campo» Coletânea de Estudos, Coimbra, Centro de História da Sociedade e Cultura, 2000, p. 325

<sup>89</sup> A. do Carmo Reis, *Nova História de Vila do Conde*, Vila do Conde, CMVC, 2000, p. 179

<sup>90</sup> Maria Manuela Tavares Ribeiro, *A Regeneração e o seu significado* in «História de Portugal» org. José Mattoso, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, vol. 5., p. 126

<sup>91</sup> Maria Manuela Tavares Ribeiro, *A Regeneração e o seu significado* in «História de Portugal» org. José Mattoso, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, vol. 5., p. 127

<sup>92</sup> A. do Carmo Reis, *Nova História de Vila do Conde*, Vila do Conde, CMVC, 2000, p. 179

<sup>93</sup> AMVC, *Livro de registo das atas das sessões*, 20-07-1864, fl. 42v., nº53

abertura da Estrada Real nº 30 ocupará a agenda municipal. Como já foi referido anteriormente, numa primeira fase, pretendia-se, com a abertura desta estrada, ligar o Porto a S. Bento da Porta Aberta, alterando-se, posteriormente, a rota em direção a Viana do Castelo. O primeiro troço desta via, em Vila do Conde, partirá do Campo da Feira ou Terreiro, ficando paralelo à Rua das Hortas ou Rua Direita (que no futuro adotará outros nomes) até à Praça de S. João. Data de 1857, o anúncio que o Presidente da Câmara, Francisco José Teixeira, fizera ao seu Executivo, sobre a aprovação do projeto *na Sessão da Câmara dos senhores deputados» e a publicação do «Projecto de Ley no Diário do Governo nº 105, de seis deste mês de maio*<sup>94</sup>. A construção desta estrada era há muito era reclamada por alguns comerciantes e também pelos concelhos vizinhos, chegando a surgir a ideia de constituir-se uma sociedade para a sua concretização, como pode verificar-se através do registado na ata de reunião do governo municipal, de 16 de maio de 1855, na qual é mencionada uma carta enviada *pelo sr. Eduardo Moser(...) que apresentava respeito a organizar-se nesta villa uma companhia para por meio de acções no valor de quarenta contos de reis se fazer a estrada da cidade do Porto para esta Villa do Conde e Póvoa de Varzim*. Por dificuldades em obter a comparticipação do Governo na concretização da abertura do arruamento, a Câmara Municipal chega, formalmente, após várias reuniões com os executivos de Bouças e Póvoa de Varzim, a integrar a Companhia União do Ave<sup>95</sup>, que constatarmos, não virá ater atividade conhecida, tomando as estâncias nacionais e locais a abertura da estrada a seu cargo.

O segmento da estrada real nº 30, desde a Póvoa até ao lugar de Portas Fronhas, estará concluído em 1862, conforme se percebe pelo exarado no livro das atas das sessões : *disse o sr. Presidente que com a maior satisfação comunicava que(...) no dia vinte e um de março se deo principio à abertura da estrada entre esta vila e a Póvoa de Varzim, estando já aberta até ao lugar das Portas Fronhas e pagas as respectivas expropriações(...)tendo-lhe afiançado o Engenheiro que (...) em breve estaria a estrada aberta até ao Largo de S. Sebastião*.<sup>96</sup> A construção da rua será demorada e só em 1872, altura em que *o Exmº Doutor Faria se tinha oferecido voluntariamente a ceder o terreno preciso do seu quintal gratuitamente para se conseguir o alargamento*<sup>97</sup>, estará

---

<sup>94</sup> AMVC, Livro de registo das atas das sessões, 20-07-1864, fl. 43, nº53

<sup>95</sup> AMVC, Livro de registo das atas das sessões, 29-08-1855, fl. 120 v., nº 47.

<sup>96</sup> AMVC, Livro de registo das atas das sessões, 23-04-1862, fl. 20, nº 52

<sup>97</sup> AMVC, Livro de registo das atas das sessões, 19-09-1872, fl. 85 v., nº 59

concluída. Esta via era assumida-se como fundamental na ligação com os concelhos vizinhos e será a artéria principal, por onde fluirá o trânsito automóvel em direção ao Porto, a sul e para a Póvoa de Varzim, a norte, até ao final da década de 1990, altura em que se construirá o IC1, que deu origem à A28.

A ligação entre as duas margens do rio Ave fazia-se, após as grandes cheias do inverno de 1821, responsáveis pelo desmoronamento da ponte das Neves, através de uma ponte de madeira assente em estacas que, todos os anos, consumia avultadas somas na sua manutenção. Com a abertura da estrada, é natural que a vontade de construir uma nova ponte surgisse e se impusesse como imprescindível. Assim, o projeto da sua construção é conhecido, pela primeira vez, através de um ofício do Diretor das Obras Públicas do distrito do Porto, enviado à Câmara Municipal, no qual refere ser *indispensável fazer uma nova ponte sobre o Ave para a passagem da nova estrada através desta vila*<sup>98</sup>. A nova ligação entre Vila do Conde e a freguesia de Azurara, será aberta ao trânsito em 26 de setembro de 1893. A *ponte metálica* permitirá a travessia do Ave até 1974<sup>99</sup>, ano no qual procederá à construção da atual, que fora projetada com 4 faixas rodoviárias.

Aberta a nova estrada, mesmo antes da nova ponte metálica ser uma realidade, já há ligação à Póvoa de Varzim através do carro americano. A instalação deste meio de transporte, de iniciativa privada, é assumida como um *grande melhoramento que este elemento de progresso havia de produzir nas duas vilas*<sup>100</sup>. Refere o jornal *O Correio do Ave* que, em outubro de 1874, *o director das obras públicas d´este distrito andou(...) em visita d´inspeção a toda a linha qual achou em estado de começar a ser explorada». O articulista indica ainda as vantagens da ligação de Vila do Conde à sua vizinha a norte: «depois de inaugurada essa via de Comunicação (...) o que será breve, projectam-se vários divertimentos aqui, taes como regatas, corridas de cavalos, etc. que de certo atrairão grande concorrência, a gozá-los da gente que se acha a banhos na Póvoa de Varzim»*. A linha americana iniciava o seu trajeto no Campo da Feira, em Vila do Conde, e terminava na Praça do Almada, na Póvoa de Varzim, havendo, sensivelmente, a meio do percurso uma estação de muda dos cavalos.

---

<sup>98</sup> AMVC, *Livro de registo das atas das sessões*, 20-08-1862, fl. 35, nº 52

<sup>99</sup> O jornal *Renovação*, no seu número 1680, p. 3, de 27-04-1974, refere: *construída há 80 anos a ponte metálica ainda há poucos dias ligava Vila do Conde com Azurara está a ser desmantelada*.

<sup>100</sup> *Inauguração do caminho-de-ferro americano* in «O Correio do Ave», nº 34, 16-10-1874, p. 2

Passados, sensivelmente, dois anos após a abertura da linha do carro americano, já se pode viajar entre o Porto e a Póvoa de Varzim, de comboio. A primeira viagem entre a Boavista e a Póvoa tivera lugar em outubro de 1875<sup>101</sup>, passando, a partir de então, o comboio a estar acessível regularmente. Este meio de transporte, rápido, seguro, fiável e barato, foi, na opinião de Roy Porter, *o mais poderoso instrumento de transformação social do século XIX e o seu aparecimento revolucionou incontestavelmente o uso do tempo livre. Ligado às outras inovações que revolucionaram os transportes, esteve na origem da ideia de que as férias, enquanto instituição social, implicavam partir para uma grande viagem*<sup>102</sup>. Defende ainda que *a sua influência sobre os lugares de vilegiatura foi enorme*.

Também Raquel Henriques da Silva partilha a posição de Porter, reconhecendo, relativamente, às praias do Estoril, que *o caminho de ferro, rápido e eficaz, abre, aos lisboetas uma vontade de modernização, as margens próximas e afinal económicas do concelho vizinho que se descobre debruçado sobre o mar*.<sup>103</sup>

Esta é também a posição de Irene Vaquinhas, que reconhece, na existência do caminho-de-ferro, um fator de desenvolvimento das estâncias balneares, de que é um exemplo a praia da Figueira da Foz<sup>104</sup>.

Vila do Conde viu, também, neste meio de transporte a possibilidade de se afirmar como estância balnear, passando a incluir na propaganda da sua praia, como elemento de atração, a ligação ao Porto por comboio. Veja-se, a propósito, um pequeno texto publicado no jornal *O Ave*, de 4 de maio de 1893: *Nos jornais, nos diários da capital, devem aparecer annuncios de estabelecimentos em Vila do Conde, sempre encimados com esta epigraphe: Praia de Villa do Conde, a 4 léguas do Porto com via férrea*.

No entanto, a localização muito afastada entre o bairro balnear e a estação de caminho-de-ferro, não potenciou, como o desejado, a escolha da foz do Ave como estância de férias. *A estação ficava num ermo, e todos aqueles que tinham necessidade, no Inverno,*

---

<sup>101</sup> Adalberto Ferreira Pinto, *Troços de linhas férreas portuguesas abertas à exploração desde 1856 e sua extensão* in «Gazeta dos caminhos-de-ferro», nº 1652, 16-10-1956, p. 528

<sup>102</sup> Roy Porter, *Os ingleses e o lazer* in «História dos tempos livres», org. Alain Corbin, Lisboa, 2001, Teorema, p.28

<sup>103</sup> Raquel Henriques da Silva, *A arquitectura de veraneio em S. João do Estoril, Parede e Carcavelos, 1890-1930* in «Arquivo de Cascais- Boletim Cultural da Câmara Municipal de Cascais», nº 7, 1988, p. 95

<sup>104</sup> Irene Vaquinhas, *Apontamentos para a história do Teatro- Circo Saraiva de Carvalho da Figueira da Foz( 1884-1895)* in «Arquipélago- História», 2ª série, XIV-XV( 2010-2011), 118.

*de seguir no comboio para qualquer destino, davam graças a Deus por, tendo atravessado caminhos tão ínvios, chegarem a salvo, sem beliscadura alguma e com fatos enxutos, à referida estação. Muitos levavam meias de reserva*<sup>105</sup>

Também Luís da Costa Maia era de opinião de *que a linha férrea, mais avizinhada da praia, trazia a esta Villa maiores e mais directos interesses, mais notável e immediato desenvolvimento, sem prejudicar os povos de outras localidades.(...) Não o quiseram, porém, assim, deixando ficar a estação a enorme distância da praia*<sup>106</sup>.

Roy Porter<sup>107</sup> reconhece também na proximidade da estação do caminho-de-ferro da praia, uma grande vantagem, funcionando esta facilidade como um fator de particular atração para todo o tipo de públicos, tornando-as procuradas por um maior número de indivíduos de diferentes grupos sociais: *em muitas estâncias, a frequência da clientela operária, nem que fosse por um dia, não era verdadeiramente nova. (...)Os pobres, vindos das cidades fabris, ainda que por um dia, vinham provar as virtudes do mar como remédio.*

A ligação, por transporte público, entre a estação do comboio e a Avenida Bento de Freitas só passará a ser uma realidade a partir de 1899, aparecendo, em reunião de Câmara de 12 de Junho de 1899, o requerimento de José Branco Soares Galiza pedindo *a concessão d ´ uma linha americana, entre a estação de caminho- de- ferro (...) e o extremo da rua de Bento de Freitas ( anexo 1)*

---

<sup>105</sup> João dos Reis, *Subsídios para uma monografia de Vila do Conde : curiosidades da antiga Vila, contadas por um seu filho, o Comandante João dos Reis*, Porto, 1950, separata do Boletim Douro Litoral, nº IX, 3ª série, e nºs I-II, 4ª série, p.30

<sup>106</sup> Luís Costa Maia ( Neöe), *A Nossa Praia*, Vila do Conde, Tipografia do Ave, 1910, p.22

<sup>107</sup> Roy Porter, *Os ingleses e o lazer* in «História dos tempos livres»,org. Alain Corbin, Lisboa, 2001, Teorema, p.40



Figura 10- Planta de Vila do Conde com a distância entre a estação do caminho-de-ferro e o litoral elaborada a partir da imagem recolhida em <https://www.google.pt/maps/place/Av.+Bento+de+Freitas,+4480-656+Vila+do+Conde/@41.3528033,-8.7493895,16z/data=!4m2!3m1!1s0xd2446aa2484bb97:0x22d50ca656a0b7dd>, acedido em maio, 2015

Para além destes melhoramentos, há ainda em curso, após os anos 70 do século XIX, outras obras de relevo, de que se apresentam alguns exemplos: em 1873, a *construção da Estrada de Villa do Conde à Ponte d'Este e a terraplanagem da estrada da Cruz do Rendo aos Nove Irmãos*<sup>108</sup>; a construção de um mercado fechado *pelo norte da Praça de Sam João*<sup>109</sup>, cuja planta é apresentada em 1875; a proposta de abertura de *uma rua pública que ligue o Campo da Feira d'esta villa com a estação do Caminho de Ferro*<sup>110</sup>, em 1878 ; a apresentação do projeto, em 1884, de abertura de uma rua que ligasse *esta villa à Poça da Barca(...) pelo norte da Rua Bento de Freitas*<sup>111</sup> ; a abertura *da estrada municipal da Praça S. João ao litoral*, em 1890<sup>112</sup> .

Vila do Conde, dobrado o 3º quartel do século XIX, possui um conjunto de infra-estruturas, nas quais se incluem as viárias e os meios de transporte, os quais permitem a circulação de pessoas e produtos. A existência destes elementos, à semelhança, do que aconteceu, um pouco, por todo o país, enquadrou-se nas orientações políticas nacionais que visavam conduzir o país ao progresso e ao desenvolvimento económico, de que a possibilidade, reconhecida pelos dirigentes políticos locais, de atração de banhistas à

<sup>108</sup> Edital. A Câmara Municipal deste concelho de Villa do Conde & in « Eco da Beira- Mar» nº 65, 31-08-1873, p.3

<sup>109</sup> AMVC, Livro de registo das atas das sessões, 21-07-1875, fl. 6, nº 61

<sup>110</sup> AMVC, Livro de registo das atas das sessões, 15-05-1878, fl. 15, nº 62

<sup>111</sup> AMVC, Livro de registo das atas das sessões, 10-12-1884, fl. 182, nº 66

<sup>112</sup> AMVC, Livro de registo das atas das sessões, 10-06-1890, s/n, nº 69.

praia vila-condense não é fator menos considerado e que contribuíram para a procura da vila como espaço de lazer.

### **1.6 Do *dèsir du Rivage* ao advento da talassoterapia**

A «*burguesia imprimirá à sociedade oitocentista novos hábitos de sociabilidade, tornando acessível a grande parte da população divertimentos que, num passado não muito remoto, eram apenas reservados à nobreza e a uma pequena elite. (...)Entre os novos «ritos» introduzidos destaca-se a vulgarização do acesso às estâncias balneares*<sup>113</sup>. Constata-se que atração pelo litoral ou utilizando a expressão de Alain Corbin, *le désir du rivage*<sup>114</sup>, far-se-á sentir entre os anos de 1750- 1840, corporizando-se na invenção social da praia. De acordo com este mesmo autor, o mar, até então, era encarado quase como um capricho da natureza, uma coisa horrível que causava medo e que estaria, conceptualmente, bastante próximo do Inferno. Os episódios bíblicos, de que o mais marcante é o Dilúvio, caracterizavam os oceanos como entidades indomáveis, de fundos insondáveis, causadores de desgraça e de desastres aniquiladores, como eram bem conhecidos os naufrágios. Assim, às faixas arenosas que bordejavam o mar, muitas delas semiocultas por falésias e escarpas íngremes, chegava todo o tipo de despojos, tornado as praias locais insalubres e, por isso, completamente vazios.

*Entre 1660 et 1675, les mystères de l'océan se dissipent*<sup>115</sup> e vai operar-se uma mudança de olhar em relação às orlas costeiras, motivada pelos progressos científicos no domínio da oceanografia; pela literatura, em que um grupo de poetas apregoa as maravilhas marinhas, enaltecendo os cantos dos profetas da teologia natural e pela moda, que entra em voga, da viagem clássica às margens luminosas da baía de Nápoles.

Assim, a partir dos anos 30 do século XIX, as praias e o litoral passam a integrar o circuito de práticas naturais e de frequência de espaços ao ar livre, apanágio de um grupo social, burguês, que reconhece, na sua fruição, uma prática social diferenciadora e

---

<sup>113</sup> Irene Vaquinhas; Rui Cascão, *Evolução da sociedade em Portugal: a lenta e complexa afirmação de uma civilização burguesa* in «História de Portugal», dir. José Mattoso, vol. 5, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, p. 453

<sup>114</sup> Alain Corbin, *Le territoire du vide: l'occident et le désir du rivage*, Paris, Éditions Flammarion, 1988, p. 31

<sup>115</sup> Alain Corbin, *Le territoire du vide: l'occident et le désir du rivage*, Paris, Éditions Flammarion, 1988, p. 28

que satisfaz um certo anseio de regresso às origens. *A exemplo do sucedido em outros países europeus, também Portugal conheceu, embora, mais tardiamente, o désir du rivage, isto é, a atração pelo mar. Com efeito, o gosto pelos banhos de água salgada e também de rio(...) acentuou-se em Portugal a partir de 1840.*<sup>116</sup> .

Paralelamente, a medicina também forneceu argumentos decisivos a favor dos banhos de mar. *Bem cedo alguns clínicos, como o doutor Richard Russel<sup>117</sup> , começaram a prescrever os banhos de mar e os médicos, preocupados com as epidemias de tuberculose, afirmavam que o ar e a atmosfera das estâncias balneares, sobretudo as situadas junto ao mar e flanqueadas de falésias abruptas, eram reconstituintes.(...) o ar marítimo e os banhos de mar, juntos, constituíam um remédio quase infalível, vindo sempre um ou outro combater as mais diversas afeções, do estômago, dos pulmões ou do sangue. Eram anti- espasmódicos, anti- tísicos, anti sépticos, anti-biliares e ate anti-reumatismais<sup>118</sup> . Russel estará na origem da fundação de umas das primeiras e mais famosas estâncias balneares de Inglaterra, Brighton.*

Em Portugal, Ramalho Ortigão, no seu volume *As Praia de Portugal*, publicado em 1876, indica também, os benefícios dos banhos de mar: *O mar(...) Elle tem o fosfato de cal para os teus ossos, o iodo para os teus tecidos, o bromureto para os teus nervos, o grande calor vital para o teu sangue descorado e arrefecido.*<sup>119</sup>

Qual prescrição química do século XXI, os banhos de mar para surtirem o efeito desejado, funcionando como uma medida preventiva ou curativa, obedeciam a regras: *rápidos, com três mergulhos e apanhando o banhista o choque de sete ondas*<sup>120</sup> . Ramalho acrescenta ainda: *os banhos terapêuticos, na opinião do Dr. Maret, devem ser tomados, à laia de tratamento, 30 a 40 banhos, numa água à temperatura de 12 a 14*

---

<sup>116</sup> Irene Vaquinhas; Rui Cascão, *Evolução da sociedade em Portugal: a lenta e complexa afirmação de uma civilização burguesa* in «História de Portugal», dir. José Mattoso, vol. 5, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, p. 453

<sup>117</sup> Richard Russel( 26 November 1687-1759) was an 18th-century British physician who encouraged his patients to use a form of water therapy that involved the submersion or bathing in, and drinking of, seawater. The contemporary equivalent of this is thalassotherapy, although the practice of drinking sea water was largely discontinued. [http:// en. Wikipedia.org/ Richard Russel \( doctor\)](http://en.Wikipedia.org/Richard_Russel_(doctor)), acedido em maio de 2015.

<sup>118</sup> Roy Porter, *Os ingleses e o lazer* in «História dos tempos livres», org. Alain Corbin, Lisboa, 2001, Teorema, p.40

<sup>119</sup> Ramalho Ortigão, *As Praias de Portugal: guia do banhista e do viajante*, Porto, Livraria Universal de Magalhães & Moniz editores, 1876, p.16

<sup>120</sup> COLAÇO, Gonta; ARCHER, Maria, *As Memórias da linha de Cascais*, ed. fac- similada, Câmara Municipal de Oeiras; Câmara Municipal de Cascais, 1999, p. 19

*graus*<sup>121</sup>. Nasciam assim, os princípios da talassoterapia que vão ser postos em prática nos dois últimos séculos, com algumas variantes, de que são exemplos a água marinha aquecida e os envoltivos em lamas e algas oceânicas.

Em Vila do Conde, os benefícios terapêuticos dos banhos de mar já eram conhecidos antes dos anos 30 do século XVIII, pois como já foi anteriormente referido, data dessa altura a primeira tentativa de construção de uma zona residencial que atraísse banhistas à localidade e somos em crer que, alguns dos residentes, já faziam uso dos mesmos na praia de Senhora da Guia, localizada na foz do ave. A título de exemplo, refira-se que o escritor José Régio regista, em 1923, nas *Páginas do Diário Íntimo: tenho passado as manhãs na praia, as tardes na praia ou no rio*<sup>122</sup>

Entre essa praia e a fronteira, a norte, com a Póvoa de Varzim, numa extensão aproximada de 4 Kms existia um *território do vazio*, usando a expressão de Alain Corbin, tendo a Praia do Turismo, na qual desembocava a Avenida dos Banhos, nascido do nada.

O projeto de urbanização da enorme faixa de território a poente do núcleo residencial da vila, tendo como intuito a atração de turistas que fizessem uso dos banhos de mar, tornando a localidade numa estância balnear, foi dinamizado e concretizado por dois vila-condenses, ambos médicos: Bento de Freitas Soares e Júlio Graça. Estes são os dois nomes fundadores no que diz respeito às transformações urbanísticas estruturais que em Vila do Conde se operaram, a partir dos anos 60 do século XIX, muitas das quais ficariam concluídas apenas no final do século XX. Políticos de marcante e louvada atividade e empenho, ambos foram bacharéis em Medicina pela Escola Médico Cirúrgica de Coimbra e acreditamos que não lhes fosse desconhecido o *Appendix da Matéria médica do D. Jacob de Castro Sarmiento sobre a Natureza, Contentos efeitos e usos práticos de bebida e banhos das Águas das Caldas da Rainha(...)* a que se junta *O novo método de fazer uso da ÁGUA DO MAR, na cura de muitas enfermidades Crónicas, em especial nos ACHAQUES DAS GLÂNDULAS*, editado em 1753, e que, na opinião de Sérgio Palma Brito<sup>123</sup>, contém a primeira referência, na literatura médica portuguesa, aos benefícios da talassoterapia. De acordo com este autor, esta

---

<sup>121</sup> Ramalho Ortigão, *As Praias de Portugal: guia do banhista e do viajante*, Porto, Livraria Universal de Magalhães & Moniz editores, 1876, p. 23.

<sup>122</sup> José Régio, *Páginas do Diário Íntimo*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1994, p. 16

<sup>123</sup> Jacob de Castro Sarmiento, p. 32-33, citado in Sérgio Palma Brito, *Notas sobre a evolução do viajar e a formação do Turismo*, Lisboa, Medialivros, S. A., 2 vol., 2003, p. 235( vol. 1)

obra estará na base da estruturação de muitas das estâncias balneares portuguesas que surgem a partir de meados do século XIX e as primeiras décadas do século XX.

### **1.7- O contributo dos brasileiros de torna-viagem**

*Tal como os brasileiros que optaram por viver na ruralidade ou assumir as duas residências, também os do espaço urbano têm na casa um dos sinais mais evidentes da sua afirmação social<sup>124</sup>» e, por isso, também em Vila do Conde, a abertura da rua dos banhos, em 1866, génese da praia vila-condense, mereceu a atenção e o investimento de alguns emigrantes brasileiros locais, que reconheciam nessa obra um sinal inequívoco do progresso da terra natal. A aplicação do seu dinheiro e, conseqüentemente, a associação do seu nome à expansão urbanística da vila, que então se iniciava, vinculava-os à sua história contemporânea, nomeadamente, à requalificação territorial, que se traduziu em novas zonas residenciais e na abertura ao turismo balnear, que procurava atrair uma clientela burguesa e moderna.*

Verificamos que na Avenida Bento de Freitas, do conjunto de edifícios residenciais construídos, durante a segunda metade do século XIX, vários resultam da iniciativa de emigrantes no Brasil, destinando-se a maior parte das casas edificadas a veraneio. Ainda hoje, podemos identificar algumas destas *casas de brasileiros*, nas quais pontuam elementos estruturais e decorativos, comumente, atribuídos ao gosto e à bolsa do emigrante no Brasil e nos quais reconhecemos detalhes presentes nas descrições das suas casas, feitas por Júlio Dinis<sup>125</sup> e por Ramalho Ortigão<sup>126</sup>: *paredes de azulejo, o telhado de beiral, as varandas azuis e douradas, os jardins adornados de estátuas de louça, portões de ferro com o nome do proprietário, grades de ferro pintadas de verde e dourada, o mirante chinês, hortas ajardinadas.*

Mas as construções residenciais edificadas com capitais provenientes da emigração brasileira, não se destinavam apenas ao domicílio familiar, permanente ou sazonal. Alguns dos edifícios construídos assumiam-se como investimentos e aplicação dos capitais auferidos, prática comum entre os grupos sociais oitocentistas, com poder económico conferido pelas atividades comerciais e industriais e também entre os

---

<sup>124</sup> Jorge Alves. Os *Brasileiros*. Emigração e retorno no Porto oitocentista, Porto, 1994, p. 309

<sup>125</sup> Júlio Dinis, *Uma família Inglesa*, Porto, Livraria Civilização, 1986, p. 41

<sup>126</sup> Ramalho Ortigão, *As Farpas*, tomo I, Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1986, p. 137

emigrantes. Esta atitude é identificada também por Jorge Alves<sup>127</sup>: *era vulgar os brasileiros, tal com grande parte da burguesia, investirem na habitação para arrendamento e por isso foram clientes importantes de processos de urbanização*, o que viria também acontecer na *rua dos banhos*, de Vila do Conde, onde alguns prédios surgiram como investimento de capitais brasileiros.

A primeira fase de edificação residencial da *rua dos banhos*, que pode balizar-se entre 1866 e 1896, assenta na iniciativa privada da Companhia Edificadora Villacondense e de alguns particulares. Esta é, essencialmente, protagonizada por indivíduos financiados pelas recentes fortunas angariadas no Brasil, tendo conduzido a uma estruturação burguesa da praia vila-condense, alicerçada numa perspetiva de afirmação social, sendo, também, vivenciada por alguns desses emigrantes, uns retornados, outros de permanência pendular. Uma das figuras locais a que se reconhece maior empenhamento no trabalho para o sucesso da *colónia balnear vila-condense*, foi o Comendador Joaquim Maria de Mello, como nos dá conta a *Ilustração Villacondense*<sup>128</sup>: *foi ele com a edificação do seu lindo e custoso palacete, (...) que determinou e estimulou outras construções, foi ele que construiu, para esse fim exclusivo, a casa onde durante muitos anos funcionou com sucesso a assembleia, foi ainda ele quem promoveu e custeou, nos começos auspiciosos da nossa praia, festas, diversões brilhantes, espalhando largamente o seu dinheiro*.

Joaquim Maria de Melo tem um percurso similar ao de muitos emigrantes que procuraram melhores condições de vida através da emigração para o Brasil. De extração humilde, nasceu em Vila do Conde, em 1826, na Rua das Donas<sup>129</sup>. Partiu para o Rio de Janeiro com 18 anos, tendo regressado a Portugal, passados 20 anos, já com família constituída. Voltará novamente, em negócios, ao Brasil em 1871, fixando residência em Vila do Conde, no seu palacete construído na Avenida Bento de Freitas passados dez anos. A partir de 1881 e até à sua morte, será o grande impulsionador da frequência da praia vila-condense, convidando os amigos para o seu Palacete ou alojando-os nas duas vivendas, que construiu a poente deste. A primeira casa de encontro, reunião e divertimento da comunidade de banhistas é também edificada a expensas suas. O *Clube da Avenida* ou *Assembleia*, inaugurado na Avenida Júlio Graça, na época estival de

---

<sup>127</sup> Jorge Alves. Os *Brasileiros*. Emigração e retorno no Porto oitocentista, Porto, 1994, p. 312

<sup>128</sup> Comendador Joaquim Maria de Mello in « Ilustração Villacondense », nº 7, julho de 1910, p. 1

<sup>129</sup> M. Nogueira, *A nossa gravura. Comendador Joaquim Maria de Mello* in « O Comercio de Vila do Conde », nº 56, 15-12-1907, p. 1

1888, propõe uma soirée semanal onde uma orquestra por si patrocinada, animará as noites de baile. Ainda nesse ano, o *Jornal de Vila do Conde*<sup>130</sup> refere a instalação de um coreto na Avenida, também fruto da generosidade do Comendador Melo, onde terão lugar concertos bissemanais.

A sua vontade para que *a praia vila-condense* se tornasse uma referência nacional, assume tal envergadura, que, pessoalmente, *junto de cada família que chegava para banhos, fosse ou não das suas relações, elle inquiria e prevenia a tudo quanto pudesse concorrer para que se retirassem bem impressionados*.<sup>131</sup> O seu envolvimento pessoal em prol da praia, que então se tentava afirmar, garantiu resultados, como se pode perceber por um texto publicado por D. João de Castro: *a sua propaganda, as suas festas e o seu exemplo não foram improfícuos porque pouco a pouco outras casas se foram construindo- e hoje uma nova vila existe já, e cresce no dia-a-dia, na vasta planície arenosa e deserta que outrora separava a vila antiga do mar*<sup>132</sup>. Faleceu em Lisboa, em 1891, e após o seu desaparecimento a atividade balnear em Vila do Conde esmoreceu durante algum tempo. As suas casas foram vendidas e o seu exótico palacete passou por vários proprietários, entre os quais outros *brasileiros* como Francisco Marques Rodrigues e Bento de Aguiar.

Foi pela amizade que mantinha com Joaquim Maria de Melo, que José da Conceição Rocha, um dos sócios do Banco do Minho<sup>133</sup>, sedado em Braga, instituição surgida no contexto financeiro da emigração portuguesa para o Brasil, construiu o seu imponente palacete na praia vila-condense e a elegeu como destino de férias durante vários anos. Conhecida como *a casa de D. João de Portugal* ou *Colónia de férias*, a casa, um imponente palacete situado no gaveto da *rua dos banhos* com a Avenida Brasil, começou a ser edificada no ano de 1890. Foi demolida já no último quartel do século XX, dando lugar a um prédio de apartamentos. Mesmo antes da construção do palacete, Rocha era um assíduo frequentador da praia, como se pode verificar pelas notas publicadas na imprensa local. Com o Comendador Melo, será um dos elementos mais dinâmicos do *Clube da Avenida*, integrando a sua direção e anualmente preparando o programa de divertimentos direcionados aos banhistas.

---

<sup>130</sup> *Pela Praia* in «Jornal de Villa do Conde», nº 121, 01-09-1888, p. 2

<sup>131</sup> M. Nogueira, *A nossa gravura. Commendador Joaquim Maria de Mello* in «O Comercio de Vila do Conde», nº 56, 15-12-1907, p. 1

<sup>132</sup> D. João de Castro, *Dois Praias* in, «O Primeiro de Janeiro», 20-08-1927, p. 6.

<sup>133</sup> <http://restosdecolecção.blogspot.pt/2011/08/banco-do-minho.html>, acedido em junho 2015

O *Hotel da Avenida*, o único estabelecimento hoteleiro instalado na Avenida Bento de Freitas, foi inaugurado em 3 de Agosto de 1887 e é outra das obras edificadas com dinheiro angariado no Brasil. O seu proprietário, Joaquim Luís de Sousa, que «geriu a administração de todos os estabelecimentos d' esta vila e presidiu ao município em vereações consecutivas<sup>134</sup>», emigrara *desde tenra idade para a cidade do Pará, Brasil*<sup>135</sup>. Foi membro do Partido Progressista local, tendo falecido em 1909, no exercício da presidência da Câmara Municipal.

Este hotel, de volumetria considerável, e que ao longo dos anos sofreu várias remodelações, situava-se defronte da Avenida Júlio Graça com gaveto para a Avenida Baltazar do Couto e era servido de *um amplo café, no rés-do-chão*. Pretendia hospedar os banhistas que não possuíam casa no *bairro balnear* ou que não queriam arrendar imóvel, para passarem a temporada de praia. Foi um estabelecimento de referência na comunidade balnear que estanciava em Vila do Conde. A abertura da época dos banhos é, na maior parte das vezes, assinalada com um *lauto e concorridíssimo jantar*. Na imprensa local, há várias referências a casa cheia nos meses de agosto e setembro. Em 1908, o *Hotel da Avenida* deixa de ser administrado diretamente, sendo arrendado, por dez anos, pelo proprietário do *Hotel Central*, José Maria de Faria e Sousa, sito na Rua de S. João, conforme noticiado no *Correio do Ave*<sup>136</sup>. Ao longo da sua existência, passou por vários proprietários, estando na atualidade encerrado e na posse da Santa Casa da Misericórdia que o adquiriu, recentemente.

Iniciado o processo de urbanização da *Avenida dos Banhos*, desde cedo se fez sentir a vontade dos políticos locais e das famílias de veraneantes em dotá-la com uma casa de espetáculos ou, como era então moda, com um Teatro Circo. Assim, já no final do século XIX, irá iniciar-se a construção de *Teatro Afonso Sanches*. O terreno foi oferecido por um dos frequentadores da praia vila-condense, o *brasileiro* Francisco Marques Rodrigues, possuidor de vários terrenos em Vila do Conde e do Palacete Melo que adquirira à família do seu primeiro proprietário, após a sua morte. Para concretizar esta iniciativa, em 1898, nasce a Empresa Teatro Afonso Sanches *constituída por acções de cinquenta mil reis cada uma com uma emissão de mil acções a que se seguiu*

---

<sup>134</sup> R. V., *Homenagens. Joaquim Luís de Sousa* in *Ilustração Vilacondense*, nº 1, 1910, p. 8

<sup>135</sup> *Joaquim Luís de Sousa* in « *O Correio do Ave* », nº 44, 08-01-1910, p. 1

<sup>136</sup> *Hotel Central* in « *Correio do Ave* », nº 65, 13-03- 1893, p. 3

*uma segunda emissão*<sup>137</sup>. Integram – na, como diretores, o médico António Francisco da Silva, João Gomes de Lima e Francisco Baltazar do Couto<sup>138</sup>. Este último fora emigrante no Pará, para onde viajou ainda criança, voltando à terra natal onde fixará residência na Avenida Bento de Freitas. Presidiu à Câmara Municipal, fundou a Corporação local de Bombeiros e a Associação Comercial. Enquanto dirigente desta última instituição, foi um dos principais dinamizadores da *Sociedade de Propaganda da Praia*. É sob a sua presidência, na Câmara Municipal, que se iniciará a abertura da Avenida do Brasil, artéria paralela ao mar e na qual alguns dos vilacondenses influentes entendiam dever ter-se apostado como a prioridade de intervenção, na constituição da localidade como estância de veraneio de referência.

O *Teatro Afonso Sanches*, localizado no topo nascente da Avenida Bento de Freitas era, pela suas dimensões, um dos edifícios mais marcantes da sua paisagem. Funcionou como sala de espetáculos, onde grupos amadores e profissionais apresentavam o seu trabalho, e foi também a primeira sala onde se projetaram imagens em movimento. Veio substituir, nalgumas funções, a Assembleia e embora apresentasse atividade durante o s restantes meses do ano, esta assumia maior frequência e regularidade entre Junho e outubro. Em 1907, e também por influência de Baltazar do Couto, nesta casa, é instalado o primeiro casino de Vila do Conde.

Também a nova casa construída para acolher o *Grande Casino*, inaugurada em 1918, terá a participação de *brasileiros* e das suas contribuições financeiras. Assim, verificamos que integram a comissão que presidiu à sua edificação e ligados ao Brasil, nomes como os de Alberto Ventura da Conceição e José Menéres, filho de Clemente Menéres.

Sem preocupação de exaustividade, outras construções residenciais poderíamos enumerar, edificadas com capitais originários na emigração brasileira. Apenas referiremos mais duas: o *Chalet Silva*, hoje propriedade da paróquia de S. João Baptista, construído a expensas de José da Silva Meira, *que é em terras distantes do Brasil, inalteravelmente, um bom amigo dos portugueses*<sup>139</sup> e que será vendido a outro *brasileiro*, o barão do Rio Ave, personalidade de marcada influência social e política e

---

<sup>137</sup> Silva Couto, *Do Arquivo. O Teatro Afonso Sanches* in «Santa Casa», nº 2, junho de 1995, p. 14

<sup>138</sup> A. *Uma efeméride vila-condense. Em 16 de março de 1899 começa a construir-se o « saudoso Teatro Afonso Sanches»* in «Jornal de Vila do Conde», nº 279, 14-03-1985, p. 4

<sup>139</sup> José da Silva Meira in «Ilustração Vilacondense», nº 19, julho de 1911, p. 6

a casa do Visconde Faria Machado, natural de Arcos, mas com casa na Rua Bento de Freitas.

Pelo anteriormente referido, afigura-se-nos não poder ser desconsiderada a participação dos emigrantes *brasileiros de torna viagem*, como agentes de particular importância na edificação do bairro balnear vila-condense.

## **Capítulo II A promoção da praia vilacondense**

### **2.1 Políticas de Promoção da Praia**

A praia de Vila do Conde, à semelhança de outras praias portuguesas, também procurou divulgar-se, em território nacional e na Galiza. Conscientes de que as características únicas que a individualizavam, afirmando-a como espaço singular e distinto, só atingiria o desejável universo de frequentadores mediante uma divulgação mais exaustiva do que aquela que era feita, pessoalmente, junto do grupo familiar ou de amizades, levou a uma atitude de produção de instrumentos de propaganda e a sua conveniente distribuição. Assim, verifica-se que as primeiras iniciativas de promoção da localidade como estância balnear, obedecem ao verificado noutras vilas e cidades do litoral português. *O prelúdio da organização turística em Portugal teve (...) a marca da iniciativa privada que preconizava o desenvolvimento do turismo baseado numa planificação das suas atividades assentes na divulgação e promoção dos fatores turísticos nacionais em revistas, na criação e distribuição de roteiros e guias de viagem, na preservação do património, atividades coadjuvadas «em articulação com o governo<sup>140</sup>:».*

Nos instrumentos promocionais concebidos, é comum, desde a primeira hora, a presença da mensagem de ser a praia vila-condense um espaço requintado, quase exclusivo, onde impera a tranquilidade e em que a paisagem natural, proporcionada pelas várias e diferentes realidades geográficas presentes no território concelhio,

---

<sup>140</sup> Ângela Pinto Correia, *A Revista de Turismo e a política de Turismo de 1916 a 1919*, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, trabalho desenvolvido no âmbito do seminário « Turismo e Desenvolvimento » do Mestrado de História Económica e Social Contemporânea, 2003, texto policopiado, p. 3

oferecia também marcos arquitetónicos de relevante interesse, sendo as mesmas testemunhas de um passado ancestral, glorioso e aristocrático.

O próprio rio e não apenas o mar, assim como os arredores bucólicos, rurais, mas onde pontuavam vestígios de ocupação humana seculares, constituíam recursos incluídos no leque de oferta, que se pretendia diversificada, a propagar junto de uma clientela, *seleta*, que se procurava atrair para a praia.

Verificamos que a influência pessoal, exercida junto dos círculos familiares e de amizades, não excluindo os grupos sociais de convivialidade, parece ter sido a primeira estratégia de promoção da praia vila-condense, centrada na figura protagonista de Joaquim Maria de Melo. A sua condição de emigrante enriquecido no Brasil, com declarada vontade em dispensar a sua colaboração à edificação residencial do bairro balnear e na sua dotação com espaços e ações de dinamização, proporcionando uma oferta promotora de atração, fomentou a escolha da praia vila-condense, por parte de algumas famílias, com ele relacionadas, pelo menos durante a década em que viveu na avenida Bento de Freitas. Assim, não podemos dissociar a figura de Joaquim Maria de Melo da primeira fase de estruturação da praia vila-condense.

A par desta estratégia, confinada, naturalmente, a uma esfera limitada de influência, assistimos a algumas tentativas de divulgação da localidade como estância balnear, de âmbito mais abrangente. Assim, mesmo antes da fixação do Comendador Melo na *rua dos banhos*, o *Diário Ilustrado*, na primeira página do seu número 1076,<sup>141</sup> destaca Vila do Conde, publicando uma gravura da vila e relevando, no artigo, o facto de *distar cinco léguas da cidade de Braga e quatro da cidade do Porto*. Faz ainda, uma breve resenha dos dezanove séculos da sua história e refere os principais monumentos, que lhe conferiam um *aspetto nobre*. O texto do periódico finaliza, aludindo à sua praia: *No tempo dos banhos Villa do Conde está sendo muito procurada e mais o será logo que esteja concluído o caminho de ferro*. Passados dez anos após a abertura da *rua dos banhos*, onde a existência de edifícios ainda não é numericamente significativa, afigura-se-nos que este foi, possivelmente, o primeiro gesto de divulgação da praia vila-condense, visando uma clientela mais alargada. Se atendermos aos interesses comerciais da *Companhia Edificadora Vilacondense*, por esta altura em plena atividade

---

<sup>141</sup> *Villa do Conde* in « *Diário ilustrado* », Lisboa, nº 1076, 16- 11-1875, p. 1

construtiva, não seria estranho, poder ver-se nesta publicação, uma iniciativa de sua autoria.

A imprensa local, só a partir de 1887, valorizará os assuntos relacionados com a praia. A primeira referência, feita pelo *Jornal de Villa do Conde*, é publicada em 11 de junho desse mesmo ano e diz respeito ao *Club de Banhistas*, dando ênfase à sua autoria, como uma *iniciativa do Sr. comendador Joaquim Maria de Mello*<sup>142</sup>. Entre 1872 e 1887, há conhecimento da publicação de três periódicos locais: *O Correio do Ave*, *O Globo* e *O Villacondense*. Destes títulos, conservaram-se, até à presente data, apenas alguns números, nos quais não foram identificadas, neste âmbito cronológico, informações alusivas à praia. Não podemos, todavia, deixar de relacionar o desinteresse jornalístico, por um assunto de particular relevância local, com a empatia política das forças partidárias que presidiam aos destinos do concelho e que, muitas vezes, eram antagónicos com os dos diretores e proprietários dos jornais vila-condenses em publicação.

No entanto, constata-se não ser esta a atitude seguida pela imprensa local, a partir de finais dos anos 80 do século XIX. O *Jornal de Vila do Conde*, entre 1887 e 1888 e o *Comércio de Vila do Conde* entre 1907 e 1908, são dois dos títulos mais ativos na propaganda da praia, referindo nas suas páginas, com grande detalhe e encomiásticas palavras, as iniciativas programadas, a sua realização, as famílias presentes, os melhoramentos promovidos, etc.

Pode ainda identificar-se como elemento inclusivo da estratégia de promoção da praia de banhos vila-condense, nos anos 80 do século XIX, o extrato inserto no capítulo, dedicado à localidade, de *O Minho Pittoresco*<sup>143</sup>: *ao Norte do castelo(...)um renque de casas novas, um bairro alegremente faiscando de luz attrahe curiosamente a atenção, e preciso é visitá-lo para que se admire a coragem da Companhia Edificadora, que pensou em dotar Villa do Conde com uma elegante praia, esperando que os banhistas se lembrem de coadjuvar a sua iniciativa rasgada. Uma ampla rua, denominada Bento de Freitas(...) serve o novo e alegre bairro que o futuro de certo tornará próspero, embora em detrimento da vizinha Póvoa, onde a final a gente já não cabe.»*. Reconhecemos, neste texto, novamente, uma das qualidades que a propaganda sempre

---

<sup>142</sup> *Club de banhistas* in «Jornal de Villa do Conde», nº 1, 11-06-1887, p. 2

<sup>143</sup> José Augusto Vieira, *Vila do Conde* in «O Minho Pittoresco», ed. Fac-similada, Valença, 1988, Rotary Club de Valença, p. 272 (vol. 2)

destacou como elemento distintivo da praia vila-condense : o ambiente tranquilo proporcionado.

Após a morte de Joaquim Maria de Melo e da crise financeira da última década do século XIX, a praia vila-condense vai sofrer algumas alterações no que concerne aos públicos que a frequentam. Algumas das residências mudarão de proprietários, sendo vendidas por alguns dos envolvidos nos prejuízos decorrentes dos problemas bancários e de insolvências registados. Assim, verifica-se que a permanência de *emigrantes brasileiros* e de indivíduos integrantes do seu círculo de relações se vai reduzir e a praia registará alguns anos de diminuta afluência. No entanto, a insistência numa divulgação mais persistente e aturada, fora do âmbito local e regional, é constantemente indicado na imprensa local como um fator imprescindível para a sua divulgação e atração de mais e novos banhistas, tentando, desta forma, inverter a situação. No afirmar desta vontade, pode inserir-se o artigo publicado na primeira página de *O Século*, de 18 de agosto de 1895, chamando, novamente num título de circulação nacional, a atenção para a praia de Vila do Conde.

Durante os primeiros anos do século XX, jornais como a *Nação*, *O Dia*, *O Diário de Lisboa*, *A União*, entre outros, referem com grande detalhe a atividade desenvolvida na praia de Vila do Conde, não esquecendo de integrar, na publicação, a lista exaustiva de todos os seus participantes.

## **2.2 A Sociedade de Propaganda da Praia**

Em 28 de fevereiro de 1906, por iniciativa de um grupo de cidadãos, é criada, em Lisboa, a *Sociedade de Propaganda de Portugal*, também designada como *Touring Club de Portugal*<sup>144</sup>. Propunha esta associação, nascida da sociedade civil, *promover, pela sua acção própria, pela intervenção junto dos poderes públicos e administrações locais, pela colaboração com este e com todas as forças vivas da nação, e pelas relações internacionais que possa estabelecer, o desenvolvimento intelectual, moral e material do país e, principalmente, esforçar-se por que ele seja visitado e amado por*

---

<sup>144</sup> Ana Cardoso Matos; Maria Luísa F. N. dos Santos, *Os guias de turismo e a emergência do Turismo contemporâneo em Portugal( dos finais do século XIX às primeiras décadas do século XIX* in «Geo Crítica. Scripta Nova. Revista electrónica de Geografía y Ciencias Sociales», nº 167, vol. VIII, 2004, p. 4

*nacionais e estrangeiros*.<sup>145</sup>. Ainda, nesse mesmo ano, aprovará o regulamento para a criação de delegações em diversas localidades e, passados seis anos, já há conhecimento de associações similares em 143 localidades, sendo Vila do Conde uma delas. Assumi, localmente, esta incumbência a *Associação Comercial*, tendo-se nele envolvido, com particular empenho, o seu presidente da Direção, Francisco Baltasar do Couto.

A instituição, fundada em 1906, preconizava que uma atração significativa de população à praia de Vila do Conde retornaria numa expansão do seu tecido empresarial, nomeadamente, no que se refere ao comércio e, por isso, devia a sua propaganda assumir-se como prioritária da ação da Associação. Assim, é planeada uma campanha de angariação de fundos, tendente à elaboração de materiais impressos de publicitação, o que viria a corporizar-se num cartaz afixado, ainda no verão de 1907, *nas estações de caminho-de-ferro do Minho e Douro e em outros pontos do país*<sup>146</sup>. Esta iniciativa será repetida nos anos seguintes, pelo menos até 1910, como se pode confirmar pelo registado no nº 6, da *Ilustração Villacondense: a direção da associação Comercial mandou organizar novos cartazes ilustrados de propaganda da Praia que mandou afixar nas estações e caminho-de-ferro de Portugal e Espanha*. No ano de 1911, há conhecimento da distribuição dos mesmos cartazes, no Porto, por iniciativa de José Menéres, *um velho e bom amigo da nossa terra*.<sup>147</sup>

Em simultâneo com a distribuição de cartazes, o jornal *O Commercio de Vila do Conde* complementarará esta campanha de promoção, divulgando, afincadamente, entre 1907 e 1908, as suas qualidades e virtudes, enaltecendo as suas belezas naturais e monumentais, destacando a sua animada e bem frequentada praia e dando particular relevo às famílias que a distinguiam com a sua presença. Após a implantação da República, não voltaremos a identificar qualquer ato promocional da praia vilacondense, concretizado por parte da *Associação Comercial*.

Em 1916, sabemos que existe a *Sociedade de Propaganda da Praia, Lda*, mas não se conseguiu apurar o exato ano da sua constituição. A organização é dirigida por Alberto Ventura da Conceição, estando em curso a edificação do Grande Casino, empreendimento da responsabilidade deste organismo. Na qualidade de seu presidente

---

<sup>145</sup> Ana Cardoso Matos; Maria Luísa F. N. dos Santos, *Os guias de turismo e a emergência do Turismo contemporâneo em Portugal( dos finais do século XIX às primeiras décadas do século XIX* in «Geo Crítica. Scripta Nova. Revista electrónica de Geografía y Ciencias Sociales», nº 167, vol. VIII, 2004, p. 17

<sup>146</sup> Noticiário. *Propaganda da Praia* in «Commercio de Villa do Conde», nº 24, 05-05- 1907, p. 3.

<sup>147</sup> José Menéres in «A República», nº 26, 28-05-1911, p. 3

e, possivelmente, prevendo a conclusão próxima das obras da *grandiosa casa de divertimentos, para Assembleia, Casino e restaurante*<sup>148</sup>, envia em novembro, uma carta à Câmara, solicitando a intervenção municipal num conjunto de melhorias necessárias a efetuar no bairro balnear, entre as quais se destacam: reparação das ruas Bento de Freitas e José Eduardo Coelho, limpeza e cuidado do jardim Júlio Graça; iluminação condigna das ruas do bairro balnear. Pelas evidências, somos levados a crer que, após 1910, a *Sociedade de Propaganda da Praia* deixará de ser dinamizada pela *Associação Comercial* e passará a ser constituída por um grupo de *amigos da terra*.

Para além da construção do *Casino* e de outras iniciativas de requalificação do bairro balnear e das estruturas de apoio à comunidade de banhistas, é da responsabilidade editorial da *Sociedade de Propaganda da Praia* o primeiro guia turístico conhecido. Este instrumento promocional, data dos *fins do verão de 1917*<sup>149</sup> e era, na altura, entendido como de particular importância na promoção turística das localidades. A publicação insere-se no modelo comum, em voga na primeira metade do século XIX, indicado por André Rauch<sup>150</sup>: *fixam e classificam os sítios(...) impõe as «curiosidades» que merecem ser vistas.(...)O interesse turístico é proporcional à antiguidade de um sítio: o mais antigo vale sempre mais que o recente*. Intitulado *Praia de Vila do Conde: Guia Ilustrado*, a publicação apresenta uma cuidada impressão, da responsabilidade da Tipografia Sequeira, do Porto, onde constam gravuras representativas dos principais pontos de interesse. Está organizado em 4 capítulos, distribuídos por 81 páginas e possui um apêndice com as *casas recomendadas*. Reúne um conjunto de informações detalhadas, a que se reconhecia possível utilidade para os visitantes: *meios de comunicação; Praia de Villa do Conde: o que há para ver; Arredores de Villa do Conde: passeios e divertimentos; Passatempos em Villa do Conde e Informador*.

A *Sociedade de Propaganda da Praia Lda*, ao longo dos anos, contou com a colaboração de vários nomes de residentes e também de veraneantes, integrando –a, em 1917, nomes como: Artur da Cunha Araújo, Joaquim da Costa Torres, António Gomes

---

<sup>148</sup> *A nossa Praia* in «O Democrático», nº 182, 26-11-1916, p. 1

<sup>149</sup> *Praia de Vila do Conde: Guia Ilustrado*. Vila do Conde, Sociedade de Propaganda da Praia, 1918, p. 11

<sup>150</sup> André Rauch, *As férias e a natureza revisitada. As férias e a vida privada. A estância balnear*, in «História dos Tempos Livres», org. Alain Corbin, Lisboa, Teorema, 2001, p.110 e 114

da Agonia, Manuel Barbosa Marques, José Fonseca Menéres, Álvaro de Carvalho, Alberto Ventura, Manuel Albino de Carvalho Paiva e Carlos de Barros Barbosa.<sup>151</sup>

Este organismo, tendo como primeiro objetivo fomentar o desenvolvimento da localidade como estância turística, promoveu um conjunto de iniciativas, para além da edificação do *Casino*, nas quais se incluem a construção do *Parque de Jogos* e a tentativa de conclusão do *Jardim Júlio Graça*.

Verificamos que, contemporâneas da *Sociedade de Propaganda da Praia Lda*, existem ainda outras associações ou comissões que tomam a seu cargo outros quadrantes de intervenção no espaço público e dinamizam oferta de atividades lúdicas. Presume-se que possa tratar-se de grupos de trabalho nascidos dentro da organização mais lata. É o caso da *Sociedade da Praia de Villa do Conde, lda*, que teria a seu cargo a continuação das edificações na Avenida Bento de Freitas e a quem a Câmara Municipal tinha vendido terrenos ali localizados, assim como em áreas adjacentes, visando a sua urbanização. Sabe-se que durante uma década de vigência deste organismo, o mesmo não conseguiu concretizar estes propósitos.

Identificamos ainda, em 1919, num folheto impresso<sup>152</sup> e dirigido *a cada chefe de família, banhista e proprietário da Avenida Bento de Freitas*, uma comissão composta por Alexandre José Sarsfield, Camillo Castelo Branco Carvalho, David Ribeiro da Silva, João Sequeira Nunes e Luís Pimentel, a qual pretende concretizar um conjunto de iniciativas, de que se enumeram algumas: iluminar eficazmente o bairro balnear, limpar e regar a rua, estabelecer um toldo comum no fim da rua ou na praia e mandar construir aparelhos para as crianças se divertirem.

Estas *estruturas descontínuas nascidas do voluntarismo dos amigos da terra*<sup>153</sup> passarão a ser apelidadas de *Comissões de Iniciativa de Turismo*, designação estabelecida na lei nº 1.152 de 30 de agosto de 1921 e que fomentou a sua criação *em todas as estâncias hidrológicas e outras, praias e estâncias climáticas, de altitude, de repouso, de recreio e de turismo*<sup>154</sup>. Conferidas por este suporte legal, passam a assumir um conjunto de

---

<sup>151</sup> *Jardim D'Avenida Júlio Graça* in «O Democrático», nº 216, 02-07-1917, p. 1

<sup>152</sup> *Folheto*, c. 1919, BMJR, Fundo Local.

<sup>153</sup> Licínio Cunha, *Desenvolvimento do Turismo em Portugal: Os primórdios* in «Fluxos e Riscos», nº 1, 2010, p. 140

<sup>154</sup> Licínio Cunha, *Desenvolvimento do Turismo em Portugal: Os primórdios* in «Fluxos e Riscos», nº 1, 2010, p. 140

competências, do qual fazem parte a *fixação dos preços dos transportes por estrada, a elaboração de planos e projetos de melhoramentos, bem como a execução das respetivas obras e a fiscalização dos hotéis e restaurantes*<sup>155</sup> Em Vila do Conde, a *Comissão de Iniciativa de Turismo* tomará a seu cargo algumas destas incumbências, como se depreende a partir da leitura de um ofício, enviado pela mesma, presente na reunião de Câmara Municipal, ocorrida em de 10 de fevereiro de 1930, em que solicitava a intervenção do Executivo por causa de um empréstimo, bancário contraído no ano anterior e para o qual se tornava necessário a validação do mesmo por parte das Juntas de Freguesia.

Verificamos, pelo que foi publicado pelo jornal local *A República*, de 30 novembro de 1929, que o empréstimo se destinava a empreender uma obra relativa ao abastecimento de água, ao pagamento de parte das obras do *parque de Jogos* e a cuidar da *beira-mar tão esquecida e pobrezinha*. A *Comissão de Iniciativa de Turismo* vila-condense integrava nomes que já tinham colaborado em anteriores associações e comissões, como se comprova através do *Regulamento do Campo de Jogos*, datado de 1930, publicado em folheto e assinado por José Fonseca Menéres, João Canavarro e Adriano Coutinho Lanhoso.

Em 1936, as *Comissões de Turismo* serão extintas de acordo com o consignado no Código Administrativo, mas não podemos, contudo, deixar de as posicionar na génese dos serviços oficiais de promoção das estâncias turísticas portuguesas.

### **2.3 O papel da Câmara Municipal.**

Embora Portugal se situe *entre os primeiros países do mundo a adotar medidas concretas para desenvolver o Turismo*<sup>156</sup>, estas surgiram a partir da reunião de alguns grupos informais de cidadãos, que pretendiam a requalificação e a promoção das localidades onde residiam ou que escolhiam, sazonalmente, para as pausas de verão. As Câmaras Municipais não assumiam como competência a propaganda turística dos

---

<sup>155</sup> Licínio Cunha, *Desenvolvimento do Turismo em Portugal: Os primórdios* in «Fluxos e Riscos», nº 1, 2010, p. 140

<sup>156</sup> Licínio Cunha, *Desenvolvimento do Turismo em Portugal: Os primórdios* in «Fluxos e Riscos», nº 1, 2010, p. 147.

territórios que administravam, dispensando ou não o seu apoio às iniciativas que surgiam na sociedade civil visando o *melhoramento das vilas e cidades*.

Através da documentação analisada, verifica-se, que de um modo geral, os Executivos Municipais de Vila do Conde ofereciam abertura para colaborar com as solicitações que lhes eram apresentadas e que pretendiam, com a sua concretização, afirmar a localidade como estância balnear de referência. Espartilhados pelas dificuldades orçamentais, argumentos invocados com elevada frequência, financiavam algumas das intervenções requeridas e colaboravam financeiramente nalgumas atividades de animação facultadas aos frequentadores da praia. Destaque-se, a propósito, assunção das despesas com os concertos musicais, que a partir de 1896, altura em que foi instalado o Coreto no *Jardim Júlio Graça*, passaram a ter lugar naquele espaço, duas vezes por semana e pretendiam conferir animação à colónia balnear.

### **Capítulo 3. A apropriação do espaço por parte dos banhistas**

#### **3.1 O impulso social: os primeiros anos.**

A praia terapêutica, a que se recorre por indicações médicas, dará lugar, a partir dos meados do século XIX, à praia lúdica onde se procura também distrações e animação que combatam o tédio das horas ociosas. A frequência da praia, atividade escolhida de um conjunto de passatempos elegantes, será ainda, até às primeiras décadas do século XX, fator de diferenciação social. Sê-lo-á pela atividade em si mas, principalmente, pelo enquadramento geográfico preferido. Escolhe-se determinada praia pelas preferências pessoais, pela proximidade geográfica da residência permanente, mas considerando de igual forma a fama e popularidade que lhe é conferida pela frequência de determinadas personalidades ou famílias. Os grupos sociais não se misturam, mesmo quando, por exemplo, o comboio tornou possível a ida à praia a grupos economicamente mais desfavorecidos e que motivou, nalguns casos, a transferência dos seus habituais frequentadores para outros espaços. E mesmo no caso das praias que são procuradas por clientes oriundos de diferentes grupos sociais, os tempos de permanência e de fruição não são os mesmos. Refira-se a propósito, o verificado na Póvoa de Varzim. Nesta localidade, durante o mês de Setembro, vinham a banhos, essencialmente, as famílias provenientes de enquadramentos económicos ligados à agricultura.

Alain Corbin atribui o desenvolvimento de Biarritz, como estância balnear, pela preferência de Napoleão, assim como Brighton, já havia nascido e se tinha afirmado como estância de veraneio, em 1787, graças à preferência do Príncipe de Gales que aí *se banhava e jogava críquete, trazendo consigo toda a aristocracia*<sup>157</sup>.

Em Portugal, reconhece-se este fenómeno nalgumas das praias mais famosas, como por exemplo, Cascais: *a vilegiatura cascalense ficou a dever à família Real a sua definitiva nobilitação*<sup>158</sup>.

A praia de Vila do Conde, como já foi anteriormente referido, numa primeira, fase teve a concorrência de famílias que gravitavam na esfera de convívio e relacionamento social de nomes de emigrantes no Brasil, dos quais se impõe o de Joaquim Maria de Melo. Embora tenha recebido o rei D. Luís e a rainha D. Maria Pia no seu palacete, em outubro de 1887<sup>159</sup>, este gesto não teve reflexos na frequência da praia vila-condense. Até ao final da penúltima década do século XIX, cremos serem em número pouco significativo as famílias que vinham a banhos a Vila do Conde. A avenida, teve uma urbanização irregular, chegando ao último quartel do século XX ainda com alguns terrenos sem edificações residenciais, criando um cenário, pouco atrativo, de trabalhos em progresso. Entre a praia e o centro da vila havia uma distância considerável, aumentada pelas faixas de terreno vazio ou de campos agrícolas que ficavam de permeio e que dificultavam a comunicação entre as duas zonas da localidade. A fixação de residência permanente foi também muito lenta, acontecendo, principalmente, na ala nascente da Avenida e nas ruas que ladeavam o *Jardim Júlio Graça*, o que transformava a ala poente da avenida numa zona deserta durante a maior parte do ano.

Cremos que o abastecimento de víveres seria também um problema, pois até 1892, ano em que José Fernandes Beiriz, um *dos negociantes mais importantes desta vila*<sup>160</sup> instala a Mercearia da Praia, não existe nenhum estabelecimento retalhista que pudesse socorrer alguma necessidade imediata e obrigava a que as famílias se organizassem com algum tempo de antecedência, implicando um abastecimento prévio das despensas. Esta operação, era feita, de acordo com as memórias de Adelaide Pereira de Moraes<sup>161</sup>,

---

<sup>157</sup> Alain Corbin, *Le territoire du vide: l'occident et le désir du rivage*, Paris, Flammarion, 1988, p. 40

<sup>158</sup> João Miguel Henriques, *Da Riviera portuguesa à costa do sol: fundação, desenvolvimento e afirmação de uma estância turística*, Lisboa, Edições Colibri, CMC, 2011, p. 58

<sup>159</sup> AMVC, *Livro de registo das atas das sessões*, 12-08-1897, fl. 8, nº 72

<sup>160</sup> *Mercearia da Praia* in «O Villa do Conde», nº 130, 29-07-1893, p.2.

<sup>161</sup> Testemunho oral de Maria Adelaide Pereira de Moraes, bisneta do Conde de Margaride.

através de carros de bois que, algum tempo antes da deslocação do agregado familiar, seguiam até Vila do Conde transportando malas e demais pertences necessários e também todo o tipo víveres não perecíveis.

Afigura-se-nos pois, que ponderados todos estes fatores, a praia vila-condense não se apresentasse como primeiro destino de eleição para um grande número banhistas. Podemos, através de notas publicadas pelo *Jornal de Vila do Conde* nos meses de julho e agosto, de 1888, conhecer algumas das famílias presentes na praia. Analisando a sua proveniência, verificamos que eram oriundas, maioritariamente, dos distritos do Porto e de Braga, havendo alguns casos isolados de Lamego, Coimbra, Arcos de Valdevez e Lisboa.

Instalados em casas que alugavam à temporada ou ao ano, alguns seriam mesmo convidados do *Comendador Melo* que os alojava nas suas propriedades. Verificamos que, frequentemente, a temporada de vilegiatura se iniciava em Julho e terminava por fins de setembro, permanecendo, algumas das famílias ou parte destas, por vezes, até outubro.

### **3.2 O Conde de *Margaride* e a estruturação social da praia vila-condense**

A partir da última década do século XIX, constatamos que se vai operar uma alteração significativa no movimento da praia e na origem social dos veraneantes. Para esta mudança irá contribuir a presença de Luiz Cardoso Martins da Costa Macedo, 1º *Conde de Margaride*. Personalidade considerada a nível nacional, próximo da Família Real portuguesa, membro destacado do Partido Regenerador, protagonista político, a partir do momento que escolhe a praia de Vila do Conde para banhos, com ele virá um conjunto de novos veraneantes. Passam, então, a deslocar-se para a praia vila-condense, para além da sua numerosa família, grupos de banhistas com ele aparentados, das suas amizades e da sua simpatia política. A sua bisneta, Adelaide Pereira de Moraes, lembra que foi a sua amizade com Júlio Graça que motivou a escolha de Vila do Conde como novo destino de férias, por parte de seu bisavô e restante família, a partir do final da década de 1880. Até então, era a praia da Póvoa de Varzim a escolhida para a pausa estival. O Conde conheceu Júlio Graça em Coimbra, onde ambos estudaram Filosofia (Júlio Graça cursou também Medicina). No final da década de 1880, a praia do concelho

vizinho já registava uma procura significativa e num dos passeios que o Conde fez a Vila do Conde, talvez visitando o amigo que, a partir de 1887, preside à Câmara Municipal, é por ele convidado a distinguir com a sua presença o bairro balnear que estava em construção. Refira-se que Júlio Graça fora um dos sócios da *Companhia Edificadora Vilacondense*, a qual assumira a incumbência de edificar casas de veraneio na *rua-estrada dos banhos*. Como já verificado, mercê de várias contingências, a *Companhia* não alcançou a plena realização dos seus objetivos e cremos que Júlio Graça viu no seu amigo, além do comprador para as casas edificadas, um elemento, que através das suas relações pessoais podia incutir uma nova dinâmica à estância balnear vila-condense. Assim, acreditamos ter sido o *Conde de Margaride* o comprador de algumas das casas que a *Companhia* edificara. Sabe-se que Luís Cardoso Macedo adquiriu seis casas na Avenida Bento de Freitas: *a hoje casa com o nº 581/ 583; aquela em que funcionou a escola Frei João, e mais uma, mais pequena ao lado; e finalmente três iguais.*<sup>162</sup>

O *Conde de Margaride* e a sua família já se deslocavam a banhos, para Vila do Conde, antes de 1893, como se depreende de um texto publicado no jornal *O Villa do Conde: São esperados no principio do próximo mês nesta encantadora estância balnear, aquelles nobres titulares e um dos grandes pregadores do engrandecimento do nosso lindíssimo bairro balnear*<sup>163</sup>. Presume-se que a família tenha vindo para Vila do Conde a partir de 1889 e, desde então, passará a frequentar a praia de Vila do Conde, por vezes, permanecendo 4 meses na localidade. Assim, o litoral vila-condense passará, a partir da última década do século XIX, ser escolhido como destino de férias de algumas famílias como: *Serpa, Menéres, Rêgo, Vilas Boas, Paiva Brandão, Lencastre, Norton Brandão, Pais Vilas Boas, Bourbon*<sup>164</sup>

Algumas delas, tal como o *Conde de Margaride*, já tinham experienciado outros destinos no litoral. É o caso da família *Sousa Rego*, da casa da *Quinta do Cónego*, em Gondarém, Vila Nova de Cerveira, que, da Praia da Granja, passa para a avenida Bento de Freitas, onde arrendam casa ao ano. Desta família, ainda há descendentes que

---

<sup>162</sup> Celso Ribeiro Pontes, *O 1º conde de Margaride e a nossa Praia* in «Facho: suplemento de O Comércio de Vila do Conde», nº 76, 1991, p. 1.

<sup>163</sup> *Condes de Margaride* in «O Villa do Conde», nº129, 22-07-1893, p. 3

<sup>164</sup> Celso Ribeiro Pontes, *O 1º conde de Margaride e a nossa Praia* in «Facho: suplemento de O Comércio de Vila do Conde», nº 76, 1991, p.2

frequentam a praia vila-condense, como é o caso da nonagenária Maria Teresa Sousa Rego Archer, cuja casa de férias se situa numa rua paralela ao Bento de Freitas.

D. José Freire de Serpa Pimentel, proprietário das quintas de *Vale Abraão* e da *Pacheca*, no Douro, é também um dos nomes que passa a frequentar Vila do Conde, assim como José da Fonseca Menéres, herdeiro da Sociedade Clemente de Menéres e proprietário da quinta do *Romeu*, em Trás-os-Montes.

Em termos sociais, e até final da década de 40, os frequentadores da praia vila-condense enquadram-se, maioritariamente, na esfera relacional destas famílias. À praia de Vila do Conde, reconhecemos tal como Irene Vaquinhas e Rui Cascão verificam na Praia da Granja, a concorrência *de um grupo social bastante restrito, onde imperava o fino espírito e a boa educação. Constituem-no as elites (...)(as três aristocracias do sangue, do talento e do dinheiro) ou seja, altos funcionários, banqueiros, representantes da velha fidalguia e membros da classe política, que aí tinham as suas vivendas e chalets*<sup>165</sup>. Algumas destas famílias ainda, na atualidade, mantêm o ritual anual da deslocação à praia da foz do Ave, conservando as suas residências de veraneio. Outras, fixaram mesmo residência em Vila do Conde.

### **3.3 Espaços de socialização**

A avenida Bento de Freitas foi construída tendo por objetivo criar um corredor até à praia e, simultaneamente, iniciar o processo de urbanização da extensa faixa de território que separava o núcleo residencial de Vila do Conde do seu litoral. Embora a concretização deste plano tenha sido morosa, irregular e acompanhada pelas circunstâncias políticas e económicas vividas ao longo de mais de um século, verificamos, à semelhança do que aconteceu com outras praias nacionais e estrangeiras, a sua dotação com um conjunto de serviços e equipamentos direcionados à comunidade balnear. A sua instalação visava conferir maior qualidade à estância, direcionada à sua habitual clientela mas, também, constituir-se como elemento de atração de mais e numeroso público.

#### **3.3.1 O Jardim Júlio Graça**

---

<sup>165</sup> Irene Vaquinhas; Rui Cascão, *Evolução da sociedade em Portugal: a lenta e complexa afirmação de uma civilização burguesa* in «História de Portugal» dir. José Mattoso, vol. V, Círculo de Leitores, 1993, p. 454

Assim, pode ver-se na abertura do *Jardim Júlio Graça* um primeiro gesto de dotação do *bairro balnear* com um espaço de sociabilidade, enquadrando-se no propósito de proporcionar um amplo espaço de lazer complementar á praia. O jardim, seguindo o modelo do jardim romântico à *inglesa*, mantém, atualmente, a estrutura e a área, inicialmente, planeadas mas, ao longo dos anos, a sua configuração arbórea e vegetal, bem como a organização dos canteiros foi sofrendo algumas alterações. Na década de 1890, já oferece o característico lago e inseparável ponte. Neste espaço, será construído um coreto no qual, durante os fins de tarde estivais, uma banda animará o ambiente. Este amplo espaço, será palco de variadas e diversas iniciativas promovidas pela comunidade balnear nas quais se incluem animadas batalhas de flores, provas desportivas e desfiles.

Neste jardim, na sua ala poente, situa-se também a casa da *Assembleia*, construída pelo *Comendador Melo* e que mais tarde será propriedade do nobre *Conde de Margaride*<sup>166</sup>. Aqui, as famílias encontram-se para ouvir música, dançar ou para jogar bridge, canasta, Mahjong ou para planear excursões e picnics nos arredores.

### 3.3.2 Estabelecimentos de *banhos quentes*

O *bairro balnear*, em 1895, já possui o seu estabelecimento de banhos quentes, instalado numa casa situada no lado sul da rua e distando, do mar, cerca de 100 metros. O edifício ainda hoje existe, embora apresente alterações à planta original, e é propriedade de uma família de Lisboa que o utiliza como residência de férias. A primeira tentativa de instalação de um estabelecimento de banhos quentes na praia vila-condense, data de 1875, tendo sido, para o efeito, apresentado um requerimento à Câmara Municipal por *Joaquim de Sousa Brandão residente na cidade do Porto (...)* para fundar alguns estabelecimentos de banhos nas condições compatíveis com o *asseio, decôro e comodidade dos banhistas*<sup>167</sup>. Tudo leva a crer que este projeto não se tenha concretizado, pois só passados 20 anos, a *empresa construtora representada por Dr. Agostinho Luís de Oliveira Machado*<sup>168</sup>, solicita a concessão de servidão para o encanamento de água do mar através da Rua Bento de Freitas até ao *Balneário*. Não

---

<sup>166</sup> M. Nogueira, *A nossa gravura. Praia de Vila do Conde. Rua Bento de Freitas* in «O Comércio de Villa do Conde», nº 49, 27-10-1907, p. 1

<sup>167</sup> AMVC, *Livro de registo das atas das sessões*, 12-05-1875, fl. 22, nº61

<sup>168</sup> AMVC, *Processos de Obras Particulares 1876-1919*, s.n., nº2676.

dispomos de dados que nos permitam aferir da utilização deste equipamento pelos banhistas e durante quanto tempo esteve ao serviço da comunidade veraneante. No entanto, somos levados a pensar que não terá sido longa a sua atividade pois, em março de 1913, dá entrada na Câmara Municipal um requerimento, em nome de José Aleixo de Faria e Silva, solicitando a construção de um novo edifício para instalar um balneário à *margem esquerda da Rua Bento de Freitas e junto d'Avenida Brazil nas proximidades da Praia de banhos (...) composto de 1ª, 2ª e 3ª classe, sala de duches, cabines, etc., vestíbulo, salas de espera de 1ª, 2ª e 3ª classe, corredores, casa da machina e torrião para os depósitos de água, encontrando-se também um vestiário para senhoras, e outro para homens, rouparia e duas sintinas*. As instalações encontravam-se disponíveis desde as 7h da manhã até às 13h e contava *com pessoal habilitado para toda a espécie de banhos, como massagens e calista*.<sup>169</sup> O balneário situado no fim da rua, voltado ao mar, funcionou durante algumas décadas. Sabemos que em 1920, está sob a gestão da *Companhia Portuguesa de Turismo*<sup>170</sup>. As suas instalações, darão lugar, mais tarde, a um conhecido café e restaurante frequentado pelos banhistas nas décadas de 60 e 70 do século XX.

### 3.3.3 Do Grande Hotel da Avenida ao Palace Hotel

No dia 1 de agosto de 1920, é inaugurado o *Palace Hotel* que reformando *um casarão sem estética, convertendo-o num hotel modelo( ...)* que garante à nossa praia um futuro *desafogado*<sup>171</sup>, irá transformar-se, em conjunto com o edifício do *Casino*, nos principais espaços de animação da comunidade balnear que, a partir da instauração da República a até meados da década de 1930, irá sofrer novo impulso.

A nova unidade hoteleira ocupa as instalações, completamente reformadas, do *Grande Hotel da Avenida* que fora fundado por Joaquim Luís de Sousa e inaugurado no verão de 1887. Este estabelecimento contava, também, com um *elegante café*, muito elogiado pela imprensa da época e procurado pelos veraneantes durante a tarde e a noite. Até 1909, o hotel fora administrado pelo seu proprietário ou familiares. A partir desta data, passa para a gerência de José Maria de Faria e Sousa, proprietário do *Hotel Central* ou *hotel da Teresinha* como também era conhecido, localizado na Rua de S. João, que o

---

<sup>169</sup> *A Praia* in « O Democrático», nº826, 1-08-1930, p. 1

<sup>170</sup> *A nossa praia* in «O Democrático», nº 365, 18-07-1920, p. 1

<sup>171</sup> *A nossa praia* in «O Democrático», nº 365, 18-07-1920, p. 1

arrendara por dez anos. O falecimento de sua esposa, Teresa de Freitas Faria, em 1912, que tinha a seu cargo a governação das unidades hoteleiras, afigura-se-nos ter constituído o principal motivo do incumprimento do compromisso, pois mesmo a casa da Praça de S. João, a partir de 1913, deixa de estar sob a sua gestão. Assim, o *Grande Hotel da Avenida* vai entrar num período de alguma decadência o que motivará a sua refundação.

Projetada pelo arquiteto Francisco de Oliveira Ferreira, a nova unidade hoteleira, *sem similar no norte do país*, ocupando o mesmo espaço do anterior edifício, oferecia, numa primeira fase, condições para albergar 60 hóspedes, estando previsto a continuação da obra, criando acomodações, a breve trecho, para 200 hóspedes. Mesmo a questão do fornecimento de energia elétrica, empreitada que a Câmara Municipal tentava levar a bom porto, tinha sido ultrapassada através da aquisição de uma excelente *máquina a vapor da força de 30 cavalos» que serviria ainda para aquecimento do hotel, para a elevação da água e para utilizar nos serviços da lavandaria. O hotel era ainda provido de uma «ampla, excelente sala de jantar (...) onde se podem servir 150 a 200 jantares e em cujas paredes se exibiam panos de azulejo magnífico, que o distinto arquiteto Badessi delineou e a fábrica das Devesas moldou*<sup>172</sup>. Os hóspedes tinham ainda à sua disposição *onze quartos de banho higiénicos e confortáveis* e uma garagem com cabines reservadas que, os testemunhos orais localizam na Rua Conde de Margaride ou como é, popularmente, apelidada na *rua das 7 garagens*.

A iniciativa de remodelação do *Grande Hotel da Avenida*, transformando-o no *Palace Hotel*, insere-se num período de particular animação da praia vila-condense, confirmado pela imprensa e que se enquadrava numa estratégia de expansão, delineada pela *Companhia Portuguesa de Turismo*. Dirigia esta instituição, no que a Vila do Conde se referia e como administrador delegado, o *sr. Adolfo de Castro e Sola* que preconizava, para além da realização da obra do *Palace Hotel*, ver *o extenso areal (...) em breve praso povoado de elegantes vivendas, cheias de conforto, artísticas, lindas(...)*.

Esta estrutura hoteleira foi refundada com a intenção de servir, preferencialmente, aqueles que se deslocavam a banhos à praia vila-condense. No entanto, verifica-se que

---

<sup>172</sup>A nossa praia in «O Democrático», nº 365, 18-07-1920, p. 1

havia por, parte da sua administração, a vontade em manter o hotel aberto todo o ano, assegurando-lhe um funcionamento contínuo e regular. Esta vontade não se deve ter concretizado, e a sua administração, por parte da *Companhia Portuguesa de Turismo*, deve ter durado pouco tempo, pois uma nota publicada no *Democrático* de 9 de julho de 1924, assinala a sua abertura no dia 1 de julho e na *posse de nova empresa*.

A instalação no hotel foi uma opção escolhida por várias famílias, ao longo do seu funcionamento e durante várias épocas a abertura da estação fazia-se com um concorrido jantar que assinalava a chegada das principais famílias à praia vila-condense. O seu café e restaurante constituíam-se como locais de encontro e de convívio da comunidade veraneante durante toda a época estival.

Ao longo do tempo, o funcionamento do hotel não foi desprovido de dificuldades, tendo o incêndio ocorrido em 1929, sido um deles. Até ao fim da década de 30, o *Palace* terá um funcionamento regular, sofrendo algumas remodelações posteriores e mudando de entidade proprietária.

#### 3.3.4 O Teatro Afonso Sanches

A edificação do *Teatro Afonso Sanches* pretendeu assumir-se como *um importante melhoramento para a nossa praia(...) atendendo a que há n'esta terra um certo gosto pelo teatro*<sup>173</sup>. Inaugurado em 1900, recebeu, no verão desse mesmo ano, as companhias de *Teatro Carlos Alberto*, a *Companhia de Travanca* e a *Empresa Figueiroa*, sempre com sessões muito concorridos. Esta sala de espetáculos pública, única no seu género em Vila do Conde, recebeu além das companhias teatrais nacionais mais prestigiadas, na época, como a de *Amélia Rey Colaço*, de *Carlos Oliveira* e de *Mendonça de Carvalho* e *Maria Matos*, uma grande diversidade de eventos nos quais se incluem também o circo.

Ficaram famosos os seus concorridos bailes, concertos e soirées, para além das palestras sobre assuntos culturais promovidas nas suas instalações. O *Teatro* apresentou, durante a sua existência, um funcionamento irregular. A atuação de companhias profissionais acontecia, principalmente, durante os meses de verão, período no qual a assistência do público se fazia sentir com maior expressão. Durante os restantes meses,

---

<sup>173</sup> *Theatro* in « O Ave», nº 18, 16-09-1897, p. 2

o seu palco era facultado aos grupos amadores locais, bem como, aos das localidades vizinhas.

A programação de verão da casa de espetáculos era preparada com grande cuidado, procurando-se proporcionar às famílias frequentadoras da praia vila-condense momentos de enriquecimento cultural, diversão e evasão. Também as crianças eram contempladas nos seus programas, realizando-se várias matinées direcionadas aos mais novos.

Em 1907, mercê da pouca procura, a casa, *quasi abandonada em dias de recita pelos próprios villacondenses*, é transformada num *Grande Casino*, o qual pretende oferecer, para além dos espetáculos habituais, *jogos de Law- tennis e foot- ball(...) e bilhares*. Defendia-se que *um bello sexteto, graciosas bailarinas, diversas zarzuelas*<sup>174</sup> promoveriam uma maior concorrência à praia e proporcionariam aos banhistas *distrações várias*. No ano seguinte, o *Grande Casino* está animadíssimo, tendo esta transformação atraído novos hóspedes, que se *distribuíram pelos hotéis e casas do bairro de banhos*<sup>175</sup>. O *Commercio de Villa do Conde* refere um acréscimo da população veraneante, em 1908, e descreve com pormenor a atividade da casa no mês de agosto do mesmo ano. *No Domingo, a matinée esteve numerosamente concorrida, sendo o programa executado em meio de constantes e quentes aplausos. À noite, no concerto, duplicou essa concorrência(...)Nos intervalos apresentaram-se o prestidigitador Mr. Rozales e a Somnambula Mademoisselle Clary.(...) E findo o concerto, no salão de baile começou uma animada soireé , que se prolongou até hora adeantada da noute.*<sup>176</sup>

Os banhistas, para além de espetadores, também assumiam o papel de atores, guionistas, ensaiadores, organizando, eles próprios, saraus, por vezes, com fins solidários. Veja-se, a título de exemplo, o acontecido em 7 de agosto de 1908, dia em que o *Teatro* acolheu um programa inteiramente dinamizado pelos banhistas: Diogo de S. Romão escreveu a peça *Furacão de Morte*, representado por alguns dos presentes na praia, assim como se assistiu à representação da peça *A Ceia dos cardeais* , interpretada pelos alunos do *Colégio Barbosa Gama*, a banhos na praia de Vila do Conde.

---

<sup>174</sup> *Casino* in «O Ave», nº 2, 22-09-1906, p.3

<sup>175</sup> *Pela praia* in « Comercio de Villa do Conde», nº 92, 23-08-1908, p. 2

<sup>176</sup> *Pela praia* in « Comercio de Villa do Conde», nº 92, 23-08-1908, p. 2

Em 1909, na sua sala serão projetadas as primeiras imagens em movimento, sendo nela instalado o primeiro animatógrafo. A máquina foi adquirida ao *Salão Pathé*, no Porto, e mais tarde transitará para a *Quinta do Romeu*, em Mirandela, possivelmente, por interferência de José da Fonseca Menéres, um ativo frequentador da praia vila-condense. A partir de então, e até à década de 1940, passará também a projetar cinema e pela nova valência instalada, somos levados a crer que a atividade do *Casino* não deve ter registado o interesse previsto. Além das projeções cinematográficas, a casa continuará a acolherá representações teatrais. Com a construção do edifício da raiz para acolher o *Grande Casino*, em 1918, na mesma rua, distando os dois edifícios cerca de 300 metros, a atividade do *Teatro Afonso Sanches* reduziu-se consideravelmente. Contribuiu também para a irregularidade do seu funcionamento, enquanto sala de cinema, o fornecimento irregular de energia eléctrica, como se depreende de reclamações apresentadas à Câmara Municipal, no decurso da década de 30<sup>177</sup>, acentuando o seu declínio

### 3.3.5 A *Grande Assembleia de Vila do Conde* ou o *Grande Casino*

Embora o *bairro balnear* vila condense já contasse, entre as suas estruturas lúdicas, com um casino, instalado desde 1907 no *Teatro Afonso Sanches*, iremos, todavia, assistir à construção de uma casa de raiz para alojar a *Assembleia* e o *Casino* de Vila do Conde, sendo a nova casa inaugurada a 7 de agosto de 1918<sup>178</sup>. A escolha de um espaço pouco distante da primeira casa, ocupado já com edificações, afigura-se-nos como uma estratégia de incentivo à procura de terrenos ainda não urbanizados na Avenida Bento de Freitas e *Jardim Júlio Graça* e, ao mesmo tempo, como uma atitude de valorização comercial das edificações já existentes e dos terrenos ainda disponíveis. Pretendia-se com a construção do novo edifício para acolher o casino, trazer para o coração do *bairro balnear* a principal casa de diversão dirigida à população sazonal, mas também que cativasse os residentes.

---

<sup>177</sup> Lê-se na Ata de Reunião de 23-11-1931, folha 140v., :«Cândido Joaquim Rodrigues, empresário do Teatro Afonso Sanches pede indemnização de quinhentos escudos pelos prejuízos por ele sofridos em virtude de por falta de energia eléctrica não ter realizado a matinée cinematográfica » e ainda na ata das sessões de 17-01-1936« a firma Oliveira Silva & Companhia Limitada, sociedade que explora o Teatro Afonso Sanches, desta vila, move à Câmara e aos serviço municipalizados de Electricidade referente a uma indemnização pelos prejuízos que alega ter sofrido por falta de fornecimento de energia eléctrica na sessão cinematográfica que devia realizar-se na tarde de um de setembro findo»

<sup>178</sup> *Casino* in «A República», nº 383, 28-07-1918, p. 3

Data de 6 de junho de 1888, a primeira referência conhecida sobre a intenção de construir um casino em Vila do Conde. O modelo funcional preconizado então, apresenta-se bastante diferente do que viriam a tornar-se estes estabelecimentos nos séculos XX e XXI e, nos quais, a presença dos jogos de fortuna e azar quase passa despercebida no conjunto diverso de entretenimentos que ofereceriam. A este facto não será estranha a proibição e, por vezes, até a perseguição feita a esta atividade em Portugal, pois no nosso país, o jogo só passará ser permitido a partir de 1927.

A ata de reunião do Executivo Municipal, ocorrida naquela data, refere a receção de um ofício endereçado por *Henri Compagnon(...) natural de Soues, Departamento dos Altos Pirenéus, em França, por si e como representante de Baudet & companhia, comerciantes e proprietários residentes em Orleães ponderando e expondo a esta Câmara que os senhores Baudet & companhia projectam levar a efeito a construção e exploração d'um grandioso estabelecimento na praia de banhos d'esta villa com o título de Casino- que terá por tipo o de Ostende*<sup>179</sup>, compreendendo salas de reunião, de leitura, de bilhares, de música de baile, e de várias diversões, *e especialmente com uma secção de banhos terapêuticos, quentes e frios, de água doce e salgada, de duches, de chuva, de pulverização, de lança*. A carta transcrita na ata daquela sessão, indica ainda a localização onde se pretendia construir o edifício: *sobre terrenos já adquiridos condicionalmente e que defrontam com a avenida Júlio Graça, pertencentes ao Excelentíssimo Visconde de Moser, numa área de um hectare*. Apresenta também, um conjunto de exigências, nomeadamente, a exclusividade da prestação local deste tipo de serviços e a abertura de arruamentos circundantes ao novo edifício. A Câmara deferiu a proposta, mas só passados 30 anos, será concretizada a edificação de uma casa própria para, à semelhança do que acontecia noutras praias, se instalar o Casino.

A empresa será constituída e dirigida pela *Sociedade de Propaganda da Praia*, nas pessoas de Joaquim da Costa Torres, António Gomes d'Agonia e Manoel Barbosa Marques<sup>180</sup>, tendo, este novo equipamento, *transformado a praia, movimentando-a*,

---

<sup>179</sup> Ostende é a maior cidade da costa belga banhada pelo Mar do Norte. A cidade ganhou grande importância quando os reis da Bélgica Leopoldo I e Leopoldo II começaram a passar as suas férias nesta cidade. Foram então construídos diversos monumentos e *villas* para acolher a Família Real. Outros aristocratas belgas seguiram as suas pisadas e a cidade ficou conhecida como a "Rainha das Praias Belgas". <https://pt.wikipedia.org/wiki/Oostende>, acedido em Junho de 2015

<sup>180</sup> *Jardim d' Avenida Júlio Graça* in «O Democrático», nº 216, 22-07-1917, p. 1

*alegando-a(...) como que transformando a colónia balnear, arrancando-a aos seus hábitos de isolamento caseiro*<sup>181</sup> .

O *Grande Casino*, a melhor casa de recreio que existe em praias do norte<sup>182</sup> é um projeto do distinto arquiteto Eduardo Alves<sup>183</sup>. O edifício, de dois pavimentos, localiza-se na esquina da Avenida Bento de Freitas com a Avenida Júlio Graça. O rés-do-chão é ocupado com *um amplo e luxuoso café, uma confeitaria com um restaurante e uma linda sala de barbear*. O primeiro andar acolhe a *Assembleia de Vila do Conde*, constituída por várias dependências: o salão de baile, com 216 m<sup>2</sup>; o salão de jogos, com mezinhas de jogo, secretárias e mesas de leitura; uma sala de reuniões; uma sala *das senhoras* e a sala de Buffet. O mobiliário foi todo fornecido pela *Casa Barboza e Costa*, de Lisboa, propriedade de um habitué da praia vila-condense, com residência de praia na esquina oposta à do *Casino*.

Passado um ano, a gestão do *Casino* muda de mãos, sendo arrendado, por um período de 5 anos, por Alberto de Cochofel de Magalhães à *Sociedade de Propaganda da Praia*. O arrendatário assumia, com a sua administração, um conjunto de obrigações, nas quais se incluía o providenciar um *carro americano diariamente saído da Póvoa para Vila do Conde às vinte e uma horas e de Vila do Conde para a Póvoa à uma hora*<sup>184</sup>

O acesso ao *Casino* implicava que se fosse seu associado e a admissão dependia da aprovação da Direção, no entanto, o porteiro estava autorizado a deixar entrar visitantes, em períodos de fraca afluência de sócios, desde que as visitas não perturbassem o regular funcionamento da casa.

O novo estabelecimento vai proporcionar, para além do acesso ao jogo, saraus de *café concerto* em que o quarteto residente, intitulado Teixeira Lopes, se junta nalgumas noites à voz *admirável de Maria Stellina*, mas também bailes, chás dançantes, tardes infantis, récitas teatrais, entre outros. A casa encerrava no fim da época balnear e reabria, na maior parte das vezes, no fim de julho, sendo incumbido da preparação do programa da *saison* algum dos banhistas. Sabemos que, por exemplo, na temporada de 1920 coube ao Barão de S. Romão a responsabilidade pela animação do *Casino*.

---

<sup>181</sup> *Notas da Praia* in «A República», nº386, 18-08-1918, p.2

<sup>182</sup> *Praia de Vila do Conde. Guia Ilustrado*, Porto, SPP, 1918, p.33

<sup>183</sup> *Praia de Vila do Conde. Guia Ilustrado*, Porto, SPP, 1918, p.11

<sup>184</sup> *Contrato de arrendamento feito pela Sociedade Propaganda da Praia Lda. A Alberto Cochofel de Magalhães*, livro de notas nº 905, fls 17, Cartório do notário na comarca do Porto Dr. António Mourão, texto policopiado, BMJR, FL.

O *Grande Casino Vila-condense*, como quase todas as casas congéneres, funcionava apenas no verão e, até aos anos 30 do século XX, não parece ter registado a procura e frequência pretendidas. Algumas das iniciativas programadas, nomeadamente os bailes e noites musicais, contavam com numerosa participação, mas as restantes tinham sempre uma concorrência reduzida.

Em 1933, o *Casino* só abriu em agosto e encerrou em 30 de setembro, estando as instalações disponíveis, para todos os associados, entre as 10h e a 1 da manhã. Há noites de dança, às 4<sup>as</sup> e sábado, com *sexteto jazz-band* e às 3<sup>as</sup> e 6<sup>as</sup> dança-se ao som do piano.

A casa de diversões promove, além das iniciativas já indicadas, outras, hoje entendidas como bastante curiosas para um estabelecimento deste género. É o caso de torneios de *Tiro ao Pombos* acontecido, por exemplo, em agosto de 1928. Também os *Jogos Florais*, iniciativa repetida durante vários anos, tiveram a sua origem no *Casino*. Há, ainda, récitas de arte a que se seguem ceias no *Palace Hotel*, chás dançantes com tómbola, bailes de máscaras infantis, bailes campestres com desfolhadas.

Em 1934, o edifício está na posse da Companhia de seguros *A Mundial*<sup>185</sup>, e a vizinha Póvoa de Varzim inaugurava, em junho, desse mesmo ano *o monumental Casino Poveiro*<sup>186</sup>. A partir de então, Vila do Conde perde a concessão do jogo, mas o *Casino* manterá, até aos anos 40, algumas das habituais propostas lúdicas, essencialmente, frequentadas pela comunidade sazonal, como se pode verificar através da imprensa local.

### 3.3.6 A prática do desporto

Pierre Coubertin descobre, como outros, por volta de 1890, o tema do *surmenage*, encarando-se o desporto, como mais uma forma de combater o nervosismo e a excitação provocados pelo tédio<sup>187</sup>. As estâncias balneares, visando ocupar o tempo de ócio dos banhistas nelas presentes, vão também reconhecer à prática do desporto um

---

<sup>185</sup> AMVC, *Livro de registo das atas das sessões*, 02-04-1934, fl 82, nº 82

<sup>186</sup> *Idea Nova*, nº 50, 23-06-1934, p. 1

<sup>187</sup> Giorgio Vigarello, *O tempo do desporto* in «História dos Tempos Livres: o advento do lazer», Lisboa, 2001, Teorema, p. 254

complemento na promoção de hábitos saudáveis. Seguindo as tendências da época, as atividades desportivas também estarão presentes no quotidiano da praia vila-condense.

Uma das primeiras estruturas desportivas a ser planeada em Vila do Conde é o *Velódromo*. A proposta da sua criação foi apresentada à Câmara Municipal por Abel Andrade, em abril de 1896. Além da autorização para a sua construção, solicitava o apoio pecuniário e a nomeação dos corpos gerentes, bem como a elaboração de um regulamento de funcionamento do recinto. O parecer será favorável e irá traduzir-se numa participação de 100 000 reis,<sup>188</sup> por parte do município. Em setembro desse mesmo ano, são divulgados os nomes do *corpo gerente* do *Velódromo D. Afonso* e que era composto por Alberto Nascimento Lopes, João de Mello Sampaio, João Alfredo de Carvalho Braga, Abel Pereira de Andrade, Henrique Cardoso de Meneses, Alfredo de Sousa Azevedo e José Fernandes de Barros. Para a inauguração, ocorrida a 19 de Setembro de 1897, foram *contratados os melhores corredores*<sup>189</sup>. As corridas de bicicleta, *uma festa nova*, foram, durante anos, uma realidade na praia vila-condense, assim como os passeios em grupo, utilizando este veículo. Estas distrações, muitas vezes organizadas com fins beneméritos, foram ao longo dos anos bastante populares entre a comunidade balnear.

O desporto automóvel, quando este tipo de veículo se começa a vulgarizar, será também uma realidade. Esta modalidade, que mais tarde viria a distinguir Vila do Conde, colocando a localidade no mapa das competições nacionais, registou também grande popularidade entre os banhistas. Neste domínio, causou grande impacto, a prova de desporto automóvel ocorrida no dia 27 de setembro de 1931, tendo sido uma deliberação da *Comissão de Iniciativa de Turismo* e do *Automóvel Club de Portugal*. Estas provas eram complementadas com momentos de animação, como aquele que se viveu no baile organizado no *Casino em honra dos concorrentes do Rallye Automóvel a Vila do Conde*, na noite do dia 1 de setembro de 1938, realizado após a competição. Estas provas irão repetir-se ao longo de todo o século XX, de uma forma mais ou menos contínua.

Os desportos náuticos, com destaque para a prática de remo no rio Ave, no qual também se tomavam banhos, era igualmente uma atividade cultivada pelos banhistas. Ficaram

---

<sup>188</sup> AMVC, *Livro de registo das atas das sessões*, 22-10-1896, fl. 50, nº71

<sup>189</sup> *Velódromo D. Afonso* in «O Ave», nº 18, 16-09- 1897, p. 3 .

célebres as regatas das festas carmelitanas, organizadas numa primeira fase, pelo *Club Fluvial Vilacondense*, mas que, nalgumas ocasiões, registaram o envolvimento da comunidade balnear. Mesmo fora do programa das festas, era comum organizarem-se passeios e competições fluviais.

O *Campo de Jogos* ou *Parque do Ténis*, estrutura construída pela *Comissão de Iniciativa de Turismo*, irá proporcionar um conjunto de modalidades desportivas nas quais se incluem: ténis, patinagem, jogo da bola e croquet. No regulamento respeitante ao ano de 1930, publicado no mês de julho, consignam-se, para além dos desportos de possível prática, as condições de acesso ao recinto desportivo e que implicavam a obrigatoriedade de todos os interessados se fazerem sócios. Este virá a revelar-se como um espaço de maior frequência da comunidade banhista, que para além da prática desportiva, nele organizava outras atividades como chá dançantes, picnics e confraternizações várias.

### 3.3.7 Rituais

A população sazonal que se deslocava a Vila do Conde para frequentar a sua praia instalava-se num território, inicialmente constituído por um corredor que desembocava na praia, hoje chamada a *praia do turismo*, a que mais tarde se foram anexando algumas moradias nas vizinhas Avenida Brasil, Almeida e Brito e Avenida Júlio Graça. Constituiu-se assim um núcleo residencial dentro da vila, aparte da mancha habitacional principal, quase exclusivo de um grupo social que nele se instalava durante alguns meses. Neste território, foram também sedeados equipamentos, a maior parte dos quais nascidos da iniciativa da própria comunidade balnear e que proporcionavam atividades desconhecidas, até então, pela maior parte da população residente. Edificados por um grupo de indivíduos estranhos à maioria dos residentes, cuja permanência na localidade era curta, a sua fruição será também restrita e marcada pela sazonalidade.

Antes da chegada do comboio, a deslocação até à praia, era feita em meios próprios em que agregado familiar, serviços, bagagens e provisões eram transportados em veículos de tração animal. O comboio, mais cómodo e rápido, fazendo a ligação ao Porto e à Póvoa de Varzim e esta por sua vez ligando com Famalicão também por linha férrea, constitui-se, à semelhança do que aconteceu noutras localidades, como um fator de

atração à praia vila-condense. A ligação entre a Avenida Bento de Freitas e a estação de caminho-de-ferro faz-se utilizando o carro americano ou recorrendo aos serviços de um alquilador. Com a introdução do automóvel em Portugal e o gradual acesso ao mesmo, passará a ser este o veículo de transporte utilizado pelas famílias, deslocando-se os criados com alguma antecedência, na maior parte das vezes, de comboio, para preparem toda a logística inerente à instalação na praia.

Tal como se verificou noutras estâncias balneares, também em Vila do Conde, *a breve trecho, a ida para a praia transformou-se num fenómeno essencialmente social: o litoral converteu-se num local privilegiado de convívio entre amigos e conhecidos, sob pretexto de usufruir do ar marítimo e da terapia dos banhos*<sup>190</sup>. O tempo de praia é sobretudo o tempo de encontro dos amigos e familiares que, durante o ano, não havia oportunidade de visitar e encontrar. Num território quase demarcado, onde a presença dos naturais era diminuta o verão era a oportunidade, por excelência, de reunião. Como nos referiu uma das entrevistadas, *ir para Vila do Conde era para mim como « ir à terra», onde encontrava grande parte da minha família e onde podia estar com os meus amigos num ambiente de inteira liberdade*<sup>191</sup>.

De praia terapêutica, a praia vila-condense vai também transformar-se em praia lúdica, marcada por rituais sociais. Assim, quando as famílias começavam a chegar à avenida Bento de Freitas, inicialmente em julho, as senhoras inteiravam-se da presença das famílias amigas ou aparentadas e era comum visitarem-se, combinando um encontro maia alargado e que, normalmente, se traduzia num chá, numa das casas ou num dos espaços públicos que podia ser o café do *Hotel* ou o do *Casino*.

Os chefes de família visitavam os amigos residentes e os jornais locais noticiavam, com detalhe, a instalação dos banhistas.

A praia era frequentada, principalmente, durante a manhã e sobretudo pelos mais jovens, que após o banho tomado sob a vigilância dos banheiros Vasques, irmãos Quintela e Jerónimo e sempre agarrados à corda, permaneciam na praia até à hora de almoço. Como curiosidade, refira-se que havia famílias que anunciavam o almoço,

---

<sup>190</sup> Joana Feitas, *O litoral português, percepções e transformações na época contemporânea: de espaço natural a território humanizado* in «Revista de Gestão Costeira Integrada», 2007, 7, 2, p. 112

<sup>191</sup> Testemunho oral da Sr<sup>a</sup> D<sup>a</sup> Maria de Lurdes Rego

tocando na rua um gongo que ecoava na praia.<sup>192</sup> Os adultos frequentavam o balneário e, só mais tarde, com a aquisição de barracas próprias que instalavam no areal, passam a permanecer na praia após a tomada do banho. A permanência no areal, durante a tarde, é uma prática que se vai afirmar só após a Segunda Guerra Mundial, a que a ciência médica reconhece, aliados aos benefícios das águas marítimas, os dos raios solares.

Numa época de completa ausência de estruturas de apoio na praia, como cafés e bares e em que a venda ambulante ainda não se praticava, era comum as empregadas das famílias deslocarem-se ao areal, transportando refeições ligeiras para serem consumidas a meio da manhã e depois, mais tarde, também o almoço para os jovens.

A praia foi também cenário de alguns eventos marcantes da estação de banhos em Vila do Conde. Teve grande impacto, por exemplo, o concurso das *Construções na Areia*, do ano de 1913. Estes concursos *como se usam nas grandes praias francesas*,<sup>193</sup> iniciados no início do século XX, ainda há pouco tempo se realizavam. Naquele ano, após o anúncio das classificações, foi servido um chá na praia, que se traduziu numa verdadeira festa: *as senhoras da nossa colónia balnear que deram a esta festa um cunho encantador dispondo artisticamente sob toldos da praia ornamentações de flores, arbustos, palmeiras. Entre as flores viam-se pequenas mesas com ricos cristais e pratas valiosas cobertas das mais finas iguarias*<sup>194</sup>. Na foto que ilustra o artigo, identificam-se toalhas de renda, garrafas de champanhe e bolos. A celebração continuou à noite no *Casino*, nessa altura, ainda instalado no *Teatro Afonso Sanches*. Este evento, até ao final da década de 1930, concretizava-se sempre com o particular envolvimento e desvelo da população veraneante.

O jantar de abertura do *Hotel*, única casa de hospedagem situada na avenida, assinalava, simbolicamente, o início da vilegiatura na praia vila-condense que, habitualmente, se complementava com uma soirée no *Teatro Afonso Sanches* e, a partir de 1918, no *Casino*. Em períodos de inexistência ou não funcionamento daqueles estabelecimentos, o encontro da comunidade balnear fazia-se na *Assembleia*, fundada por Joaquim Maria de Melo na sua casa da Avenida Júlio Graça e que passou, posteriormente, por outros espaços.

---

<sup>192</sup> Testemunho da Sr<sup>a</sup> D<sup>a</sup> Maria de Lurdes Rego .«O meu avô chamava para o almoço os netos e os outros membros da família, que estavam na praia, tocando um gongo no meio da rua. Às vezes não o ouvíamos e amigos ou conhecidos nossos verificando a nossa demora iam à praia avisar-nos»

<sup>193</sup> *Construções na Areia* in «Ilustração Portuguesa», nº 397, 29-09-1913, p. 345

<sup>194</sup> *Construções na Areia* in «Ilustração Portuguesa», nº 397, 29-09-1913, p. 346

Os veraneantes organizavam então um conjunto de atividades para ocupação do seu tempo livre, como batalhas de flores e hortaliças, gincanas, pic-nics nas freguesias, de que era muito popular o lugar da Espinheira na freguesia da Junqueira, passeios de bicicleta, jericadas, touradas, concursos hípicas, cortejo, desfolhadas. O espaço preferencial destas iniciativas ao ar livre, será, a partir da 2ª década do século XX, *o pinhal do Menéres*, terreno aforado por José Fonseca de Menéres à Câmara Municipal, em 1915, *um terreno contíguo, pelo lado norte, à rua Bento de Freitas*<sup>195</sup> ficando responsável por *plantar bousas por meio de sementeira ou plantação do terreno que afora*.

Outro dos passatempos aglutinadores da comunidade banhista eram os *Jogos Florais* em que se procurava dar a conhecer a veia poética, mais lírica ou mais irónica de cada um dos participantes e que, anualmente, serviam de pretexto para um animado fim de dia no *Casino*.

O *bairro balnear* de Vila do Conde é também o espaço de encontro de crianças e jovens, uma praia *de família, onde toda a gente se conhece e onde os pais deixam os filhos reunir-se. Redefinem-se os círculos familiares para formarem uma rede de relações: rapazes e raparigas podem circular sem perigo*<sup>196</sup>. A partir da construção do *Parque de Jogos*, a prática desportiva reúne, neste espaço, sobretudo os elementos mais jovens das famílias em vilegiatura. Em dias de condições climatéricas agrestes, o *Ténis*, que para além dos campos de jogos era servido de um pavilhão no qual se servia chá e outras bebidas, constitui-se como refúgio e ponto de encontro.

À noite os cavalheiros jogam bridge e outros jogos na *Assembleia*, no *Casino* ou acompanham as senhoras em saraus musicais ou dançando nos bailes acompanhados de musica ao vivo e, mais tarde, reproduzida através de fonógrafos e leitores de gravação em vinil.

---

<sup>195</sup> AMVC, *Livro de registo das atas das Sessões*, 03-11-1915, fls. 95v.- 96, nº 78.

<sup>196</sup> André Rauch, *As férias e a natureza revisitada. As férias e a vida privada. A estância balnear*, in «História dos Tempos Livres», org. Alain Corbin, Lisboa, Teorema, 2001, p.97

## **4. Impactos**

### **4.1 O relacionamento com a comunidade local**

Verifica-se que a comunidade de veraneantes que se deslocava para Vila do Conde, até pelo seu posicionamento no território, quase não estabelecia ligações próximas com a população residente. Isolada num espaço composto pela avenida Bento e Freitas e Jardim Júlio Graça, zonas da localidade desabitadas fora da época de banhos, onde decorriam atividades e iniciativas ausentes da vida da maior parte dos residentes, que reconheciam às mesmas um caráter de exotismo, a colónia balnear constituía-se quase como um mundo aparte, do qual participava apenas um escasso grupo de residentes: as famílias do mesmo grupo social e aqueles que lhes prestavam serviços

Enquadram-se na primeira categoria, agregados familiares aparentados ou famílias que, por motivos profissionais, fixaram residência em Vila do Conde e que durante o verão com eles privavam, participando nos eventos organizados e integrando a sua esfera de convivialidade. Vinculados por uma relação de identificação social e por laços familiares, estes residiam disseminados pelo tecido urbano da localidade, e poucos moravam na Avenida Bento de Freitas, ou imediações, deslocando-se, muitas vezes, a esta zona da localidade apenas durante os meses de verão para o convívio com os amigos e para a frequência da praia.

O segundo grupo, integra alguns moradores nas zonas envolventes e até na própria avenida, que prestavam apoio doméstico aos banhistas. Os proprietários dos imóveis recorriam aos seus serviços, enquanto zeladores das suas propriedades, no período em que se encontravam ausentes. Eram-lhes atribuídas algumas tarefas como: arejamento das casas, verificação de anomalias, atenção a eventuais ações de vandalismo, pagamento de despesas com água e luz, a partir do momento em que as vivendas passaram a estar apetrechadas com estas facilidades, cuidado das hortas, jardins e quintais. Estas pessoas serviam também, por vezes, de intermediários no arrendamento sazonal das casas, estabelecendo ligações com as partes ou, frequentemente, eles próprios conduziam o acordo, pois alguns dos proprietários atribuíam-lhes essa incumbência. Também em situações de transações definitivas dos imóveis, as negociações eram, na maior parte das vezes, intermediadas por eles.

A execução de serviços domésticos, coadjuvando as criadas que acompanhavam as famílias, era também bastante requisitada, nomeadamente, o tratamento da roupa e o apoio na confeção das refeições, sobretudo, em dias de receção aos amigos.

Era também por intermédio e recomendação destas pessoas que se realizavam as transações comerciais no abastecimento de géneros frescos. Cabia-lhes indicar a peixeira de confiança, a leiteira mais séria e a hortaliçeira com preços mais atrativos. Normalmente, numa primeira abordagem, quem recomendava acompanhava o recomendado ou então eram – lhe mesmo confiadas as aquisições destes produtos.

Regra geral, há gratas memórias das relações entre estas pessoas e as famílias que apoiavam, assim como os banhistas os evocam e recordam com carinho. Conscientes de que participavam, em patamares diferentes, num mundo ao qual não pertenciam, por questões económicas, sociais e culturais, estabeleciam, no entanto, ligações de grande cordialidade e sobretudo apoiavam-se na proteção que lhes era dispensada, para além da remuneração que auferiam. Aqueles que *tomavam conta das casas dos fidalgos* sabiam que podiam recorrer à sua influência, aconselhamento e serviços no percurso de circuitos pouco conhecidos, nomeadamente, ligados à justiça, aos cuidados de saúde, na mediação de conflitos familiares ou mesmo em situações de carência económica.

A coexistência destes dois grupos restringia-se à esfera doméstica, jamais privando no espaço público como iguais e, por isso, a sua presença nalgum dos eventos organizados ocorre sempre num papel de colaboração e nunca de participação. Mesmo na esfera privada, a fruição comum de espaços e de atos não acontece, como é o caso das refeições. Os criados comiam com as crianças na cozinha, a restante família tomava as refeições na sala. Evocando as lembranças da bisneta do *Conde de Margaride*, no caso concreto da frequência dos ofícios religiosos, estes tinham, de acordo com a hora a que decorressem, diferentes assistências: o comum do povo, no qual se incluíam os criados dos banhistas, frequentavam a missa dominical na Igreja Matriz às 7h e as famílias socialmente mais consideradas marcavam presença ao meio dia.

## **4.2 Intervenção social**

Os *simpáticos, bondosos e fidalgos banhistas*, como se lhes refere o jornal *O Ave*<sup>197</sup> demonstravam, nalguns atos praticados, preocupações de intervenção social. Algumas

---

<sup>197</sup> Época balnear in «O Ave», nº 56, 05-10-1907, p.1

das iniciativas programadas, tinham, para além da intenção lúdica, o objetivo de angariação de contributos, que eram, posteriormente, distribuídos na comunidade. A filantropia, cultivada pelos grupos sociais economicamente mais pujantes, mas também atributo da consciência cristã legitimada pelo exercício de um papel social diferenciador por, diversas vezes, se fez sentir em Vila do Conde, no seio da sua comunidade balnear.

Em 1898, *O Ave*<sup>198</sup>, publica uma nota sobre uma ação benemérita da Sr<sup>a</sup> condessa de *Margaride*, que entregou ao reverendo Francisco José Lopes, a quantia de 25,800 reis. A quantia foi distribuída por um conjunto de 116 pobres, disseminados por 28 ruas da vila, de diferentes idades, em que as mulheres são as principais contempladas. Ainda, a título de exemplo, indica-se *o Sarau em favor dos pobrezinhos de Vila do Conde*, referido pela *Ilustração Villacondense*, no seu número de setembro de 1910 e no qual *recitaram-se poesias, cantaram-se canções, foi enfim uma festa linda, cheia de boa e serena alegria, que no dia seguinte admiravelmente se completou com a distribuição de esmolas aos pobrezinhos, em sessão solene a que os srs. Conselheiro Menéres, Barbosa Gama, Dr. Cunha Reis, Pe José Praça, Diogo S. Romão e Dr. Andrade Bazam deram o brilho da sua palavra.*

Também as instituições de assistência e caridade eram contempladas pela generosidade da comunidade balnear, como se pode constatar pelo caso da *Festa de caridade efectuada no Casino, a favor da conferência de S. Vicente de Paula, que rendeu 500\$000.*<sup>199</sup>

Também alguns habitantes, a título individual, eram alvo da gratidão das famílias a banhos na praia de Vila do Conde. É o caso de José Vasques, de alcunha *o coisa ruim* que, após a vida de marítimo, se tornou banheiro, prestando os seus serviços de nadador - salvador aos frequentadores da praia. Este homem foi uma figura bastante estimada entre a comunidade balnear. Responsável pela edificação de um mirante num dos rochedos da praia, *espécie de coreto em ferro e madeira para onde convidada os banhistas a gozarem o lindo panorama do mar*<sup>200</sup>, em seu favor ocorreu, no *Teatro Afonso Sanches*, no verão de 1910, uma récita teatral com a peça *De Xofre*, da autoria de Alfredo Menéres, um habitué da praia. Inspirada na figura do banheiro, a receita de

---

<sup>198</sup> Ação benemérita in «O Ave», nº 63, 14-10-1898, pp3-4

<sup>199</sup> Festa de caridade in «Vila do Conde», nº 2, setembro de 1928, p. 22

<sup>200</sup> José Vasques o coisa ruim in «Ilustração Vilacondense», nº 16, abril de 1911, p. 12.

bilheteira foi-lhe entregue para o compensar dos prejuízos sentidos pela destruição das barracas que tinha na praia e que um temporal danificara.

Ainda que residissem em Vila do Conde durante um curto período do ano, o sentimento de pertença a este território era evidente e demonstrado nalgumas iniciativas. Indicamos, a título de exemplo, a fundação do *Círculo Católico de Operários*. Esta instituição, criada em 1905, no mês de julho, teve como principal mentor o Dr. Alberto Pinheiro Torres, natural de Braga e que viera dirigir o Reformatório, instalado no Mosteiro de Santa Clara. Enquadrada numa orientação católica direcionada ao proletariado, pretendia além do assistencialismo aos seus associados, proporcionar oferta alternativa de ocupação do tempo livre dos trabalhadores. O ato formal de fundação da associação decorreu na casa do *Conde de Margaride*, supondo-se que na residência do Jardim Júlio Graça onde funcionou a *Assembleia*. As instalações do CCO serão ainda palco de algumas iniciativas apadrinhadas pela colónia balnear em favor de algumas instituições vila-condenses. A matinée ocorrida em 4 de setembro de 1938, em que participou a *Orquestra Aldrabófona*, teve fins de benemerência a favor do Hospital da Santa Casa da Misericórdia. Este evento enquadrou-se na programação agendada para esse verão para a *Semana da Misericórdia*, iniciativa da autoria dos banhistas, concretizada a partir dos anos 30, que tinha por objetivo a recolha de fundos para o hospital daquela instituição. Ainda, visando esta instituição, era instalada na avenida Júlio Graça, a *Esplanada da Misericórdia*, onde se projetavam filmes ao ar livre e em que a receita apurada revertia em favor daquela entidade.

As festas do Carmo, inicialmente organizadas pelo *Club Fluvial Vilacondense* e que eram consideradas as festas do concelho, também registaram, nalguns anos, o envolvimento da comunidade balnear que além de participar nas iniciativas também tomou a seu cargo a organização do certame.

#### **4.3 Reflexos na economia local**

A afluência de banhistas a Vila do Conde impôs a concretização de um conjunto de condições e equipamentos que acolhesse esta população e fomentasse a atração de novos clientes. O abastecimento público de água, com a instalação de fontes próximas da avenida Bento de Freitas; serviços de transportes entre o centro da localidade e o

bairro balnear, que se traduziu na instalação da linha do carro americano, e mais tarde, integrando os circuitos do serviço rodoviário de carreiras; a iluminação pública; redes de saneamento; estabelecimentos de abastecimento de géneros alimentares, são alguns dos exemplos das intervenções operadas num território que se pretendia atractivo e cada vez mais procurado.

A avenida Bento de Freitas e os arruamentos adjacentes, que foram estruturando a zona residencial balnear, apresentavam significativa distância do coração comercial e de serviços da vila que, maioritariamente, se localizavam à volta da Avenida Campos Henriques e do Terreiro.

A sazonalidade da ocupação residencial foi fator de ausência da fixação definitiva de entidades comerciais nesta localidade, a que ajudou o desinteresse, por parte dos naturais e residentes, em domiciliar-se naquele espaço.

Equipamentos como o *Hotel*, o *Balneário*, o *Teatro Afonso Sanches* e o *Casino*, recorrem, durante o verão, a uma mão-de-obra que, salvo raras exceções, dispensam no final do mês de setembro, para voltar a requisitar no mês de julho do ano seguinte. A maior parte das pessoas envolvidas, com significativa expressão para as mulheres, não possui ocupação profissional fixa durante os restantes meses do ano, auferindo os recursos subsistenciais em atividades pontuais, nas quais figuram os trabalhos agrícolas, a recolha do sargaço, a execução de rendas de bilros, entre outros. No que se refere ao segmento masculino, a maioria dos envolvidos fá-lo em regime de acumulação com a atividade desenvolvida durante o restante ano.

Apesar do reduzido número de moradores, a tempo inteiro, verificamos a instalação, ainda que temporária, de alguns estabelecimentos comerciais, nomeadamente, de fornecimento de provisões. É o caso da *Mercearia da Praia*, inaugurada em 1892 e que foi uma iniciativa de Luís Maria dos Santos e José Fernandes Beiriz<sup>201</sup> encontrando-se em 1910, sob a gerência do *considerado negociante Gaspar Augusto Porfírio de Carvalho*<sup>202</sup>. O estabelecimento ocupava o rés-do-chão da vivenda da família Barbosa, localizada na esquina poente da avenida Júlio Graça com a avenida Bento de Freitas. Mais tarde, será propriedade de *Torres & Barbosa* para, em 1928, passar definitivamente para a posse de João da Costa Torres. Este estabelecimento ainda hoje

---

<sup>201</sup> *Mercearia da Praia* in «O Villa do Conde», nº 130, 29-07-1893, p. 2

<sup>202</sup> *Estabelecimento de Mercearia* in «O Ave», nº 199, 30-07-1910, p. 2

existe, e está na posse dos descendentes desta última família, na mesma avenida, mas localizada no segmento a nascente do Jardim Júlio Graça. A *Mercearia da Praia*, da família Torres, é uma das filiais da casa mãe, estando esta sediada na Rua de S. João e contando com outra sucursal na *Casa Cadeco*, na rua 5 de Outubro. A partir de 1924, a população balnear terá à sua disposição ainda os serviços e produtos facultados pela filial da *importante casa de víveres desta vila, propriedade de Amaral e Loureiro*<sup>203</sup>.

Ainda no conjunto de estruturas de apoio aos veraneantes, insere-se o *Honorina's bar*, *um casinhoto com janela por onde saíam para a rua as bebidas. O trânsito não constituía problema na época, os «passeios» eram amplos, a clientela espalhava-se pelas cercanias*<sup>204</sup>. O *bar da Honorina*, tal como o pequeno café, contíguo ao balneário, no fim da rua, eram pontos de encontro, onde também se podia participar em jogos de mesa.

Identificamos ainda a tentativa de instalação, no areal, do *Bar da Praia*. No verão de 1924, a *Comissão de Iniciativa de Turismo* inaugura *um pavilhão onde o turista encontrará um bom serviço de café, leitaria, cervejaria, refrigerantes, etc., debaixo da direcção do sr. António Souza ex-empregado do Palácio Hotel*.<sup>205</sup> A proposta não teve a aceitação dos banhistas e embora o barracão marque presença nalgumas fotografias da época, não terá servido para os fins com que fora instalado, servido apenas como ponto de apoio.

Um dos estabelecimentos comerciais de referencia em Vila do Conde, foi a casa de chá *Ao Bom Doce*. Este foi criado pelo casal José Alves da Cunha, conhecido pela alcunha de *Zé dos Doces ou Zé doceiro* e Cândida Costa. Esta casa, famosa no norte português, distinguia-se pelo serviço mas, principalmente, pelos pequenos bolos, únicos no sabor e forma. Quando em 1923 se casaram, foram agraciados com uma soma em dinheiro por parte de D<sup>a</sup> Maria Serpa Pimentel, matriarca de uma das famílias para quem trabalhavam. Incentivados por este presente, guindaram-se a abrir um pequeno negócio de venda de doces, o qual foi instalado nos baixos do coreto do Jardim Júlio Graça. Paralelamente à confeção e venda dos doces, zelaram, por algum tempo, pelo *Hotel* durante os meses em que se encontrava encerrado e, no verão, os seus serviços eram

---

<sup>203</sup> *Mercearias que abrem...* in O Democrático, nº 551, 27-07- 1924, p. 2

<sup>204</sup> João Afonso Machado, *Descendo a Avenida Bento de Freitas ao longo de algumas gerações* in «O Tripeiro», 7<sup>a</sup> série, ano XX, nº 8, 1993, p. 6

<sup>205</sup> *Pavilhão da Praia* in « O Democrático» nº 551, 27-07-1924, p. 2

também requisitados para os jantares organizados no *Casino*, bem como na residência pessoal de alguns banhistas, com particular destaque para José Fonseca Menéres. Numa tentativa de manter a atividade durante os restantes meses do ano, o casal vai - se aproximando do centro da localidade, ocupando, inicialmente, dois espaços arrendados na Rua de S. João. Em outubro de 1938, irão inaugurar a casa construída de raiz para acolher a casa de chá *Ao Bom Doce* e que aqui funcionará até aos anos 80 do século XX.

Os reflexos no tecido económico local são diminutos, verificando-se a abertura de alguns estabelecimentos comerciais durante a época de banhos para, findo o verão, encerrarem de seguida. A sazonalidade destas prestações refletia-se também na mão-de-obra ocupada, que tinha também um carácter pontual.

## Considerações Finais

Na sua obra *As Praias de Portugal: guia do banhista e do visitante*, Ramalho Ortigão reconhece ser Vila do Conde *uma das mais pitorescas e belas povoações marítimas de Portugal*, embora a sua praia se apresente como *uma das menos frequentadas pelos banhistas*. Apesar da reduzida afluência de público, Ramalho confere-lhe o mesmo estatuto das praias da moda de então: Estoril, Figueira da Foz, Póvoa de Varzim, Granja, pois não a enquadra no capítulo *das praias marginais*. Somos levados a crer que o escritor identificava na praia vila-condense qualidades e características que a poderiam transformar numa praia mais concorrida.

A opinião de Ramalho é corroborada por um filho da terra, que nos legou algumas reflexões escritas sobre alguns assuntos com ela relacionados. Luís Maia considerava, igualmente, *esta praia indubitavelmente linda, encantadora, mas sem dúvida também de uma concorrência muito limitada, sempre mediocrementemente concorrida*<sup>206</sup>.

É uma evidência, comprovada pela documentação analisada, que a massificação do uso do litoral vila-condense, no período cronológico tratado, nunca foi uma realidade. A praia, enquanto espaço físico bordejante do oceano e que regista a preferência da comunidade balnear, apresenta-se com reduzidas dimensões. Trata-se de um espaço balizado, a norte, pela Avenida Bento de Freitas e, a sul, pela rua Almeida e Brito, ocupando um retângulo de areia de, aproximadamente, 100 metros por 150 metros. Percebe-se, assim, que a *Praia do Turismo*, numa alusão toponímica aos que a frequentavam, até pela área indicada, remete para a presença de um número pouco expressivo de banhistas. Passada a segunda metade do século XX, esta será, ainda, a realidade da praia de Vila do Conde: um destino de férias de um grupo reduzido, socialmente homogéneo, oriundo da aristocracia e da alta burguesia.

Entre as razões da escassa procura da praia vila-condense como destino turístico, é apontada uma inadequada primeira opção de urbanização da faixa territorial a poente, rumando ao mar. Luís Maia defendia que, à semelhança do que tinha acontecido noutras

---

<sup>206</sup> Luís Costa Maia (Noe), *A nossa praia*, Vila do Conde, impresso na Tipografia Minerva de Amaral Correa, 1910, p. 15.

localidades, a ocupação do litoral devia ter sido planificada por forma a tornar-se no espaço preferencial de lazer, devendo oferecer *um alegríssimo passeio à beira mar*<sup>207</sup>, paralelo à zona residencial que deveria ter sido localizada defronte do Atlântico. Quando, em 1911, é aberta a Avenida Brasil, possibilitando um reenquadramento das instalações para os turistas, a oportunidade é desconsiderada, talvez por *receio de que, povoada a corda da beira-mar, fossem desvalorizados os prédios existentes na avenida Bento de Freitas*<sup>208</sup>.

Um outro fator que obstou a uma procura da praia vila-condense, por parte de um público mais numeroso, reside na distância que separava a estação de caminho-de-ferro do bairro balnear. *A linha férrea, mais avizinhada da praia, trazia a esta Villa maiores e mais directos interesses, mais notável e imediato desenvolvimento, sem prejudicar os povos das outras localidades (...) Tivesse corrido assim a linha férrea a uns quinhentos metros do mar, fosse posta ali também a estação à mesma distância do rio, e ver-se-ia então com que presteza se delineava, com que desembaraço se construía. Não o quiseram, porém, assim, deixando ficar a estação a enorme distância da praia*<sup>209</sup>. O percurso, antes da chegada dos automóveis próprios e de aluguer, era servido de transportes públicos, nomeadamente, pelo carro americano, mas tornava-se de grande incomodidade percorrer a distância acompanhado de bagagens e demais pertences, *pois três meses de Vila do Conde obrigavam à leva, em camionetas ou atrelados de Trator, de mobílias completas, víveres diversos e o demais necessários a uma estada descontraída e relaxante.*<sup>210</sup>

A própria existência do comboio, facilidade que promoveu, noutras localidades costeiras, nacionais e estrangeiras, uma intensa procura das suas praias, abrindo-as às camadas populares, tornando-as de acesso massificado, não se revelou contributo assinalável na procura de Vila do Conde, enquanto destino de férias.

---

<sup>207</sup> Luís Costa Maia( Noe), *A nossa praia*, Vila do Conde, impresso na Tipografia Minerva de Amaral Correa, 1910, p. 10.

<sup>208</sup> Luís Costa Maia( Noe), *A nossa praia*, Vila do Conde, impresso na Tipografia Minerva de Amaral Correa, 1910, p. 15

<sup>209</sup> Luís Costa Maia( Noe), *A nossa praia*, Vila do Conde, impresso na Tipografia Minerva de Amaral Correa, 1910, p. 22, p. 25

<sup>210</sup> João Afonso Machado, *Descendo a Avenida Bento de Freitas ao longo de algumas gerações* in «O Tripeiro», 7ª série, ano XX, nº 8, 1993, p. 6

Acresce ainda a marcada separação entre o centro da localidade e a sua zona balnear, aliás já apontada por Ramalho Ortigão: *o único defeito de Villa do Conde, como estação de banhos, é a distância que medeia entre a praia e as casas da vila*<sup>211</sup>. A avenida Bento de Freitas, sobretudo a ala a poente do Jardim Júlio Graça, foi, até aos anos de 1960, pouco habitada fora da época balnear. Conhecida, popularmente, pela *rua do lá vem um*, a ocupação residencial permanente operou-se a um ritmo lento, promovendo uma desertificação naquela zona da localidade, durante a maior parte do ano. A imprensa periódica local, frequentemente, refere o estado de abandono a que era votada a avenida após a retirada dos veraneantes e a necessidade de intervenção no que se refere à sua limpeza e conservação do pavimento, quando se avizinhava a época estival. Hoje, quando verificamos a efetiva distância entre o centro de Vila do Conde e a ala poente da rua dos banhos, a mesma afigura-se-nos irrisória, no entanto, percebe-se os sentimentos de isolamento e de distância então experimentados, se considerarmos que o acesso se fazia através de caminhos, construtivamente mal consolidados, que atravessavam campos cultivados com cereais, nomeadamente, milho, que naquela época do ano atingia proporções consideráveis, no que se refere à altura. Para minorar o isolamento e promover a procura desta área da localidade como local de fixação permanente, pensou-se, logo no início do século XX, em construir aqui uma escola. Este projeto só viria a concretizar-se no final da década de 1960.

Afastada da zona central da vila e longe da estação de caminho-de-ferro, a praia de Vila do Conde vai transformar – se num reduto, procurado por um conjunto de famílias que a transformam numa espécie de colónia balnear exclusiva e em que todos se conhecem. O seu rico núcleo histórico, testemunho de um passado glorioso, bem conservado pelos seus habitantes que lhe reconhecem valor preservando-o, aliado a um espaço envolvente natural, bucólico, pouco frequentado, conferem-lhe um carácter de *resort*, onde o acesso não é massificado e que irá privilegiar um conjunto restrito de banhistas que o animam, promovendo um conjunto de iniciativas para a sua própria ocupação.

A construção, evidenciando sempre bastante requinte, foi também lenta e a oferta de casas para arrendar, nalgumas alturas, seria pouco significativa, como se pode perceber pelo noticiado no jornal *A República*, de 18 de agosto de 1918, a propósito da inauguração do *Casino*, na Avenida Júlio Graça: *faltam casas(...)* *Não nos falta terreno*

---

<sup>211</sup> Ramalho Ortigão, *As praias de Portugal: guia do banhista e do viajante*, Porto, Livraria Universal de Magalhães & Moniz editores, 1876, p. 87

*para edificar(...) Ao longo da Avenida Brazil, na rua Almeida e Brito, nas ruas novas que podem abrir-se sem as dificuldades de expropriações custosas. E que lindos prédios se podem fazer, relativamente baratos, sem granitos, sem rabiosques caros, leves, airosos, no tipo das casas que já povoam Miramar.*

A instalação do casino em casa própria, construída de raiz para essa finalidade, localizada no espaço recreativo preferencial dos banhistas, deveria ter-se constituído como fator de atração de novos públicos e traduzir-se num maior desenvolvimento da construção. Embora se verifique, nas duas primeiras décadas do século XX, um aumento da procura da praia vila-condense, esta não se refletiu numa urbanização extensiva dos terrenos na envolvência da orla litoral.

Por parte dos arrendatários dos imóveis para férias, verifica-se a dificuldade em adaptar-se às exigências dos novos tempos e a abrir-se a possibilidade de frequência da praia a grupos, economicamente, menos abonados. O regime de arrendamento então praticado não era convidativo, como se pode depreender de um texto alusivo a este assunto, publicado, em 1910, no jornal *O Correio do Ave*:<sup>212</sup> *agora mesmo acaba de chegar ao nosso conhecimento que tem havido procura de cassa, desejando os pretendentes tomá-las apenas por um mez, tendo-se retirado por exigirem os proprietários que por esse mez lhes pagassem a renda de uma epocha completa. Porque não alugam os proprietários as suas casas aos meses?(...) O maior prejuízo para os proprietários e para a praia é insistir n'essa prática absurda.* Também o *Ave*, chama a atenção para a questão das habitações, reconhecendo a este aspeto primordial importância para a dinamização da praia vila-condense: *criar e desenvolver casas similares à Figueira da Foz é uma tarefa que se impõe ao desenvolvimento desta terra (...) para o levantamento moral desta praia tão digna de melhor sorte.*<sup>213</sup> De facto, os banhistas que não eram proprietários dos imóveis e recorriam ao arrendamento, eram obrigados a fazê-lo, pagando uma prestação anual, e, nalgumas situações, pela temporada que, normalmente, durava 3 meses.

Ponderando todas as condições necessárias que presidiam à eleição da praia vila-condense como destino de férias, verifica-se que tal opção se revelava dispendiosa e, por isso, inacessível às massas. Gradualmente, os edifícios disponíveis para

---

<sup>212</sup> *As casas do bairro balnear e os seus proprietários* in «O Correio do Ave», nº 71, 2ª série, 17-07-1910, p. 1

<sup>213</sup> *O Casino* in «O Ave», nº 2, 22-09-1906, p. 3

arrendamento, serão vendidos, pois representam uma fonte de prejuízo para os seus proprietários, em épocas de menor procura da praia. Alguns serão adquiridos por agregados familiares que os tomam como residências permanentes, outros passam definitivamente para a posse das famílias arrendatárias e finalmente, uns quantos serão vendidos a construtores civis que demolindo-os, implantam nos seus terrenos, edifícios de apartamentos.

Um outro argumento invocado, frequentemente, pela imprensa local, fazendo eco da opinião de alguns residentes, que impediu a divulgação da praia junto de um público mais alargado e conseqüentemente, uma frequência mais numerosa, foi a escassa propaganda ou nalguns casos a contra propaganda, como é o caso do que nos é transmitido pelo jornal *O Partidário*<sup>214</sup>: *no Jornal de Notícias de 11 do corrente, n'uma correspondência desta vila, lê-se o seguinte: «O banhista aqui não sabe como passar os dias. Vive n'um bairro lindo é certo, mas isolado do resto da vila e isto se é agradável, torna-se também penoso. As noites são passadas n'uma assembleia onde todos se aborrecem pela variedade de grupinhos que ali se reúnem e os adulam ou n'um café triste de aspecto sombrio e fúnebre onde não há a menor atração, o menor atractivo». Chama-se a isto Propaganda da Praia.*

Desde sempre, se identificou uma dualidade de posições no que se refere à opção urbanística tomada no caminho da localidade até à praia: *queriam uns que a nova rua a abrir para aquele fim partisse de qualquer local da parte baixa da vila em direcção a esta praia. Outros queriam e indicavam o local da actual praia de banhos*<sup>215</sup>. O articulista indica, como justificação para a escolha, a fraca qualidade que a água marítima ofereceria nas proximidades da foz do rio Ave.

É uma realidade a constatação, até pela parte de alguns locais, de que se tornava bastante dispendioso a frequência da praia de Vila do Conde e que a sua procura turística por parte de grupos sociais diversificados, ainda que detentores de menores rendimentos, contribuiria para o desenvolvimento da localidade enquanto praia de banhos. Ao longo dos tempos, para além da alteração do modelo de arrendamento dos imóveis e do tipo de oferta residencial oferecida- casas mais modestas e mais simples- outras propostas são apresentadas: *o nosso caminho- de- ferro deveria ( e poderia, se*

---

<sup>214</sup> *Interesses locais. A Praia* in «O Partidário», nº 117, 18-08-1906, p.2

<sup>215</sup> M. Nogueira, *A nossa gravura. Praia de Vila do Conde, Rua Bento de Freitas* in «O comércio de Villa do Conde», nº 49, 27-10-1907, p.1

*quisesse)reduzir os preços das passagens entre esta vila e todas as terras por ele mal servidas; pois que assim Vila do Conde teria maior concorrência de forasteiros. Os senhores comerciantes desta vila não perderiam nada em facultar pelos preços do Porto os géneros que os nosso hóspedes necessitem, e assim poder-se-ia afirmar sem reboço de que Villa do Conde era a praia mais económica e mais cómoda do norte do país<sup>216</sup>.*

Se a proposta inicial de urbanização, visando a expansão do núcleo residencial até á orla marítima, retirando proveito da existência de condições naturais para se afirmar como localidade turística, registou o aplauso das forças vivas vila-condenses, já a sua transformação em colónia balnear aristocrática não agradou à maioria. É expressa, com alguma frequência após a instauração do regime republicano, a opinião de inutilidade em investir-se na qualificação de espaços e equipamentos afetos à utilização, quase exclusiva, por parte dos banhistas. Estes, permaneciam na localidade apenas durante um reduzido período, e aquando da sua permanência, viviam quase em circuito fechado, promovendo os seus divertimentos e ocupando-se com as suas próprias iniciativas. Os jantares e festas que organizavam, os desportos que praticavam, as roupas que exibiam, mais do que possíveis fatores civilizacionais, que poderiam promover algum contágio, constituíam-se, aos olhos dos residentes, *na sua maioria marinheiros e rendilheiras<sup>217</sup>*, como elementos exóticos, de alguma futilidade e ostentação, apanágio de um grupo social a que não pertenciam e com o qual não se identificavam. *Da praia se tem por vezes desdenhado e tão malevolamente se encara, não raro, o que em seu favor se faça, que logo se atribui ao propósito mesquinho de beneficiar interesses particulares o que só no favorecimento do interesse geral redundava.<sup>218</sup>*

A clivagem social entre a maioria dos residentes e os fidalgos da praia era uma realidade, traduzindo-se, por vezes, nalguns episódios de atrito verbal e até físico, protagonizados, essencialmente, pelos elementos mais jovens das duas comunidades. Percebe-se que a simpatia para com os veraneantes não era generalizada, como refere por exemplo, o Correio do Ave<sup>219</sup>: *se a nossa educação fosse menos mesquinha, os*

---

<sup>216</sup> *Época balnear in « O Correio do Ave», nº 68, 2ª série, 26-06- 1910, p. 1*

<sup>217</sup> Ramalho Ortigão, *As praias de Portugal: guia do banhista e do viajante*, Porto, Livraria Universal de Magalhães & Moniz editores, 1876, p. 86

<sup>218</sup> *A praia in «O Correio do Ave», nº 21, 15-07-1909, p. 1*

<sup>219</sup> *A praia in «O Correio do Ave», nº 21, 15-07-1909, p. 1*

*forasteiros iriam d'aqui bem impressionados com o nosso trato familiar, lhano e de sincera cordialidade.*

À praia de Vila do Conde para se tornar popular, acessível e cosmopolita não bastou possuir *boas redes de comunicação ferro- viárias, magníficos hotéis, rasgadas avenidas, elegantíssimo teatro, soberbas alamedas, circo de touros, velódromo, assembleia, law ténis, etc., etc.*<sup>220</sup>. Afigura-se-nos que faltou, então, a concertação de um querer unísono, identitário, que transformasse a localidade numa oferta turística moderna, aberta, funcional e atrativa, que acompanhasse a dinâmica dos tempos e cuja expressão encontramos nas palavras de Cunha Reis: *mas para que a nossa terra progrida e cresça de movimento, é necessário in primo loco, matar um bichinho roedor que nos affecta e faz mal- a política*<sup>221</sup>

---

<sup>220</sup> Cunha Reis, *A praia* in « A razão», nº 8, 12-06-1901, p. 2

<sup>221</sup> Cunha Reis, *A praia* in « A razão», nº 8, 12-06-1901, p. 2

## Fontes

### Documentação oficial

A.M.V.C.- *Livro de registo de atas das sessões da Câmara*. Nº 42 a 85 (1835-1938)

A.M.V.C.- *Obras e urbanismo. Obras públicas*. Nº 2668 a 2675 (1866-1966)

A.M.V.C.- *Obras e urbanismo. Obras particulares*. Nº 2676 a 2678( 1876-1949)

### Imprensa Periódica

1872-1940

B.M.J.R.-*A Plebe*.

B.M.J.R-*A razão*

B.M.J.R-*A Renovação*

B.M.J.R-*A República*

B.M.J.R-*A União*

B.M.J.R-*O Commercio de Villa do Conde*

B.M.J.R-*Correio do Ave*

B.M.J.R-*Eco da Beira mar*

B.M.J.R-*Ilustração Vilacondense*

B.M.J.R-*Jornal de Vila do Conde*

B.M.J.R-*Novo Rumo*

B.M.J.R-*O Ave*

B.M.J.R-*O Correio do Ave*

B.M.J.R- *O Democrático*

B.M.J.R-*O Luctador*

B.M.J.R-*O Partidário*

B.M.J.R- *O Villacondense*

B.M.J.R-*O Villa do Conde*

B.M.J.R-*Renovação*

B.M.J.R-*Voz do Ave*

Avulsos

BMJR. Fundo Local. Pasta intitulada *Praia de Vila do Conde*, contendo: recortes de publicações periódicas, folhetos, cartazes. Documentos em tratamento técnico.

## Bibliografia

ALVES, Jorge Fernandes- *Das pedras se fez terra- um caso de empreendedorismo e investimento agrícola no Nordeste Transmontano ( Clemente Menéres)* in «Revista da Faculdade de Letras. História », III série, vol. 8, Porto, FLUP, 2007 pp. 113-155.

ALVES, Jorge Fernandes - *Os brasileiros: emigração e retorno no Porto oitocentista*, Porto, 1994

AMORIM, António Augusto, COUTO, Firmino Abel-*Monografia da Associação Comercial de Vila do Conde: 1906-1940-* Vila do Conde, Associação Comercial de Vila do Conde, 2006-.

AS MEMÓRIAS DE ARTUR DO BOMFIM- Vila do Conde, Ateneu de Vila do Conde, 2009

BRITO, Sérgio Palma - *Notas sobre a evolução do Viajar e a Formação do Turismo*, Lisboa, Medialivros, 2009, 2 vol.

CASCÃO, Rui -*Vida Quotidiana e sociabilidade* in « História de Portugal», dir, José Mattoso, V volume. O Liberalismo, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, pp.517-541

CASTRO, D. João de - *Duas Praias* in «O Primeiro de Janeiro», 20-08-1927.

COLAÇO, Gonta; ARCHER, Maria- *Memórias da linha de Cascais*, edição fac-similada, Câmara Municipal de Cascais; Câmara Municipal de Oeiras, Lisboa, 1999.

CORBIN, Alain - *Le territoire du vide: l 'Occidente et le désir du rivage*, Paris, Flammarion, 1988

CORBIN, Alain - *História dos Tempos Livres: o advento do Lazer*, Lisboa, Teorema, 2001

CORREIA, Faria -*Para a História do Clube Fluvial Vilacondense*, Vila do Conde, Clube Fluvial Vilacondense, 2005

COUTO, Firmino Abel - *Do Arquivo: o Teatro Afonso Sanches* in «Santa Casa», Vila do Conde, nº 2, 1995

CUNHA, Licínio - *Desenvolvimento do Turismo em Portugal: os Primórdios* in «Fluxos e Riscos», , nº1, 2009, pp.127-149

FERREIRA, J. Augusto -*Vila do Conde e seu alfoz: origens e Monumentos*, Porto, 1923

FREITAS, Eugénio da Cunha e - *Vila do Conde- História e Património*, Vila do Conde, Câmara Municipal de Vila do Conde, 2001.

- FREITAS, Joana Gaspar- *O litoral português, percepções e transformações na época contemporânea: de espaço natural a território humanizado* in «Revista de Gestão Costeira Integrada» 7, 2 , Lisboa, 2007, pp. 105 - 115.
- FREITAS, Joana Gaspar - *O litoral Português na época contemporânea: representações, práticas e consequência. Os casos de Espinhos e do Algarve( c. 1851-a c. de 1990)*, Lisboa, 2010, Tese de Doutoramento em História Contemporânea, FLUL.
- GRANDE ENCICLOPÉDIA PORTUGUESA E BRASILEIRA- Lisboa- Rio de Janeiro, Volume XXXIV, 1950.
- GUIMARÃES, Hélder - *Os Ilustres de Vila do Conde: elites e Poder Local numa praia nortenha entre a Monarquia e a Ditadura Militar*, Porto, FLUP, 2008, Dissertação de Mestrado em História Contemporânea.
- HENRIQUES, João Miguel-*Da Riviera Portuguesa à Costa do Sol: Cascais, 1850-1930*, Cascais, Edições Colibri e Câmara Municipal de Cascais, 2011.
- MACHADO, João Afonso-*Em Vila do Conde: descendo a Avenida Bento de Freitas ao longo de algumas Gerações* in «O Tripeiro», Porto, 7ª série, ano XII, nº8, agosto de 1993.
- MACHADO, Helena Cristina Ferreira- *A construção social da Praia*, Guimarães, 1996.
- MACHADO, Nelson Silva- *Turismo e Urbanismo: uma relação (des) conhecida na Póvoa de Varzim*, Braga, U.M., 2012, dissertação de mestrado em Património e Turismo Cultural
- MAIA, Luís Costa - *A nossa Praia*, Vila do Conde, Tipografia Minerva de Alfredo d´Amaral Correia, 1910.
- MARTINS, Pedro Alexandre Guerreiro-*Contributos para uma História do ir à praia em Portugal*, Lisboa, 2011 dissertação de mestrado em História Contemporânea, FCSH.
- MATOS, Ana Cardoso; SANTOS, Maria Luísa F. N. dos- *Os Guias de Turismo e a emergência do turismo contemporâneo em Portugal( dos finais do século XIX às primeiras décadas do século XX)* in «Geo Crítica. Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales» Barcelona, vol. VIII, nº 167, 2004, pp1-17.
- MATTOSO, José, dir.; VAQUINHAS, Irene, coord. - *História da Vida Privada em Portugal: a época contemporânea*, Lisboa, Círculo de Leitores2011,
- MIRANDA, Marta, - *Vila do Conde*, Lisboa, Ed. Presença, 1998
- NUNES, Carlos Manuel de Freitas Almeida- *Figueira da Foz( 1930-1960) apontamentos sobre o Turismo balnear*, Coimbra, 2009, Dissertação de Mestrado, F.L.C.

- ORTIGÃO, Ramalho - *As praias de Portugal: Guia do Banhista e do Viajante*, Porto, Magalhães e Moniz editores, 1876
- ORTIGÃO, Ramalho- *As Farpas*, 1º vol., Lisboa, Clássica editora, 1986
- PAIVA, D. Álvaro de , 1928-*Villa do Conde: praia* in « Villa do Conde» , Vila do Conde, nº 1, 1928.
- PILOTO, Adelina -*O concelho de Vila do Conde e o Brasil: emigração e retorno*, Vila do Conde, Câmara Municipal, 2014
- PINTO, Adalberto Ferreira -*Troços de linhas férreas portuguesas abertas à exploração desde 1856 e sua extensão* in «Gazeta dos caminhos-de-ferro», Lisboa, 1956, nº 1652.
- PINTO, Ângela Correia - *A Revista de Turismo e a política de Turismo de 1916 a 1919*, Coimbra, FLUC, 2003, texto policopiado.
- POLÓNIA, Amélia -*A expansão Ultramarina numa Perspectiva Local: o porto de Vila do Conde no século XIX*, Lisboa, I.N.C.M. , 2007, 2 vol.
- PONTES, Celso, - *O 1º conde de Margaride e a nossa praia* in « Facho. Suplemento de O Comércio de Vila do Conde», nº 76, 1991.
- PRAIA DE VILA DO CONDE: GUIA ILUSTRADO -Vila do Conde, Sociedade de Propaganda da Praia. 1918
- RÉGIO, José- *Páginas do Diário Íntimo*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1994.
- REIS, António do Carmo-*Nova História de Vila do Conde*, Vila do Conde, Câmara Municipal de Vila do Conde, 2000.
- RIBEIRO, Maria Manuela Tavares - *A Regeneração e os seu significado* in « História de Portugal», dir. José Mattoso, V volume. O Liberalismo, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, pp.121-130.
- SILVA, Raquel Henriques da - *A arquitectura de veraneio em S. João do Estoril, Parede e Carcavelos, 1890-1930*, in Arquivo de Cascais, nº7, 1998, pp93-174.
- TOJAL, Manuel Diamantino- *A importância dos folhetos e Brochuras na construção de um destino turístico. Estudo comparativo de três casos: Vila do Conde, Póvoa de Varzim e Esposende* in «Pasos.Revista de Turismo y Patrimonio Cultural», Laguna, vol. 12, nº 2, 2014, pp.369-382.
- VAQUINHAS, Irene; CASCÃO, Rui -*Evolução da Sociedade em Portugal: a lenta e complexa afirmação de uma civilização burguesa* in « História de Portugal», dir. José Mattoso, V volume, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, pp.441-457

VAQUINHAS, Irene- *Apontamentos para a história do Teatro- Circo Saraiva de Carvalho da Figueira da Foz* ( 1884-1895) in «Arquipélago. História, 2ª série, XIV-XV( 2010-2011), 2011, pp.115-141

VILA COVA, José- *Caxinas: a minha terra e a minha gente*, Vila do Conde, Câmara Municipal de Vila do Conde, 2008.

VIEIRA, José Augusto- *O Minho pitoresco*, edição fac-símilada, Valença, Rotary Club de Valença, 1986, 2 vol.

## Anexos

Anexo 1-*Planta da linha do carro americano desde a estação de caminho-de-ferro até à Avenida Bento de Freitas*, Obras e Urbanismo. Obras particulares, 1899, AMVC, nº 2677

Anexo 2-*Lista das famílias que estanciavam na praia de Vila do Conde*, entrevista a José Lencastre.

Anexo 3- *Avenida Brasil*( aspeto), c. 1960, col. Postais, BMJR

Anexo 4-Jardim Júlio Graça, c. 1890, col. Postais, BMJR

Anexo 5- Jardim Júlio Graça, c. 1898, col. Postais, BMJR

Anexo 6-O Palace Hotel, c. 1920, col. Postais, BMJR

Anexo 7- Aspeto da praia de banhos, c. 1920, col. Postais, BMJR

Anexo 8- Aspeto da praia de banhos, c. 1920, col. Postais, BMJR

Anexo 9- 1ª página dedicada à praia, referindo algumas das famílias presentes

Anexo 10- lista das famílias presentes, 1892, 2 p.

Anexo 11- lista das famílias presentes, 1910.

Anexo 12-Foto de um grupo de banhistas, *Ilustração vila-condense*, 1910.

Anexo 13- Aspeto do Jardim Júlio Graça, c. 1900, col. Postais, BMJR

Anexo 14- Aspeto da Avenida Bento de Freitas, c. 1917, col. Postais, BMJR

Anexo 15-Teatro Afonso Sanches, c. 1900, col. Postais, BMJR